



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

CARLOS HENRIQUE LOPES PIMENTEL

**A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA:
UM OLHAR À ESQUERDA: 1942-1952.**

Londrina
2012

CARLOS HENRIQUE LOPES PIMENTEL

**A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA:
UM OLHAR À ESQUERDA: 1942-1952.**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr. Francisco César Alves Ferraz

Londrina
2012

**Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca
Central da Universidade Estadual de Londrina**

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

P644f Pimentel, Carlos Henrique Lopes.

A Força Expedicionária Brasileira : um olhar à esquerda : 1942-1952 /
Carlos Henrique Lopes Pimentel. – Londrina, 2012.
114 f.

Orientador: Francisco César Alves Ferraz.

Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade
Estadual de Londrina, Centro de Letras e Ciências Humanas,
Programa de Pós-Graduação em História Social, 2012.

Inclui bibliografia.

1. Força Expedicionária Brasileira – Teses. 2. Guerra Mundial –
1939-1945 – Teses. 3. Ex-combatentes – Brasil – Teses. 4. Brasil –
Forças Armadas – Atividades políticas – Teses. 5. Direita e esquerda
(Ciência política) – Teses. I. Ferraz, Francisco César Alves. II.
Universidade Estadual de Londrina. Centro de Letras e Ciências
Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social. III. Título.

CDU 940.53

CARLOS HENRIQUE LOPES PIMENTEL

**A FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA:
UM OLHAR À ESQUERDA: 1942-1952.**

Trabalho de Conclusão do Mestrado em História submetido à avaliação como requisito para à obtenção do título de Mestre em História Social pela Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr: Francisco César Alves Ferraz
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr: José Miguel Arias Neto
UEL – Londrina - PR

Prof. Dr: Paulo Ribeiro Rodrigues da Cunha
UNESP – São Paulo - PR

Londrina, 31 de agosto de 2012

À Mariana, minha companheira de passos e sonhos.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço minha família sem a qual essa pesquisa não seria possível. Aos meus pais Zeni e Rubens Carlos e minha irmã Ana Gabriela, por todo o amor e carinho ao longo dos anos, desde quando era um pequeno menino que passava horas me entretendo com as guerras imaginárias que meus bonequinhos travavam no jardim da mamãe, até as faltas nas reuniões do clã aos feriados, por conta do trabalho atrasado do mestrado. Sou grato, pela atenção, dedicação, apoio e tudo o mais que fizeram e fazem por mim, essa pesquisa também é de vocês.

Aos alunos e funcionários dos Colégios Estaduais (Francisco Gutierrez Beltrão, Rui Barbosa, Paulo Freire e Heber Soares Vargas) em que lecionei a disciplina de História nesses últimos dois anos. A experiência em sala de aula foi fundamental na construção e reconstrução do trabalho, auxiliando grandemente não apenas na pesquisa histórica, mas também, em minha formação como indivíduo.

Deixo registrado aqui meu agradecimento ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Estadual de Londrina e aos professores que o compõem. Sou grato pelas aulas, palestras e eventos por vocês proporcionados ao longo desse tempo.

Agradeço em especial o orientador do trabalho, Prof. Dr. Francisco Ferraz, pelos materiais cedidos, apontamentos, debates e as cobranças em relação ao trabalho nesse período, desde o primeiro ano da graduação até a conclusão desta pesquisa. Minha gratidão também é estendida aos colegas do grupo de pesquisa sobre a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.

Ao professor Dr. José Miguel Arias Neto, pelas numerosas e preciosas considerações sobre a pesquisa, desde os tempos da graduação. Obrigado pela presença constante em minhas bancas.

A professora Dr. Isabel Bilhão, pelas correções na banca de qualificação e por tantas disciplinas ofertadas.

Ao professor Dr. Paulo Ribeiro da Cunha, pela indicação e envio de material de importante ajuda na compreensão e desenvolvimento do tema.

Não posso esquecer meus preciosos amigos de curso, Bruno, Pedro, Thiago, Paulo, Aden, Matheus, Marcelo, Leandro, Felipe, Wanderlei, João e

Lucas que tanto me incentivaram ao longo do percurso, com quem ainda aprendi muito sobre a Ciência Histórica e principalmente sobre a vida.

Por fim, aos educadíssimos funcionários da Secretária de Pós-Graduação do Centro de Ciências Humanas e do Departamento de História da Universidade, em específico ao Cláudio, Rosely, Rosemeri, Neiva, Fumiko e Celina, pelo auxílio nas piores aflições e correrias, vocês são muito importantes para o funcionamento desse programa.

“É pois do lado daquele que conhece que nos ocorre buscar a limitação , o esquecimento , o erro e a ilusão. E embora seja manifesta sua falha diante dos fatos da natureza, mostra-se mais pesada e mais difícil de corrigir diante dos fatos da história, pois seu pensamento e sua sensibilidade estão ligados a um estado dos costumes e das representações que encobre a realidade do passado. O presente a ele se furta porque só tem uma visão fragmentária daquilo que se imprime na multiplicidade dos espaços sociais e não dispõe, além disso, mais do que de sinais incertos; e o passado permanece duvidoso na medida em que a despeito da distancia adquirida, que lhe permite dominar um segmento, reunir os pontos de vista parciais que assumiu sua representação não pode se livrar inteiramente dos interesses, dos desejos ou crenças investidos em uma experiência atual”.

Claude Lefort

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **A força expedicionária brasileira: um olhar à esquerda: 1942-1952.** 2012. 114 f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

RESUMO

A questão da esquerda militar é um tema importante quando tratamos da história política do Brasil contemporâneo, no entanto, este é um tema pouco abordado na historiografia brasileira. Assim, este trabalho busca realizar um estudo sobre os ex-combatentes brasileiros da Segunda Guerra Mundial, tendo como objeto de pesquisa, os veteranos à esquerda da Força Expedicionária Brasileira (FEB). O foco a ser desenvolvido é a trajetória desses indivíduos na força de guerra desde sua entrada, disputa pelo controle político das associações de veteranos brasileiros até a militância desses no Clube Militar. Problematicando a existência desses sujeitos no cenário político do período pós-1945, momento que se caracteriza pela forte bipolarização mundial (Guerra Fria). Mesmo sendo minoria na FEB, os pracinhas de esquerda desempenharam papel político importante nos primórdios da associação e na conjuntura do período. O conflito entre os grupos de esquerda e de direita dos veteranos de guerra antecipou a ideologia dominante e as práticas de intimidação que seriam a base dos conflitos políticos no interior do Exército e na agenda política nacional nas décadas de 1950/1960.

Palavras-Chave: História política. Brasil República. Esquerda militar.

PIMENTEL, Carlos Henrique Lopes. **The brazilian expeditionary force: a look to the left: 1942-1952.** 2012. 114 p. Dissertation (Master's degree in History Social) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2012.

ABSTRACT

The question left the military is an important issue when dealing with the political history of contemporary Brazil, however, this is a topic little discussed in the Brazilian historiography. Thus, this paper seeks to conduct a study of Brazilian ex-combatants of the Second World War, with the object of research, the veterans to the left of the Brazilian Expeditionary Force (FEB). The focus is being developed to track these individuals in force since entering the war, struggle for political control of the Brazilian association of veterans to the militancy of the Military Club. Questioning and rescuing the existence of these subjects in the political landscape of post-1945 period, when polarization is characterized by strong global (Cold War). Despite being a minority in FEB, veterans of the left political role played in the beginnings of association and the conjuncture of the period. The conflict between the groups of left and right of veterans anticipated the dominant ideology and practices of intimidation that would be the basis of political conflicts within the army and the national political agenda in the decades of 1950/1960.

Keywords: Political history. Brazil Republic. Military left.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
2	QUESTÕES CONCEITUAIS	17
2.1	DIREITA E ESQUERDA.....	17
2.2	IDEOLOGIA.	20
2.3	MILITARES E POLÍTICA.....	21
2.4	MILITARES DE ESQUERDA NO BRASIL	23
2.5	O ANTICOMUNISMO NAS FORÇAS ARMADAS.....	25
3	CONJUNTURAS DO PERÍODO: 1942-1952	30
3.1	A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA 2ª GUERRA MUNDIAL.	30
3.2	A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS: O GOVERNO DO GENERAL DUTRA E A VOLTA DE GETÚLIO AO PODER.	42
4	PRACINHAS À ESQUERDA NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB)	51
4.1	A INFILTRAÇÃO NA FORÇA DE GUERRA.	52
4.2	A ESQUERDA DA FEB E OS COMUNISTAS ITALIANOS.....	61
4.3	FEB COMO SÍMBOLO DE UNIÃO NACIONAL.....	62
5	OS VETERANOS DE ESQUERDA NO PÓS-GUERRA:	69
5.1	DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICO PELO CONTROLE DA ASSOCIAÇÃO DE EX- COMBATENTES DO BRASIL.....	69
5.2	O CLUBE MILITAR.	96
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	BIBLIOGRAFIA E FONTES	102
	ANEXOS	110

1 INTRODUÇÃO

A História, ciência que se propõe, entre outras tarefas, a observar e analisar as transformações que atingem os homens em diferentes realidades ao longo do tempo, apresentando as mudanças que afetam a humanidade, não se encontra isenta de alterações, também mudando suas visões, abordagens e leituras. Mutações essas que se realizam, em muitos casos, por meio de substituição, quando um ramo do conhecimento histórico é deixado de lado em detrimento de outro que está ascendendo. Fortemente atingida por esse abandono, a história política foi posta no ostracismo para que outros ramos do mesmo conhecimento, como por exemplo, a história econômica, social ou até a mais recente história cultural, pudessem se desenvolver. Para o historiador Francês René Rémond (2003, p. 14), esse mesmo movimento que transforma o campo com substituições teórico-metodológicas também traz de volta abordagens tidas como superadas e esgotadas, assim ocorrendo com a história que aborda os fenômenos humanos através da esfera política, que, nos últimos 40, anos vem atravessando inúmeras mudanças que possibilitaram a retomada de prestígio perdido por décadas de críticas diretas.

Por muito tempo, a história política tinha como objetos de análise os grandes personagens, reis, imperadores, suas cortes, narrando à vida e as trajetórias desses; a partir das Revoluções Francesa e Americana, o foco mudou, passando a analisar, ainda que na mesma esfera, o Estado e seus dirigentes, construindo leituras superficiais perante a complexidade da sociedade e das diversas relações de poder existentes em seu âmago. Com as mudanças no campo do político, os objetos e objetivos se ampliaram e, por intermédio dessa nova abordagem, passou-se a compreender as distintas realidades como parte de um todo, trazendo para o debate histórico distintos personagens que anteriormente foram marginalizados nas narrativas. As fontes também se expandiram, rompendo com a exclusiva necessidade de documentos oficiais, somando diversos novos documentos na tarefa investigativa do pesquisador, como as fontes orais, a literatura, entre outras possibilidades, introduzindo novos métodos, muitos inclusive emprestados das demais ciências humanas, como a Sociologia, Antropologia, Psicologia e a Ciência Política, tornando a história um conhecimento multidisciplinar, que se utiliza de conceitos talhados em outros campos a fim de expandir as

análises, além de resignificar outros tantos conceitos que pareciam fechados. Essas transformações possibilitaram uma leitura mais sofisticada de fenômenos históricos que nos pareciam esvaziados de sentido, ocasionando também a retomada de obras de antigos pesquisadores dados como ultrapassados (RÉMOND, 2003).

Nos últimos anos, os estudos sobre a história política no Brasil encontram-se também em mudanças, o maior acesso às fontes e o aumento, de pesquisadores que se debruçam nos estudos desta área, ampliou interesses acerca deste tema, fazendo com que a historiografia cresça em quantidade e qualidade. Conseqüentemente, esse debate vem ampliando sua variação temática, mudando os aspectos teóricos e metodológicos, com proveitos recíprocos. Ao invés de se ocuparem apenas com os grandes personagens da história brasileira, os fenômenos de nosso passado passaram a ser analisados em um âmbito geral, sem prejuízo de suas relações com as diferentes classes existentes na sociedade e com os demais campos do conhecimento histórico.

Com o resgate da história política, estenderam-se os debates, proporcionando aos pesquisadores aproximações antes impensadas, ou ainda, refazendo contatos tidos como esgotados, ampliando temáticas e aproximando campos. Uma relação que tem se fortalecido nos últimos tempos é a da política com a história militar, contribuindo de grande maneira para as pesquisas sobre a história do Brasil. Assim, compreender o passado e o presente do país passa direta ou indiretamente pela abordagem da instituição militar brasileira, núcleo de forças e relações atuantes na constituição do Estado desde seus primórdios. Tornando-se fundamental a compreensão dos diferentes sujeitos que agiram, e ainda agem, em seu interior, a fim de obter uma leitura mais completa sobre determinados períodos da história nacional, nos quais as Forças Armadas atuaram de forma decisiva. Portanto, nessa pesquisa, parte-se da ideia de que para entender com maior profundidade os fenômenos históricos ocorridos no país, principalmente no período republicano, necessita-se dialogar com esse campo do conhecimento, trazendo benefícios mútuos à pesquisa.

Nessa nova relação entre política e militares, um dos tópicos que tem atraído a atenção dos estudiosos é a Força Expedicionária Brasileira (FEB). A transformação dos estudos despertou o interesse desses novos pesquisadores que, se utilizando de novas abordagens, vêm ampliando os campos de pesquisa nesse assunto. Os estudos sobre a memória, a reintegração social dos veteranos de

guerra, as relações dos veteranos com a política nacional, têm permitido algumas dessas mudanças. A literatura sobre a FEB é vasta, existindo inúmeros relatos, memórias, diários de combatentes, narrativas sobre batalhas, principalmente de seus líderes. Entretanto, a maioria das abordagens sobre a Força Expedicionária Brasileira tem sido analisada com um viés conservador, ou seja, sob a antiga óptica da história política que se preocupa, em sua maior parte, em relatar e enaltecer os grandes acontecimentos e os seus heróis, reconstruindo apologeticamente seus feitos e atos.

Um exemplo dessas abordagens é o livro *A FEB por seu Comandante*, do Marechal Mascarenhas de Moraes (1947), que relata os problemas na convocação, no relacionamento com os soldados, a relação dos soldados brasileiros com os combatentes americanos e a falta de equipamentos de guerra por parte das forças brasileiras. Outro livro é o de Manoel Thomaz Castelo Branco (1960), *O Brasil na Segunda Grande Guerra*. De grande ajuda documental são os livros de Boris Schnaiderman (1995), e as memórias de outros veteranos como: *Depoimentos dos Oficiais da Reserva sobre a FEB*, de vários autores; *Cruzes brancas: Diários de um pracinha* e *A FEB por um soldado*, ambos de Joaquim Xavier da Silveira (1947, 1989), todos veteranos da FEB. Esses trabalhos possuem méritos que nos auxiliam nos estudos sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial, relatando detalhes da formação da FEB, desde as dificuldades para o recrutamento das tropas, treinamento nos EUA, as batalhas e a desmobilização das tropas, além de crônicas de combate. Contudo, a esmagadora maioria desses textos não faz referência aos grupos políticos distintos que serviram na Força, limitando os debates sobre o tema.

Pesquisas mais recentes, já impulsionadas pelas transformações decorrentes da nova história política, vêm buscando ampliar as problemáticas em torno da Força Expedicionária Brasileira, ampliando os conhecimentos sobre o tema. As obras de Ricardo Bonalume Neto, César Campiani Maximiano, que enfoca em seu livro: *Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na segunda guerra mundial*, o dia a dia dos soldados brasileiros no *front*, Francisco César Ferraz, que pesquisa a reintegração social dos veteranos de guerra, Luis Felipe da Silva Neves, que em sua dissertação de mestrado intitulada: *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica traça* uma análise historiográfica sobre a FEB, são alguns exemplos dessas mudanças pelas quais os estudos sobre o tema estão passando;

ligados ao meio acadêmico constituem pesquisas de grande fôlego a fim de enriquecer a temática.

Deste modo, percebe-se que a maioria dos trabalhos sobre a participação brasileira na Segunda Guerra Mundial analisa as conjunturas políticas e econômicas da entrada e da ação dos brasileiros no conflito, narrando desde a neutralidade do país no início dos combates; passando pela influência norte-americana na tomada de posição, algumas abordam a ação dos soldados brasileiros em solo europeu. Mas poucos se preocupam em analisar e discutir o que aconteceu com esses soldados ao retornarem às suas vidas cotidianas depois de terem presenciado e vivido diretamente os horrores de uma guerra, poucos ainda trabalham com a criação de uma associação, local em que preservaram suas memórias, reivindicando melhorias em suas condições, e menos ainda foi escrito em relação às diferentes posturas políticas que constituíram a FEB e a participação política desses ex-combatentes no cenário nacional do pós-guerra.

Assim, instigado por essas questões, pretende-se, no presente trabalho, discutir e problematizar a participação de militantes de esquerda na Força Expedicionária Brasileira (FEB), principalmente a inserção político-social desses ex-combatentes na conjuntura nacional do pós-guerra. Para tanto, se buscará analisar a entrada desses sujeitos na FEB, suas primeiras ações ainda em solo europeu, até culminar com a formação da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB) e a conseqüente disputa político-ideológica em seu interior, nos anos de sua fundação. Traçando e debatendo as trajetórias desse grupo de veteranos que combateram as forças do Eixo em solo europeu e que, por possuírem ideias contrárias da maioria das Forças Armadas e dos governantes do país, foram esquecidos pela historiografia brasileira, como se não existissem. Além de apontar a existência desses sujeitos, pretende-se também, nessa pesquisa, contribuir para o conhecimento de um assunto pouco estudado pela história política do país, a existência de militares de esquerda no seio das Forças Armadas nacionais, ampliando a gama de olhares sobre um determinado fenômeno histórico, inserindo-lhe novos personagens.

Esse pressuposto se introduz a partir da discussão feita pelo filósofo alemão Walter Benjamin em seus escritos: *Sobre o conceito da História*, o autor, no sétimo conceito, coloca a necessidade de pensar sobre os sujeitos esquecidos ou ocultos na produção cultural da história:

Fustel de Coulanges recomenda ao historiador interessado em ressuscitar uma época que esqueça tudo o que sabe sobre fases posteriores da história. Impossível caracterizar melhor o método com o qual rompeu o materialismo histórico. Esse método é o da empatia. Sua origem é a inércia do coração, a *acedia*, que desespera de apropriar-se da verdadeira imagem histórica, em seu relampejar fugaz. Para os teólogos medievais, a *acedia* era o primeiro fundamento da tristeza. Flaubert, que a conhecia, escreveu: *“Peu de gens devineront combien Il a fallu être triste pour ressusciter”*. A natureza dessa tristeza se tornará mais clara se nos perguntarmos com quem o investigador historicista estabelece uma relação de empatia. A resposta é inequívoca: com o vencedor. Ora, os que num momento dado dominam são os herdeiros de todos os que venceram antes. A empatia com o vencedor beneficia sempre, portanto, esses dominadores. Isso diz tudo para o materialista histórico. Todos os que até hoje venceram participam do cortejo triunfal, em que os dominadores de hoje espezinham os corpos dos que estão prostrados no chão. Os despojos são carregados no cortejo, como de praxe. Esses despojos são o que chamamos bens culturais. O materialista histórico os contempla com distanciamento. Pois todos os bens culturais que ele vê têm uma origem sobre a qual ele não pode refletir sem horror. Devem sua existência não somente ao esforço dos grandes gênios que os criaram como à corveia anônima dos seus contemporâneos. Nunca houve um monumento da cultura que não fosse também um monumento da barbárie. E, assim como a cultura não é isenta de barbárie, não o é, tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo (BENJAMIN, 2008, p. 225).

Portanto, antes de adentrar nas ações desses ex-combatentes de esquerda especificamente, deve-se ressaltar que por mais esquecida ou apagada que possam ser a ação desses militantes, não se pode negar essa existência. Este trabalho compreende que tal desconhecimento não é natural, acredita-se que por influência de forças conservadoras, principalmente no seio das Forças Armadas, a existência e as conseqüentes ações de sujeitos contrários a uma lógica, que irá se hegemonizar no pós-1964, foram sendo, de maneira arbitrária, apagadas da história política e militar do Brasil. Credo na função social do historiador de ampliar o debate acerca de diferentes fenômenos históricos, mostrando aspectos pouco analisados no processo de construção narrativa, esse trabalho buscará mostrar um viés que foi sendo obscurecido com o passar dos anos, com o intuito de ampliar o debate acerca da história republicana do país, mostrando que as Forças Armadas não são caixas fechadas com ideias e práticas prontas. Essa será a lógica pela qual se analisará o debate acerca dos veteranos de esquerda na FEB, fortalecendo um enfoque que ainda se encontra longe de seu esgotamento.

O recorte temporal da pesquisa se colocará entre os anos de 1942, período em que o Brasil começa a se aproximar de forma concreta dos Estados Unidos da América (EUA) e também dos Aliados, ocorrendo progressivamente o

rompimento diplomático e a consequente declaração de guerra ao Eixo; passando pelos anos seguintes quando o país formou e enviou tropas que participaram da Segunda Guerra Mundial; o retorno; a inserção e o problema que os veteranos de guerra sofreram. Até 1952, período em que a chapa nacionalista, da qual alguns veteranos de esquerda faziam parte, foi derrotada nas eleições do Clube Militar. Este recorte permite problematizar como agiram esses sujeitos e as consequências dessas ações, em uma conjuntura dividida pela Guerra Fria, não só na sociedade militar como também na civil, anos em que esses veteranos atuaram com certa relevância na agenda política nacional.

Mapear a existência de militares de esquerda no Brasil traz como dificuldade primeira a questão documental, o problema de reunir documentos relativos a esta parcela de membros da instituição castrense dá-se fundamentalmente pela clandestinidade de boa parte desses militares, além da progressiva e contínua perseguição que sofriam dentro e fora das Forças Armadas. Assim, como fontes, utilizaremos depoimentos de veteranos assumidamente de esquerda, relatórios e fichas do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), de São Paulo e do Rio de Janeiro, a coleção incompleta do jornal da Associação de Ex-Combatentes do Brasil, juntamente com outros periódicos do período, além de atas de seções da associação, por questões de acesso documental, se analisará, primordialmente, os Estados de São Paulo e do Distrito Federal (RJ na época). Para os anos iniciais da década de 1950, Os dois volumes dos Depoimentos Esclarecedores, são de grande importância na pesquisa.

Quanto à disposição dos capítulos, o trabalho será estruturado em cinco capítulos. No segundo capítulo, se buscará discutir as questões teóricas, definindo os conceitos utilizados na pesquisa, como a distinção entre Direita e Esquerda, ideologia, além da relação dos militares com o meio civil e sua intervenção na política nacional, seguido de uma apresentação sobre o anticomunismo na instituição militar, que também serão abordados.

O terceiro capítulo constituirá um suporte a fim de contextualizar o período relativo à pesquisa, traçando um panorama histórico abordado no recorte temporal de 1942-1952, conjuntura em que o Brasil se encontrava no final do Estado Novo ditatorial de Getúlio Vargas, analisando toda a complexidade da transição de poder que ocorrerá. O movimento Queremista, seguido das disputas eleitorais pela sucessão, período em que os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista

Brasileiro (PCB) gozaram de legalidade, as alianças político-sociais que levaram o General Eurico Gaspar Dutra à presidência da República, as principais características e medidas tomadas em seu governo; com destaque para a elaboração da Constituição de 1946, o Plano SALTE. O capítulo ainda tratará do final do governo Dutra e o retorno de Vargas ao poder.

Ainda no terceiro capítulo, veremos a aproximação do Brasil com os EUA, o corte de relações diplomáticas com os países do Eixo, seguidos da declaração de Guerra. Passando então a apresentar de que maneira se deu a formação da FEB, seu recrutamento, as dificuldades de se constituir a força de guerra, o treinamento e a aquisição de equipamentos que esta recebeu das Forças Armadas Norte-Americanas. Em seguida, se abordará a participação direta dos brasileiros em combates, a rendição nazista, o fim da Guerra e principalmente a automática desmobilização da FEB serão destacados nesse capítulo, sendo essas informações de grande respaldo nas hipóteses levantadas em seguida. Por fim, se apresentará o regresso dos pracinhas, as festas de recepção e o posterior esquecimento a que foram relegados os veteranos, temas de fundamental importância para compreensão do surgimento da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB).

O quarto capítulo versará sobre a existência de veteranos de esquerda na FEB, traçando a entrada desses sujeitos na força de guerra, em um agitado momento político e social do país, na qual as forças democráticas começam a se articular a fim de extinguir o Estado Novo, além de seus primeiros atos políticos ainda em solo europeu, destacando a publicação de um manifesto exigindo democracia no Brasil do pós-guerra.

Por fim, o quinto e último capítulo tratará da disputa político-ideológica na AECB em seus primeiros anos, quando os veteranos de esquerda possuíam influência em seu interior, problematizando suas ações e o embate entre duas concepções distintas de administrar a entidade. A participação ativa desses ex-combatentes nos embates pelo controle do Clube Militar também será abordado.

2 QUESTÕES CONCEITUAIS.

A pesquisa possui referenciais teóricos fundamentais em sua construção, assim, quando se procura a base teórica para a discussão desse grupo de veteranos de esquerda temos que definir primeiramente o que entendemos por Esquerda e Direita. Em segundo lugar, definir o conceito de ideologia e em seguida, como é percebido em termos conceituais, a ação política dos militares regulares ou daqueles que mesmo não sendo mais subordinados à instituição militar tem suas práticas moldadas pela organização e suas relações com o meio civil. E por fim, discutir a existência de uma Esquerda Militar no Brasil e o forte anticomunismo presente nas Forças Armadas, expondo o porquê de essas ideias serem tão combatidas na instituição e a concepção de ideologia utilizada no trabalho.

2.1 DIREITA E ESQUERDA.

A classificação referente à dicotomia entre direita e esquerda tem origem nas reuniões da Revolução de 1789, da Assembleia Nacional Francesa; nela, à direita do rei, sentava-se a nobreza e à esquerda, o Terceiro Estado, formado pela burguesia e pelos camponeses. Desse modo, a direita se identificava com posições aristocráticas, conservadoras e monárquicas, já à esquerda com posicionamentos democráticos, liberais, nacionalistas e, pelo menos potencialmente, republicanos. Nesse contexto, posicionar-se à esquerda era ser a favor da Revolução, ou seja, de uma mudança radical na sociedade, e estar à direita significava alinhar-se contra ela.

As noções de direita e esquerda não permaneceram estáticas no tempo. Com a ascensão do movimento socialista na segunda metade do século XIX, a ideia de intervenção do Estado na economia introduziu novos critérios de distinção e diferenciação entre as duas partes. A partir de então, passaram a ser identificados como de esquerda aqueles que defendiam a ação do Estado para neutralizar e reverter as desigualdades econômicas e sociais advindas da industrialização capitalista. Isso significou, portanto, que a noção do que era a esquerda passou a englobar não apenas os comunistas e socialistas, mas também outros posicionamentos ideológicos, de caráter partidário ou não, que se identificavam com

essas posições relativas às desigualdades sociais. Em contrapartida, ficavam à direita os opositores dessas políticas e bandeiras ideológicas (BOBBIO, 1995).

No conturbado século XX, o choque entre esquerda e direita movimentou a dinâmica política, seria impossível analisar a história do século sem passar por essas noções, por mais frouxas que fossem no contexto de certas conjunturas. As duas guerras mundiais, as revoluções comunistas, as guerras de libertação nacional na África e na Ásia, entre outros fatos importantes ao século XX, em grande parte, e com sentidos complexos e diversos foram a história do embate entre a direita e a esquerda.

Nos últimos anos, a distinção clássica entre direita e esquerda tem se tornado alvo de severas críticas e, em alguns meios políticos e intelectuais, surge a ideia de que estas duas noções – que, como assinala Norberto Bobbio (1995), por mais de dois séculos serviram para dividir o universo político em pólos distintos – tiveram seus significados esvaziados e, portanto, não teriam mais sentido sua utilização.

A literatura referente à invalidade dos conceitos de Direita e Esquerda é vasta e diversificada; Norberto Bobbio (1995), por exemplo, querendo propor um breve sumário da discussão se refere a cinco tipos ou matrizes teóricas que põem em dúvida a pertinência da distinção. Em primeiro lugar, ele indica as polêmicas relativas ao fim das ideologias, iniciadas nos anos 60 do século passado e retomadas a partir das teses de Fukuyama, na década de 80, como diluidoras da polarização. Em segundo lugar, o autor observa que, para muitos, a dicotomia esquerda / direita perdeu sua importância no mundo político atual porque a complexidade das grandes sociedades e, em particular, das grandes sociedades democráticas, tem tornado inadequado o estabelecimento de uma separação nítida entre duas partes contrapostas em um sistema pluriverso.

Em seguida, comenta que muitos teóricos pregam o esvaziamento da díade direita - esquerda na medida em que ela perde seu valor descritivo. E, dessa maneira, não dá conta das contínuas transformações pelas quais as sociedades têm passado e que deram origem a diversos movimentos sociais, ecologistas, feministas, pacifistas, entre outros, que não se enquadram no tradicional esquema polarizado. Em quarto lugar, aponta para a argumentação de certos estudiosos, segundo os quais o conceito se esmaece devido aos novos e intrincados dilemas impostos às sociedades mais avançadas. Nelas, direita e esquerda

apresentam, na verdade, mais ou menos as mesmas propostas e objetivam os mesmos fins. Assim: “Basta desautorizar um dos termos, não lhe reconhecendo mais nenhum direito à existência; se tudo é esquerda, não há mais direita e, reciprocamente, se tudo é direita, não há mais esquerda” (BOBBIO, 1995, p. 82-87).

Finalmente o autor, lembra que, ainda para outros, a dissolução do conceito liga-se ao fato de que ambas,

As etiquetas tornaram-se meras ficções e, na realidade, diante da grandeza e novidade dos problemas que os movimentos políticos devem enfrentar os *destros (destrí)* e os *esquerdos (sinistri)* dizem, no fim das contas, as mesmas coisas, formulam, para uso e consumo de seus eleitores, mais ou menos os mesmos programas e propõem-se os mesmos fins imediatos (BOBBIO, 1995, p. 65).

Discordando de cada uma dessas interpretações, o pensador italiano reafirma a pertinência da distinção, pelo menos em um dos seus pontos essenciais; a questão da igualdade é a característica maior da esquerda, sendo a desigualdade originária daquele terrível direito à propriedade individual. Para Bobbio (1995, p. 110), o princípio fundamental da esquerda está,

[...] não como utopia de uma sociedade em que todos são iguais em tudo, mas como tendência, de um lado, a exaltar mais o que faz os homens iguais do que os faz desiguais, e de outro, em termos práticos, a favorecer as políticas que objetivam tornar mais iguais os desiguais.

Com a necessidade de ultrapassar a empobrecedora dicotomia revolução – conservação, que ignora e condena ao esquecimento diversos setores da sociedade, o presente trabalho entenderá a distinção entre esquerda – direita a partir dos ideais de igualdade social, sendo esta a regra e a desigualdade a exceção, assim como afirmou o pensador italiano.

Reportando-nos mais especificamente para as esquerdas no Brasil, a pesquisa irá se permear nas considerações de dois autores. Para Jacob Gorender (2003, p. 11) todos os grupos, indivíduos ou ideias que aceitam e se comprometem com a transformação social, visando o benefício das classes oprimidas serão considerados de esquerda. Assim, os diferentes graus, caminhos e formas dessa transformação social pluralizam a esquerda e fazem dela um espectro de cores e matizes, independente de filiação partidária ou radicalização política, importando

apenas suas lutas, sejam quais forem, a fim de reduzir as diferentes formas de exploração e desigualdade (GORENDER, 2003, p.7).

Emir Sader, seguindo as considerações de Norberto Bobbio, coloca à direita os conservadores, interessados em reproduzir e manter a ordem vigente, ou seja, o Capitalismo como sistema econômico, com as elites nacionais no controle político. Já a esquerda se caracteriza por almejar a transformação e a conseqüente superação desse conservadorismo em nome da justiça, defendendo a ideia de um Estado ativo na redução das injustiças sociais e da desigualdade (SADER, 1995, p.21).

2.2 IDEOLOGIA.

A pesquisa também aborda a disputa político-ideológica na Associação de Ex-Combatentes do Brasil, portanto, a definição conceitual de ideologia utilizada é importante para uma melhor compreensão do tema. O termo ideologia possui vários significados, desde o mais abrangente que situa o conceito como sistema de ideias e crenças que possibilitam a compreensão e o posicionamento de indivíduos e grupos no mundo, até a definição que ao invés de esclarecer a realidade, prejudica o seu entendimento.

Como nenhuma sociedade é desprovida de ideias e crenças, a ideologia é parte desse sistema de valores mais amplos, tendo uma dada sociedade não apenas uma única e incontestável ideologia, mas várias. Segundo Kalina Vanderlei Silva e Maciel Henrique Silva (2005, p.206):

Muitos estudiosos defendem que não apenas classes sociais diferentes possuem ideologias específicas, mas que também frações de classe, etnias, grupos profissionais são portadores de ideologias particulares. Não negam a existência de uma ideologia dominante ou hegemônica, mas cada vez acreditam que, se não há ideologias que se opõem à ideologia hegemônica, existem pelo menos formas adaptativas e criativas elaboradas pelos diferentes grupos sociais para interpretar e se relacionar com tal ideologia dominante.

A noção de ideologia aparece no final do século XVIII, mas é no XIX que se ampliou em uma grande quantidade de teorias sociais, que orientaram atitudes individuais e coletivas de explicação e intervenção na realidade, como o liberalismo, anarquismo, socialismo entre outras. Foi também, no século XIX que o termo ganhou conotações negativas, com destaque para a concepção marxiana.

Para o filósofo alemão, a classe social economicamente dominante em um determinado período histórico controla a produção de ideias, justificando assim, sua dominação; como ocorrido durante o Antigo Regime, quando a nobreza dominava impondo sua ideologia aristocrática e a partir da Idade Moderna com a ascensão da burguesia com a ideologia burguesa. No conceito de Marx, a ideologia age como forma de ocultamento da realidade, permitindo a exploração de uma classe sobre as demais, sendo o instrumento de alienação das classes exploradas (CHAUÍ, 2001).

Marx compreendeu a ideologia não como um conjunto solto de ideias, resultante unicamente do pensamento abstrato, mas como um instrumento da dominação de classe e como uma forma de luta de classes, que só poderia ser compreendida e criticada a partir do *terreno histórico e econômico que lhe dá origem* (SILVA e SILVA, 2005, p.206).

No século XX, mudanças na concepção do conceito passaram a analisar não apenas os fatores pejorativos, mas também, foram percebidos pontos positivos e não abordados da questão ideológica. A partir da década de 1970, percebeu-se que a sociedade abriga em seu interior vários discursos e ideologias, e que se confrontam a fim de se tornarem hegemônicas. Partindo desse pressuposto, os sujeitos não são meros alienados guiados por uma ideologia criada pela classe dominante, mas portadores de experiências que possibilitam questionar, negar ou até mesmo criar outras formas de interpretar a realidade. (SILVA e SILVA, 2005).

2.3 MILITARES E POLÍTICA.

A participação dos militares na política é fato comum na história brasileira, principalmente na República, ficando difícil estudar e compreender a história de nosso país sem estudar os militares. Sendo essa participação inegável, é importante ressaltar que não existe uma divisão entre militares profissionais e militares políticos, já que a profissão militar é em si mesma política. As Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), além de deterem os meios de coerção legal, estão inseridas no aparelho burocrático do Estado, ficando assim indissociável do meio político.

Se analisarmos como ação política das Forças Armadas não apenas os golpes e intervenções diretas, mas levamos em consideração toda e qualquer pressão e participação por meio da instituição militar como um todo, ou em parte, no

domínio da esfera pública, vê-se que todas as Forças Armadas do mundo intervêm de alguma forma na política, atuando de maneira direta ou indireta nas decisões e rumos políticos de uma Nação. Tendo como ponto de partida, portanto, que a ação política dos militares não se limita a intervenções repressivas, mas possui vários modos de participação na esfera pública e privada da sociedade, deve-se agora tentar compreender esta participação na história brasileira, em especial no período republicano, experiência que demonstrou à Instituição Castrense atuando não só como protetora da ordem ou aparelho de coerção da sociedade, mas sim como forte agente político.

Partindo do princípio de que existe interação entre civis e militares, assim como no conceito de “fenômeno da interação” talhado por Antonio Carlos Peixoto (1980, p.30-34), enxerga-se as Forças Armadas não como forças monolíticas, as Armas absorvem as influências vindas de fora, dando-lhes outros significados a partir de seus valores institucionais e organizacionais e, a partir desse processo, elaboram suas práticas e estratégias de influência e intervenção na sociedade civil. Não significando a inexistência de disputas e conflitos internos, pois esses existem assim como no meio civil, a única diferença é que, na maioria dos casos, é silenciada pela hierarquia e disciplina do meio militar.

Assim, a concentração ou a perspectiva teórica a ser usada será a de Partidos Militares, na qual diferentes grupos dentro e fora da organização militar disputam a hegemonia política e emitem propostas para toda a sociedade. Sobre a intervenção militar nas questões políticas, temos a definição de Alain Rouquié (1980), sobre o que seria o partido militar:

Essa metáfora não tem outro objetivo, em um primeiro momento, senão o de assinalar firmemente a perspectiva escolhida: as Forças Armadas podem ser forças políticas que desempenham, por outros meios, as mesmas funções elementares que os partidos, e, sobretudo que conhecem em seu seio, tanto quanto os partidos, mas segundo outra lógica de deliberação, de tomadas de decisão, e até mesmo de união e articulações sociais.

A noção de partido militar permite analisar as divisões ideológicas e as ações existentes no interior da instituição militar, diferente do que ocorre em outras visões sobre a relação dos militares com a política. Pretende-se, portanto, utilizar o conceito que melhor se adapta à pesquisa, no caso da esquerda nas Forças

Armadas, considera-se que esse conceito é o mais adequado para análise política e suas disputas na instituição.

2.4 MILITARES DE ESQUERDA NO BRASIL

As Forças Armadas Brasileiras não são uma instituição politicamente fechada, por mais que os acontecimentos dos últimos 47 anos de nossa história republicana possam indicar esta posição. Ainda que ideias de viés conservador (MORAES, 2005, p.33), fruto da mentalidade instaurada no pós-1964, que se consolidaram como prática predominante da instituição castrense nos induza a concluir que as Forças Armadas no Brasil sempre possuíram essa ideologia, não podemos concordar com tal hipótese. Ao olharmos para a história da instituição veremos, em momentos diferentes, a existência de grupos ou de militares isolados que não compactuavam com esses ideais.

O ponto de partida dessa análise se ancora no conceito elaborado pelo filósofo político João Quartim de Moraes, em sua obra *Esquerda Militar no Brasil*, pesquisa que o autor busca de maneira analítica reconstruir e problematizar a existência de militares que, na esfera política, optaram por um viés de esquerda em suas atuações. A partir de sua obra, Moraes busca analisar a atuação de sujeitos históricos nacionais, desde o período imperial até à República, apontando para novas discussões que a historiografia tradicional relegou, justamente por esses homens pertencerem a uma ideia política distante e perigosa para as elites que controlavam o país. A pesquisa de João Quartim de Moraes sobre militares de esquerda no Brasil é composta por três volumes: *A Esquerda Militar no Brasil, Volume I: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes*, publicada em 1991; *A Esquerda Militar no Brasil, Volume II: da Coluna Prestes à comuna de tenentes e soldados*, publicada em 1994; e o terceiro ainda não publicado, que abordará a ala de esquerda nas Formas Armadas, do período da guerra civil espanhola até o Golpe de 1964.

O autor não somente estabelece um conceito de esquerda às ideias e práticas de alguns grupos pertencentes à instituição militar, mas, a partir dele, também abre caminho para várias pesquisas sobre a História das Forças Armadas. Por um lado, sugere que a esquerda militar pode ser estudada como uma categoria analítica, e, por outro, como um parâmetro político, na medida em que é recuperada

a existência deste grupo de militares no aparelho de defesa do Estado brasileiro, problematizando sua intervenção política e teórica na história republicana, na maioria das vezes, de forma clandestina. Quartim de Moraes recupera aquilo que poucos sabem ou mesmo admitem haver, a existência de uma esquerda militar no Brasil, que igualmente interveio na história, em capítulos políticos importantes no Brasil do século XX. (CUNHA, 2009).

Para João Quartim de Moraes, sempre houve a presença de militares de esquerda na história do Brasil, principalmente no período republicano:

Os positivistas que proclamaram a República e que lutaram pela abolição, os “tenentes” que estiveram na vanguarda da luta contra a corrupta e carcomida República oligárquica, os oficiais democratas e nacionalistas dos anos 50 (muitos ligados ao PCB) que deixaram marcas de sua trajetória na transformação econômica e política de nosso país são exemplos dessa participação. Se, a partir de 1964, os militares de esquerda se tornaram espécie em vias de extinção, foi por terem sofrido uma caçada e expurgo político-ideológico sem precedentes na instituição armada do Estado brasileiro (MORAES, 2005, v.1, p. 42).

A perseguição gradual, iniciada em 1935 pelo levante da Aliança Nacional Libertadora (ANL) nas Forças Armadas, refletiu nos oficiais de esquerda, sejam eles comunistas nacionalistas ou progressistas, que por possuírem ideias políticas contrárias, em relação a maioria dos oficiais, enfrentaram preconceitos, sendo vítimas de punições e dificuldades na carreira militar. O Campo de pesquisa e debate é muito extenso, existindo vários movimentos e revoltas militares que ainda carecem de estudos específicos ao longo da história republicana brasileira.

Segundo o Cientista Político, Paulo Ribeiro da Cunha (2006), existem possibilidades de pesquisa que nos remetem às décadas de 1940 e 1950; fase que embora tivesse uma agenda insurrecional desenvolvida, foi caracterizada principalmente pelas várias insurreições militares de direita, seja a tentativa de impedir a posse de Juscelino Kubitschek, ou, na década seguinte, na tentativa de impedir a posse de João Goulart. Há, inclusive, indícios de algumas ações de resistência da esquerda militar logo após 1964, quando houve uma frustrada tentativa de articulação de um levante contra a ditadura baseado nos setores militares cassados e da ativa. O autor cita também o exemplo de Carlos Lamarca, assim como dos militares que resistiram às intempéries de 1964. Sem deixar de mencionar os muitos subalternos das Forças Armadas que participaram da luta de

resistência à ditadura nas muitas organizações de esquerda surgidas com este objetivo (CUNHA, 2009).

Alguns pesquisadores¹ vêm se debruçando sobre a temática da Esquerda Militar nas últimas décadas, recuperando e problematizando seu papel na construção do país, abordando suas ações em diferentes momentos da História Republicana Brasileira. Pesquisas que norteiam de alguma forma a construção desse trabalho, pois em todos esses estudos encontram-se as mesmas dificuldades em relação às fontes, além de percalços como a clandestinidade da grande maioria desses militares, as severas punições que muitos sofreram. Enfim, trabalhar com um assunto pouco conhecido como a esquerda no seio das Forças Armadas ainda é complicado, muito por conta dos vestígios da Ditadura Civil-Militar² de 1964, que deixou feridas abertas. Em tempos que se debate a Comissão da Verdade, a fim de ampliar o conhecimento sobre a nossa história, ainda obscura, problematizar esses personagens esquecidos se torna muito atual.

2.5 O ANTICOMUNISMO NAS FORÇAS ARMADAS.

Se a importância de uma ideologia se mede por sua capacidade de mobilizar forças e por seu poder de intervenção, pode-se afirmar que o anticomunismo desempenhou um papel fundamental na história das Forças Armadas e também na história republicana, sendo importante seu estudo para a compreensão e análise dos fenômenos históricos direta ou indiretamente ligados a essa temática, que ultrapassam o campo do político, refletindo também na sociedade, na economia e na cultura do Brasil. (FERREIRA, 1986).

O Exército brasileiro não consiste em um grupo homogêneo, ao analisarmos a história da instituição veremos divergências e controvérsias em seu interior. Entretanto, por se tratar de uma organização hierarquizada, os grupos que assumem a cúpula diretiva tendem a impor e articular suas ideologias e práticas no conjunto da instituição, valendo-se de repressões e expurgos para a consolidação

¹ Rodrigues (2004); Cunha (2002); Prestes (1999); Moraes (1989); Aquino (1988); Gorender (1987); Silva (1982); Sodré (1965); Vianna (1992).

² Neste trabalho convencionou-se usar o termo Ditadura Civil-Militar ao período histórico que abrange os anos de 1964-1985, pautado na leitura da obra do historiador uruguaio René Dreifuss: *A Conquista do Estado: ação política, poder e golpe de classe, 1987-1964*. Nessa leitura vemos indícios de que os militares conservadores não concretizaram o Golpe sozinho, mas tiveram a colaboração de setores civis que partilhavam da mesma ideologia.

de suas ideias. Assim, a concretização de uma prática anticomunista no interior do Exército se mostra compreensível. Cada grupo que controlava a cúpula da organização, ou disputava essa condição, passava a se utilizar deste discurso como fator de união entre os militares e de preocupação do Exército em relação à nação, devendo as Armas sempre se manter em guarda contra um suposto perigo vermelho, conforme Motta (2002), controlado por uma potência estrangeira, no caso a ex-União Soviética (URSS), mantendo a soberania nacional e a sociedade cristã ocidental preservada.

Em *Os Novos Bárbaros*, José Roberto Martins Ferreira (1986) destaca a década de 1930 como o momento em que o anticomunismo se tornou uma das ideias marcantes das Forças Armadas, não só no Brasil, mas também em outros países da América do Sul. As intervenções da Instituição Castrense nas questões políticas a partir de então, sejam elas bem sucedidas ou fracassadas, contra regimes específicos ou contra determinadas práticas, estavam de alguma forma ligadas, em maior ou menor grau, ao discurso anticomunista que se consolidava. Deste período em diante, as Forças Armadas Brasileiras têm se colocado, juntamente com outras instituições como a Igreja Católica e os partidos liberais, como arautos de uma ordem política e social, que está sendo afrontada por ideias subversivas, associadas às ideias esquerdistas em geral.

Ainda segundo o autor, o anticomunismo não é o único, porém muitas vezes torna-se o principal elemento ideológico que legitima a ação direta das Armas no cenário político. Outros discursos como o nacionalismo, o desenvolvimentismo e a moralização das instituições também são legitimadores para a intervenção militar na política. Contudo, ao olhar para história brasileira, principalmente ao atentar-se para os fenômenos políticos da história republicana, observa-se a grande importância do discurso anticomunista no interior das Forças Armadas em momentos cruciais de nossa história, tais como a implantação do Estado Novo, em 1937 e o golpe civil-militar, de 1964 (FERREIRA, 1986).

Esses períodos são abordados na análise sobre o anticomunismo e a história republicana brasileira, realizada pelo historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2002) em sua obra *Em guarda contra o "Perigo Vermelho"*. Sua pesquisa apresenta os dois momentos em que o anticomunismo foi fundamental não só dentro da instituição militar, mas, principalmente, como discurso legitimador de intervenções das Armas no cenário político. Trata-se da primeira grande onda anticomunista entre

1935 e 1937, na qual vemos a deflagração do que a historiografia nacional convencionou chamar de Intentona Comunista e a consequente perseguição aos partidários de esquerda que possibilitou a instalação do Estado Novo ditatorial de Vargas; e do segundo grande surto anticomunista, em 1961-1964, pelo qual se tem a ascensão de João Goulart seguido de uma forte crise política encabeçada por grupos anticomunistas, com destaque para a cúpula das Forças Armadas. Essa pressão teve como desfecho a deflagração do golpe de 1964.

A importância do anticomunismo na compreensão da relação das Forças Armadas como agente político na história brasileira se evidencia pelo fato de que:

Não seria exagero nenhum afirmar que se a história política recente do Brasil tem se caracterizado por uma constante e crescente presença das Forças Armadas na cena política, esta presença tem sido justificada, antecipadamente ou posteriormente, através da retórica anticomunista. Do golpe de 1937 ao golpe de 1964; da cassação do PCB em 1947 até a legalização dos partidos clandestinos em 1985; da Revolta de Jacarecanga até o Manifesto Silvío Frota de 1977; das críticas (e estímulo à neutralização) ao projeto de reforma agrária de 1963, às mesmas críticas e neutralização ao projeto de reforma agrária de 1985; da eleição de Getúlio em 1950 à eleição de Leonel Brizola, como governador do Estado do Rio de Janeiro em 1982 em suma, não há um acontecimento relevante para a política brasileira nos últimos cinquenta anos e que com a presença das Forças Armadas, ou setores expressivos delas, onde a retórica anticomunista não seja utilizada. (FERREIRA, 1986, p. 50-51).

Portanto, é com a eclosão da chamada Intentona Comunista, em 1935 que se institucionaliza o anticomunismo como um discurso das Forças Armadas, prática que acompanhou a ideologia dominante do Exército e que se faz presente na instituição e fora dela, com resquícios até os dias atuais. Assim, por meio do rito do dia 27 de novembro, o Exército cria a noção de que o comunismo e seu consequente combate é uma característica indissociável das Armas. Ademais, o expurgo desta ideia política seria uma tarefa, ou seja, uma obrigação da instituição militar como um todo.

O anticomunismo nas Forças Armadas também é abordado na pesquisa de Celso Castro (2002), na qual o autor analisa os principais rituais e símbolos do Exército, por intermédio de três importantes momentos históricos que se transformaram em tradições fundamentais da instituição castrense: o culto a Caxias, como patrono do Exército; as comemorações da vitória sobre a Intentona Comunista, de 1935; e, por fim, o dia do Exército comemorado na data da primeira

Batalha dos Guararapes. Para o pesquisador, a frustrada revolta comunista de novembro de 1935 foi um acontecimento chave no processo de institucionalização da ideologia anticomunista nas Forças Armadas Brasileiras.

Pode-se falar de anticomunismo desde que o comunismo existe. O preâmbulo do Manifesto comunista de Marx e Engels, de 1848, já menciona o comunismo como um “fantasma” a assustar os principais líderes conservadores europeus. O anticomunismo ganha força, no entanto, com a revolução bolchevista de outubro de 1917, na Rússia, marco a partir do qual a doutrina tornou-se uma alternativa política real. Embora de fácil definição, o termo “anticomunismo” engloba um conjunto bastante heterogêneo de forças políticas e sociais. Católicos, liberais, militares, empresários, nacionalistas e fascistas aparecem unidos por uma postura negativa, por se posicionarem contra um inimigo comum. Por isso, a convergência entre os diversos anticomunismos ocorre apenas em períodos percebidos como de aumento do “perigo comunista”, geralmente de curta duração (CASTRO, 2002, p. 49-50).

Em meados do século 19, alguns políticos brasileiros, como Joaquim Nabuco, já alertavam para as consequências negativas das ideias comunistas e a possibilidade de elas adentrarem o Brasil. Mas foi só a partir de 1917, que o comunismo, com a propagação de seus ideais advindos da vitória na Revolução Russa e da subsequente formação de um partido comunista do Brasil (PCB), em 1922, passou a se configurar uma situação real, deixando em alerta os setores contrários a essa ideologia. No início da década de 1930, a situação se agrava considerando a adesão do líder tenentista Luis Carlos Prestes ao comunismo e sua filiação PCB, em 1934, assim como a formação da Aliança Nacional Libertadora (ALN) composta também pelos comunistas em 1935, tornando o comunismo mais próximo no país.

Esse período é marcado por um crescente fortalecimento de regimes autoritários tanto à direita quanto à esquerda no contexto internacional, tendo seus reflexos no Brasil contrários ao liberalismo político e à democracia. Segundo Celso Castro (2002, p. 50), a descrença na democracia era generalizada, sendo este o cenário político conturbado no qual a ameaça comunista no país deixa de ser distante e se torna real, quando, no final de 1935, estoura uma revolta capitaneada pelos comunistas. Essa tentativa de golpe comunista causou grande agitação pública ainda mais quando veio à luz a participação de estrangeiros ligados à Internacional Comunista. O episódio ficou conhecido como Intentona Comunista, nome pejorativo dado ao levante comunista pelos vencedores.

O autor explica que nos meses seguintes à revolta, Vargas e os chefes militares começaram uma perseguição implacável aos ditos inimigos da nação, os comunistas. Também foi decretado estado de sítio, ocorrendo inúmeras expulsões de militares de esquerda das Forças Armadas. Os comunistas brasileiros foram acusados de estarem a serviço de Moscou, sendo, portanto, traidores da pátria. Os militares que participaram da revolta foram acusados ainda de dupla traição, não só com o país, mas também com as Forças Armadas, que foram ultrajadas em seus dois pilares: a hierarquia e a disciplina. As Armas, nos anos seguintes, cristalizaram a ideia de traição, criando um forte anticomunismo no interior da instituição, embora a oposição dos setores militares ao comunismo anteceda a Intentona de 1935; foi a partir desta data que a Instituição Castrense passa a identificar e combater o comunismo como principal inimigo (CASTRO, 2002).

A ênfase dada neste trabalho é o fato de que o discurso anticomunista nas Forças Armadas possui uma datação, ou seja, é a partir de 1935 que a instituição militar assume um papel de fundamental importância no combate à ideologia comunista no Brasil. A perseguição que se sucedeu possibilita a compreensão sobre as práticas adotadas pelas lideranças do Exército. Os militares de cunho esquerdista foram perseguidos dentro da corporação, sendo acusados de traidores da pátria, o que não impediu a existência de grupos de esquerda, ligados ou não ao PCB, dentro das Forças Armadas. Tal assertiva reforça a importância desta análise, que demonstra o quanto o comunismo ou qualquer outra ideia política de esquerda se transformaram em tabus e ideias a serem combatidas nas Forças Armadas brasileiras.

3 CONJUNTURAS DO PERÍODO: 1942-1952.

3.1 A PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA NA 2ª GUERRA MUNDIAL.

No início da Guerra o Brasil manteve uma posição ambígua em relação aos lados beligerantes, fator atribuído primordialmente à divisão de opiniões na cúpula governamental brasileira, além das importantes relações e negociações econômicas mantidas com ambos os lados do conflito, principalmente com a Alemanha e os EUA, o que reforçava a necessidade de se manter neutro a fim de não prejudicar os interesses do Estado. Os posicionamentos políticos-ideológicos dividiam as autoridades nacionais, muitos oficiais do Exército, próximos ao presidente, eram entusiastas dos regimes fascistas, nomes como o do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro, General Eurico Gaspar Dutra e o do também general Euclides Zenóbio da Costa. Em contrapartida existiam pessoas de grande prestígio com o presidente, como é o caso do ministro das relações exteriores Oswaldo Aranha, que se posicionavam abertamente em defesa de uma aproximação do país com os norte-americanos. (McCANN, 1995). Entretanto, com o transcorrer dos combates, o país foi gradativamente se aproximando dos Aliados, e a relação do Brasil com os EUA foi decisiva nessa tomada de posição.

Já em 1939, através das Conferências Interamericanas, os Estados Unidos temendo a ampliação do conflito, passou a pressionar os demais países do continente a se alinharem em um bloco coeso a fim de se protegerem caso a guerra chegasse a América. No mesmo ano em um encontro realizado no Panamá esse pacto foi selado, declarando neutralidade em relação à guerra; um ano depois, em nova reunião realizada na cidade de Havana, foram firmadas as bases de uma união continental e de ajuda mútua em caso de um ataque externo. Para atrair o apoio das Nações Latino-americanas, principalmente o Brasil por sua localização estratégica e pela influência regional, os norte-americanos acenavam com uma série de benefícios econômicos, como a concessão de créditos (McCANN, 1995).

O Brasil, que já há alguns meses vinha adiando sua tomada de posição, adotando o que o historiador Francisco Ferraz chamou de “diplomacia ambígua” (FERRAZ, 2005 pag.16), atribuída a simpatia de membros do alto escalão do governo com as ideias fascistas e a política dúbia praticada por Vargas que barganhava investimentos e vantagens com ambos os lados, teve que se decidir e a

opção pelos norte-americanos foi a escolhida, pautada em uma série de acordos e aproximações econômicas, militares, políticas e culturais. O complicado acordo entre as duas nações, que já se arrastava havia alguns anos, para a construção de uma indústria siderúrgica é um claro exemplo dessa política de aproximação. Preocupados com uma possível debandada do Brasil para o lado oposto e principalmente com a hegemonia continental dos Estados Unidos, em Setembro de 1941 liberaram recursos, condições técnicas e matérias para que o acordo sobre a siderurgia fosse concluído. A Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), que só foi concluída em 1946, se tornou um importante símbolo, não só da aliança entre Brasil e os Estados Unidos, mas também da entrada do país na guerra.

Descontentes com o avanço dos combates sobre o Mediterrâneo e os ataques submarinos no Atlântico Norte e cientes da forte possibilidade de sua entrada na guerra, as lideranças norte-americanas enxergavam o Nordeste brasileiro (Natal) como um importante ponto estratégico, por sua proximidade aérea a importantes áreas de conflito como o norte da África e de alguns pontos da Europa. A concessão de territórios para que se instalassem bases aéreas e militares nesses territórios, juntamente com acordos de envio contínuo e exclusivo de matérias-primas essenciais, com destaque a borracha, para os norte-americanos também fizeram parte da aproximação entre os dois países, alinhando em definitivo o Brasil aos Estados Unidos e conseqüentemente aos Aliados. (MOURA, 1991).

Até o final de 1940, a Guerra era um conflito entre nações europeias, mas a partir de então vai se generalizar pelas extensas regiões da África e posteriormente Ásia, estendendo-se conseqüentemente ao restante do globo. O Japão, aliado da Alemanha desde 1937, já controlava territórios na China; a expansão japonesa foi vista com temor pelos norte-americanos, que iniciam várias sanções buscando enfraquecer seus rivais na disputa pelo controle do Pacífico. No campo diplomático iniciaram-se conversas para obter a desocupação japonesa da China e Indochina, o que não obteve sucesso tornando o clima ainda mais hostil entre as duas potências.

Enquanto na Europa em meados de 1940, a situação da Inglaterra se torna de total isolamento continental, sua poderosa esquadra, apoiada pela Força Aérea Real (RAF) havia impedido Hitler de invadi-la, restando a esse, adotar a estratégia dos bombardeios aéreos e ataques submarinos. Os ingleses foram submetidos ainda a um cerco estratégico, isolando a ilha de suas colônias.

Desejava-se, assim, enfraquecer as fontes de abastecimento em matérias-primas e alimentos, necessárias a seu esforço de guerra. No entanto, com a ajuda dos Estados Unidos no esforço de guerra inglês, através do fornecimento de produtos estratégicos, esta política não se concretizou. Imensos comboios passaram a atravessar o Atlântico apoiados pela esquadra anglo-americana, esta política da guerra submarina terminou por levar os alemães a realizarem ataques constantes e indiscriminados a navios mercantes, mesmo àqueles países que ainda permaneciam neutros.

A entrada dos Estados Unidos no conflito tornava-se cada dia mais próxima, o estopim ocorre após o ataque nipônico à base naval de *Pearl Harbor* no Havaí, sede da frota norte-americana no Oceano Pacífico, o que os coloca diretamente na Guerra. Poucos dias após o ataque japonês, Alemanha e Itália declararam guerra aos EUA. O ocorrido em dezembro de 1941 mudaram de maneira irreversível os rumos do conflito e também a neutralidade brasileira. Ao entrarem na guerra, os EUA exigiram veementemente uma postura de seus aliados continentais, a de cumprirem o que havia sido acordado anteriormente nas Conferências Interamericanas. Nessa conjuntura, o Brasil, assim como as demais nações latino-americanas, rompem relações diplomáticas com os países do Eixo em janeiro de 1942, durante a Conferência do Rio de Janeiro, exceção feita à Argentina e o Chile que se mantiveram neutros em relação ao conflito. (McCANN, 1995).

A constante movimentação de navios e aeronaves de guerra norte-americanos no Nordeste brasileiro, a partir de 1941, trouxe uma nova situação para o Brasil no cenário mundial causando danos diretos. Os torpedeamentos de navios mercantes no Oceano Atlântico não eram novidade, submarinos alemães já atacavam frotas norte-americanas e canadenses que levavam equipamentos e matéria-prima para a Inglaterra desde 1940. Mas a partir do rompimento de relações diplomáticas dos países latino-americanos com o Eixo, não só a região norte do Atlântico estava em perigo, à região sul também se tornou alvo dos nazistas, e não demorou muito a acontecer os primeiros ataques. Entre fevereiro e agosto de 1942, 12 embarcações de comércio brasileiras foram alvos de ataques em águas internacionais, causando centenas de mortes. Dando sequencia a seus planos de guerra, a Marinha nazista designou uma dezena de submarinos para o litoral brasileiro, e em 15 de agosto de 1942 os torpedos lançados do U-507 atingiram e afundaram o Baependi e outras duas embarcações, o Araraquara e o Aníbal

Benévolo, deixando mais de 550 mortos. Nos dias seguintes, mais três navios foram afundados, aumentando em mais 56 o número de baixas, e até o final da guerra 12 outras embarcações nacionais foram batidas, deixando um saldo de mais 334 mortes. (FERRAZ, 2005).

Os ataques e as mortes ocasionadas pelos ataques do Eixo arrastaram o Brasil em definitivo para o conflito, em 31 de agosto de 1942, o país declarou estado de guerra contra a Alemanha e a Itália, iniciando os planejamentos para o envio de uma força expedicionária com o intuito de combater o inimigo em solo estrangeiro, ideia incentivada pelo crescente clamor das manifestações populares que ganhavam corpo e voz diariamente nas grandes cidades do país, pedindo a entrada do país na guerra e a vingança pelos mortos nos ataques litorâneos. No final do mesmo ano, o Exército juntamente com a cúpula governamental iniciaram as tratativas com os Estados Unidos para a execução do envio dos brasileiros para os combates. A visita do presidente Frank Roosevelt ao país em janeiro de 1943 e seu encontro com Vargas selaram em definitivo a participação brasileira no conflito.

A formação da Força Expedicionária Brasileira (FEB) foi marcada por alguns percalços políticos e organizacionais que atrasaram sua formação e partida. Primeiramente o presidente Getúlio teve que convencer algumas lideranças militares, simpáticas ao nazi-fascismo e contrárias ao apoio brasileiro aos EUA e Aliados, de que o envio de tropas nacionais ao teatro de guerra fortaleceria o país. Dessa forma, o presidente cumpriria seu duplo projeto político, de um lado equiparia e fortaleceria as Forças Armadas, mantendo o apoio dos militares ao Estado Novo, e por outro lado, asseguraria uma condição privilegiada para o Brasil no cenário internacional do pós-guerra. (MOURA, 1991).

Assim, o então Ministro da Guerra, Eurico Gaspar Dutra ficou incumbido de organizar a força, o primeiro passo era indicar um comandante, o escolhido foi o General Mascarenhas de Moraes, opção essa que levou mais em conta as questões políticas do que as próprias necessidades militares, pois o general era avesso à popularidade entre a tropa e um exemplar oficial militar, não oferecendo, portanto, perigo à ordem vigente caso retornasse com a tropa vitoriosa. Dutra ainda agiu cuidadosamente na escolha dos oficiais que iriam compor o contingente, escolhendo os que se mostravam mais leais a ele e ao governo.

O segundo passo foi o envio de um grupo de oficiais em 1943, a fim de colher informações sobre a guerra, observando o terreno de operações e a força bélica tanto de aliados quanto de inimigos. Alguns oficiais foram designados a permanecer na Itália sob orientação dos norte-americanos para operacionalizar o desembarque, recepção e o treinamento das tropas. Essa observação alertou as autoridades brasileiras ao fato de quão despreparado o Brasil encontrava-se para participar da guerra, conflito esse, que exigia muito de seus combatentes, tanto física quanto psicologicamente, além das questões técnicas que envolviam desde a alimentação das tropas até os armamentos, onde a disparidade era ainda maior em relação às grandes potências.

Essas são as circunstâncias em que se iniciam o recrutamento para a formação das tropas, previa-se o envio de um contingente, formado por três divisões, de aproximadamente 60 mil homens, no entanto, essa previsão se mostrava incompatível com a realidade do país, que em todo seu efetivo militar possuía pouco mais de 90 mil homens. De início pretendia-se recrutar unidades militares já treinadas e equipadas, mas acabou-se optando por um recrutamento intensivo em todo o território nacional, opção essa, escolhida pelo temor das autoridades brasileiras em perder unidades já treinadas que poderiam ficar protegendo as divisas do país de eventuais ataques inimigos, além da preocupação das autoridades militares com o baixo nível de alfabetização e porte físico das unidades militares existentes no Brasil, assim, um novo exército deveria ser formado para essa missão. (FERRAZ, 2005)

Sob o comando do Ministério da Guerra o recrutamento e a escolha dos expedicionários teve início, entretanto os convocados deveriam ser aprovados em exames físicos e psicológicos com critérios pré-estabelecidos, como possuir altura superior a 1,60 metros, peso mínimo de 60 quilos, equilíbrio emocional e mental e dentição completa, a fim de constituir uma elite de homens em um contingente de 200 mil convocados. (MAXIMIANO, 2004). Essa seleção acabou por evidenciar a triste situação clínica e sanitária da população brasileira, de desnutrição até doenças parasitárias, passando por psicoses variadas, foram diagnosticadas nos exames dos convocados, inclusive em praças e oficiais do Exército regular. Com a exposição desse alarmante quadro, a quantidade de selecionados ficou abaixo do esperado, a solução encontrada foi a diminuição de exigências médicas e físicas, prática já adotada em algumas regiões pela falta de equipes médicas para tal

inspeção. Se não bastassem os problemas físicos e sanitários da convocação, ainda houve inúmeras baixas na composição da tropa, causados pelas dispensas, ocasionadas por proteção política.

O fato é que a FEB, mesmo enfrentando dificuldades variadas, conseguiu se constituir, mesmo que não como idealizada inicialmente, mas como foi possível concedê-la. Segundo Ferraz a FEB:

Não era mais a elite planejada, mas o retrato mais fiel do Brasil: jovens trabalhadores rurais e urbanos, provenientes das classes populares, entremeados com alguns membros da classe média e poucos membros da elite. Sua escolaridade média era baixa, sua compreensão do que era aquela guerra e das razões por que lutar nela era, em geral, mínima. Em contraste, entre os estudantes universitários, que capitaneavam comícios e manifestações para o Brasil entrar na guerra, pouquíssimos realmente alistaram-se para o combate. O número de voluntários foi pequeno: pouco mais de mil homens, em um contingente de vinte e cinco mil selecionados. (FERRAZ, 2005, p. 49.)

Os homens foram levados, agrupados e treinados no Rio de Janeiro, onde enfrentaram dificuldades, desde o treinamento até a estadia na Capital Federal. A força expedicionária foi reunida em três regimentos, com aproximadamente 5 mil homens cada, o restante dos 10 mil selecionados, compuseram o depósito de pessoal que ficariam responsáveis pela substituição das baixas em combate, órgãos do comando e o apoio logístico da linha de frente. Superando tantos percalços e desconfianças, na época muitos boatos diziam que a FEB não sairia do país ou de que por causa do atraso em sua formação chegaria à Europa apenas no final da guerra, a composição da força é concluída no final de 1943.

No início de 1944 iniciam-se os acertos para a partida, nesse período ocorreram alguns desacertos entre o Brasil e os Estados Unidos, de quem as tropas brasileiras dependiam totalmente, pois pelas mãos norte-americanas é que o contingente nacional foi armado, vestido, alimentado e treinado para poder suportar as adversidades futuras. Superados esses desencontros os pracinhas embarcaram rumo à Itália. O primeiro escalão foi transportado para a Europa em um navio-transporte americano, fato que também ocorreu com os demais escalões que foram posteriormente embarcados.

Ao desembarcar em *Nápoles* em julho de 1944 o primeiro escalão da FEB foi incorporado a máquina de guerra norte-americana, 4º Corpo do V

Exército comandado pelo General *Mark Clark*, juntamente com uma força multinacional composta por ingleses, poloneses, canadenses, indianos, neozelandeses, evidenciando varias novas experiências militares para as tropas brasileiras. A Campanha da Itália, falando estrategicamente foi muito difícil por se tratar de uma região geográfica acidentada, o que tornou a progressão dos combates lenta; mesmo em menor numero os alemães e italianos remanescentes do Exército Republicano de *Mussolini* resistiam duramente aos ataques aliados, somando-se a isso as dificuldades climáticas e a inexperiência dos brasileiros naquele tipo de combate que também ocasionaram uma maior dificuldade. Os problemas encontrados pelos expedicionários não foram apenas nos combates nas montanhas, pois as ações bélicas travadas no espaço urbano foram tão ou mais letais.

Após um rápido período de adaptação aos novos equipamentos, ao terreno de operações e treinamento os soldados brasileiros começaram a realizar as primeiras missões, patrulhando e atuando com pequenas ofensivas contra as defesas do Eixo que estavam estagnadas nos vales do rio *Reno*, próximos às cidades de *Pisa* e *Florença*, setor considerado calmo, auxiliando os soldados em sua adaptação aos demais palcos da guerra. (FERRAZ, 2005). A partir de setembro de 1944, os combatentes se colocaram pela primeira vez na linha de frente, com a incumbência de desalojar tropas inimigas das montanhas ocupadas, enfrentando experientes e bem equipados soldados; meses depois a FEB enfrentou uma divisão de italianos, apoiados por unidades alemãs, na região de *Barga*. Em novembro do mesmo ano, com a chegada dos demais regimentos, os pracinhas foram enviados para a região de *Monte Castello*, a fim de atacar e conquistar as fortificações alemãs que impossibilitavam o avanço aliado nesse frente de batalha.

Em *Monte Castello* os brasileiros enfrentaram duros combates, agravados pelo forte frio que castigava a região e pelo fato de combaterem em uma área íngreme contra um forte e estrategicamente bem posicionado inimigo, fatores que complicaram ainda mais a tomada dessa posição, deixando várias baixas entre os febianos. Somente em fevereiro de 1945, em uma operação conjunta com uma unidade de montanha norte-americana a região foi conquistada dos alemães, após essa vitória, a FEB passou a operar na varredura das linhas de defesa inimigas. (MAXIMIANO, 2004).

Prosseguindo em suas ações em solo italiano, a força nacional ainda atuou na conquista da pequena cidade de *Montese*, situada entre a cadeia de montanhas e o vale do rio *Pó* no norte da Itália, que se encontrava sob o domínio do Eixo. Os três regimentos da FEB foram envolvidos nesses combates, onde cerca de 3 mil soldados alemães protegiam a cidade e suas cercanias, se configurando no combate mais acirrado enfrentado pelos brasileiros na guerra, após dias de conflitos, sobre o peso de centenas de baixas brasileiras, os soldados conquistaram a cidade. (MAXIMIANO, 2004).

Por fim, há poucos dias que antecederam a rendição total das forças rivais na frente italiana a FEB, nas proximidades da cidade de *Formovo*, ainda efetuou a captura de 15 mil soldados inimigos que tentavam se evadir em retirada, encerrando assim suas ações diretas no conflito. Em 2 de maio de 1945, após 239 dias de ação ininterrupta na linha de frente a força brasileira de guerra terminava sua participação nos combates, data em que todas as tropas alemãs e italianas se renderam na Itália.

Para os expedicionários brasileiros a guerra chegava ao seu fim, sendo o primeiro passo para a rendição incondicional de todas as tropas do eixo na Europa, fato que ocorreria dias depois em 8 de maio de 1945. Estava assim encerrado o capítulo vivido pela Força Expedicionária Brasileira no Teatro de Operações da Itália e na sua participação na Segunda Guerra. Cumprida a missão, chegava a hora de voltar para casa com um custo de 443 mortos, aproximadamente, e milhares de feridos, em um efetivo de 25.334 soldados. Entre os meses de maio e junho de 1945, a tropa foi incumbida da ocupação militar do território conquistado, atuando nas cidades dominadas, logo após os expedicionários se concentraram, preparando-se para o regresso ao Brasil.

Na frente ocidental, depois de avançar pela Itália, os Aliados executaram uma forte ofensiva a partir da Normandia, litoral norte da França, abrindo caminho ao longo do Atlântico e avançando em direção à Alemanha. Desde o ano de 1944 o avanço dos soviéticos já castigava as forças nazistas no leste do continente, no fim do mesmo ano as tropas soviéticas invadem pela primeira vez o território alemão. Finalmente a Segunda Guerra Mundial chegava ao seu fim na Europa, em setembro de 1945. Os italianos mesmo com as tropas alemãs em seu território assinam um tratado de paz com os Aliados e a Alemanha é invadida. Em

agosto de 1945 o Japão se rende aos Aliados após as bombas atômicas lançadas pelos EUA em *Hiroshima* e *Nagasaki*, deixando marcas profundas na humanidade.

Já vislumbrando a vitória aliada no final de abril, oficiais da FEB já se ocupavam com o retorno ao país, preocupados com os rumos e principalmente o peso político que a tropa teria ao desembarcar em solo brasileiro. Inúmeras notícias chegavam do Brasil indicando a diminuição da censura do Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P), órgão de grande poder durante o Estado Novo, evidenciando assim, o desgaste do governo ditatorial de Vargas, além de especulações sobre possíveis eleições para a sucessão presidencial. Empolgados com a vitória dos Aliados e com a possibilidade do fim do regime autoritário, a imprensa brasileira colocava a FEB como símbolo da pretensa democracia almejada, destacando a incoerência existente entre os homens que derrotaram o fascismo na Europa e o governo de exceção praticado por Getúlio, criando uma esfera de grande expectativa no retorno dos praçinhas, de quem se esperava um golpe final ao combatido regime. (SILVEIRA, 1965).

Sobre o caráter político da desmobilização da FEB, algumas dúvidas ainda pairam no ar, sobre quem teria se precipitado em desmobilizá-la ainda na Europa, se o governo temeroso do regresso da força e suas consequências no desgastado regime, ou se opositores do presidente, temerosos de um possível apoio da tropa a Vargas, que gozava de grande simpatia entre os praças. Segundo Ferraz:

Durante muito tempo acreditou-se que Vargas temia a volta da FEB porque isso poderia apressar o fim de seu regime. Explicava-se assim a desmobilização feita às pressas, ordenada pelo Ministério da Guerra quando a FEB estava ainda embarcando seu primeiro escalão de retorno, no dia 16 de julho de 1945. Todavia, estudos mais recentes salientam que as maiores desconfianças em relação aos expedicionários não partiram de Vargas ou de seus aliados, mas das principais autoridades militares brasileiras, os generais Dutra (ministro da Guerra) e Góis Monteiro (chefe do Estado-Maior do Exército), e de setores políticos que teriam mais a perder com a livre expressão política dos “praçinhas” do que Getúlio Vargas. (FERRAZ, 2004. Pag.371).

As oposições ao governo buscaram se apropriar politicamente da FEB, principalmente da imagem que vinha sendo construída pela mídia, de uma força democrática, símbolo das mudanças nacionais. A recém-criada União Democrática Nacional, partido que agrupava distintos opositores do presidente, que se estendiam desde oficiais militares até antigos aliados afastados do poder, tentou utilizar os praçinhas para justificar o evidente desgaste do regime, argumentando

que o fim da 2ª Guerra escancarava a ruína dos governos ditatoriais, e que eleições presidenciais deveriam ser convocadas. (FERRAZ, 2004). Havia ainda uma clara preocupação por parte das autoridades políticas e militares com a possível aproximação e apropriação da imagem da FEB com os comunistas, que agora na legalidade, também buscavam utilizar os expedicionários e suas significações em suas lutas políticas, alegando que os soldados brasileiros que combateram o nazi-fascismo na Europa continuariam essa luta também em seu país assim que voltassem. (PRESTES, 1945).

O fato é que para evitar qualquer tipo de proveito político que as oposições ou até mesmo o governo pudessem tirar da FEB e seus expedicionários, a desmobilização foi apressada. Depois de apresentadas às propostas sobre os procedimentos de viagem, recepção, aquartelamento das tropas, licenciamento, destino das bagagens e do material bélico conquistado na guerra, devolução dos uniformes e dos equipamentos pessoais utilizados na campanha, concessão das medalhas e manifestações honrosas, organização das festividades para receber os ex-combatentes, teve início o processo de desmobilização da FEB, envolvendo autoridades brasileiras e norte-americanas; como acontecera no embarque, coube aos EUA o transporte e a escolta no regresso da força, que foi desmobilizada ainda na Itália, contrariando as recomendações norte-americanas.

Os primeiros passos foram desarmar a tropa e transferir seu comando para as lideranças do Exército no Brasil, além disso, ficou decidido que após a recepção festiva na Capital Federal, os soldados deveriam se alojar nos quartéis na mesma cidade aguardando a dispensa. Ordens também definiram um prazo de uma semana para que os febianos utilizassem seus uniformes e honrarias de guerra, tornando-se proibido depois desse limite a utilização de qualquer símbolo da FEB. Os pracinhas, também estavam impedidos de se manifestarem sobre a Guerra e a Força Expedicionária Brasileira sem a autorização de um superior. Essas medidas deixavam claro o temor das autoridades militares em relação aos expedicionários e um possível comprometimento do "*status quo*", tão caro as lideranças que já articulavam a defesa de seus interesses políticos. (BARBOSA, 1985).

A chegada dos pracinhas à Capital Federal causou comoção popular, festas de boas-vindas e desfiles os esperavam e a empolgação tomou conta de todos, sendo recebidos como heróis, além do pagamento dos soldos e do

terço de campanha o que dava aos pracinhas uma sensação de reconhecimento e bem estar, cobertos de glórias e recompensados financeiramente. Mas, esses combatentes logo caíram em esquecimento e o grande entusiasmo do início diminuiu muito, com o passar do tempo ninguém mais se interessava pelas histórias de guerra. Agora transformados em ex-combatentes lutaram para reaver suas vidas, voltar a seus trabalhos ou no caso de estarem desempregados antes da partida conseguir um emprego retomando suas rotinas. Mas, esses veteranos não eram mais pessoas comuns, depois de passaram meses vivendo em outro meio social, presenciando os horrores de uma guerra, já não eram mais os mesmos, isso ficou evidente nas diversas dificuldades na readaptação, gerando inúmeros conflitos em seus empregos, famílias e na sociedade. (FERRAZ, 2003).

Os problemas começaram quando se deu início a desmobilização oficial da FEB, mesmo compartilhando com a máquina de guerra norte-americana os planejamentos e a execução de todas as etapas de combate, as autoridades militares brasileiras não prepararam nenhuma ação de reintegração social de seus combatentes, diferente do que acontecia em outros países como o próprio EUA, por exemplo, onde políticas de reintegração social dos ex-combatentes de guerra foram adotadas ,até pelo fato desses países já vivenciarem outras experiências do gênero, enquanto nas nações aliadas, essa questão já era estudada desde o início da guerra no Brasil quase nada foi feito de concreto, a não ser alguns estudos e planejamentos para os procedimentos de desmobilização e licenciamento das tropas expedicionárias.

Se não bastasse a falta de planejamento na reintegração dos veteranos, havia ainda, uma nítida má vontade com os expedicionários, dentro do Exército, os oficiais que preferiram permanecer no Brasil temiam ser preteridos nas promoções pelos oficiais e praças da FEB. A recepção dos militares febianos regulares nos quartéis foi fria e até mesmo hostil. A cúpula da hierarquia militar brasileira contribuiu para as dificuldades dos militares da FEB, destacando-os para bases e guarnições distantes, muitos ex-combatentes reclamavam que no dia-a-dia dos quartéis, eram hostilizados pelos seus pares que não foram combater na Europa. Contudo, embora considerassem injusto o tratamento que recebiam nos quartéis, os militares de carreira que combateram na guerra possuíam ainda sim, uma carreira segura, pensão integral na reforma e direitos médicos garantidos. Já os expedicionários civis, ao contrario, sem a proteção do Exército, tiveram de lidar com

problemas mais críticos, deveriam reintegrar-se à vida cotidiana em uma sociedade que não conhecia os horrores da guerra e que não estava preparada para recebê-los. Nas primeiras semanas após o retorno, quase todos os ex-combatentes sentiram, em maior ou menor grau, dificuldades no convívio social com a população não combatente, fato que também ocorreu em todos os países e guerras que utilizaram massas de cidadãos-soldados em combate. (FERRAZ, 2003).

As trajetórias dos veteranos brasileiros foram variadas, os que possuíam alguma formação escolar ou habilitações profissionais encontraram menores dificuldades, assim como os que antes da partida tinham algum cargo público. Mas o grosso do contingente expedicionário deparou-se com o despreparo e o medo do desemprego, os patrões eram obrigados por lei a readmitir seus empregados que foram para a guerra, mas em seguida, alegando desajustamento e neurose demitiam esses funcionários. As dificuldades de conseguir emprego também cresciam pelo fato de a maioria dos expedicionários terem sido recrutados justamente na idade de aprender uma profissão, sem capacitação para trabalhar muitos veteranos tiveram que enfrentar um mercado de trabalho desigual. Além disso, havia ainda muitos ex-combatentes feridos em combates ou portadores de doenças contraídas na guerra, que tiveram que batalhar contra a má vontade burocrática para receberem auxílio e provar sua incapacidade física para o trabalho. Histórias de veteranos reduzidos à mendicância ou dependentes de favores da família eram comuns. (FERRAZ, 2003).

Com o aumento das reclamações, devido a essas dificuldades de adaptação social e econômicas, a ideia de criar associações de ex-combatentes cogitadas ainda em solo italiano foi resgatada. Os brasileiros foram influenciados por outras tropas aliadas, que por já terem vivido essas dificuldades de readaptação, oriunda de outros conflitos, haviam constituído associações de ex-combatentes, países como a França, Inglaterra e Estados Unidos. A luta dessas associações de veteranos buscou adquirir direitos, benefícios e amparo aos milhões de associados, o que transformou as associações em uma grande força social e política. No mundo todo, as associações de ex-combatentes possuíam as mesmas funções, tendo em suas principais reivindicações, a pressão por empregos e pensões, reintegração social e maior participação política. Assim, em 1º de outubro de 1945, foi fundada no Rio de Janeiro a primeira Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB), a

seguir, outras foram sendo criadas de maneira espontânea em varias cidades do país.

Com o nascimento da associação, o veterano podia rever seus companheiros de campanha, receber orientações de seus direitos, poderia ajudar uns aos outros e principalmente constituir um espaço de vivência social e política, um ponto de encontro e de eventos sociais de seus afiliados e familiares. A associação se constitui na voz interlocutora legítima dos ex-combatentes brasileiros junto das autoridades. Fora desse espaço social não haveria possibilidade de pressão, pois os veteranos encontravam-se espalhados pelo território nacional, principalmente pelo interior, portanto, agrupar-se foi a melhor saída que os ex-combatentes encontraram para reivindicar sua situação e direitos. As associações também teriam a função de preservar a memória da FEB, organizando comemorações, desfiles, cerimônias cívicas, publicação de livros e jornais, a fim de, divulgar a memória dos veteranos e seus feitos.

3.2 A REDEMOCRATIZAÇÃO DO PAÍS: O GOVERNO DO GENERAL DUTRA E A VOLTA DE GETÚLIO AO PODER.

Desde a entrada do Brasil na 2ª Guerra Mundial o presidente Getúlio Vargas foi se preparando para a nova atmosfera política que se estabeleceria com o fim dos regimes fascistas, alterando práticas e posturas, acenando com mudanças que alterariam o panorama do governo brasileiro. Já em 1943, Vargas começa a dar indícios, tanto a seus aliados como a seus opositores, de que após a guerra rejustaria a estrutura política nacional. No mesmo ano, a forte censura a imprensa personificada no Departamento de Imprensa e Propaganda (D.I.P), que por anos havia silenciado as oposições ao regime, começava a permitir opiniões dissidentes dando os primeiros sinais concretos de mudança, um exemplo dessa postura se demonstra em outubro, quando um grupo de intelectuais e políticos mineiros publicou um manifesto pedindo a redemocratização do país. As manifestações contra o regime começaram a se avolumar, mobilizando a oposição e a esfera política do país.

Em 1945, organizados no 1º Congresso Brasileiro de Escritores, intelectuais reivindicavam a liberdade de expressão e eleições diretas para a escolha de um novo presidente para o Brasil. Ainda em 1945, outro protesto ganha

destaque no ambiente político do período, José Américo de Almeida, antigo candidato da não realizada eleição de 1937, impedidas pelo golpe que instaurou o Estado Novo, concedeu uma entrevista pedindo uma disputa eleitoral democrática sem a presença de Getúlio. Pressionado pela repercussão desses protestos, o presidente cede terreno a oposição, reafirmando a intenção de que ocorreriam mudanças em breve. (SKIDMORE, 1976).

Em fevereiro de 1945, Vargas acalma a oposição decretando um ato adicional que fixava em 90 dias a escolha da data para a realização de eleições presidenciais. Logo em seguida a emenda constitucional promulgada pelo presidente, o nome dos primeiros concorrentes já começavam a ser especulados, em torno da oposição o nome do brigadeiro Eduardo Gomes aparecia como forte candidato, agrupando sobre ele diversos grupos heterogêneos ligados pela negação a Getúlio. A cena política do país que já estava agitada esquentou ainda mais, quando no início de março o presidente, que até então era visto também como candidato ao pleito, anunciou que não pretendia se candidatar. Dias depois, um movimento com apoio do Exército, começou a se articular indicando a candidatura do General e Ministro da Guerra Eurico Gaspar Dutra, que aceita sua indicação no início de abril.

O governo se aproximava ainda mais da abertura política ao ceder a antigas reivindicações de seus opositores, como o anúncio da Anistia, que colocava em liberdade centenas de presos políticos que haviam permanecido no cárcere durante os anos do Estado Novo, com destaque para a libertação do popular líder comunista Luís Carlos Prestes. Getúlio ainda colocava na legalidade os partidos políticos que estavam proibidos de atuar, como o antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), possibilitando também, a criação de novas legendas para concorrerem nas eleições.

No final de maio o presidente fixou a data das eleições para o início de dezembro, o que concretizava e impulsionava as já existentes campanhas presidenciais. A candidatura do General Dutra, que havia se afastado do Ministério da Guerra para concorrer ao pleito, é oficializada em início de julho pelo novíssimo Partido Social Democrático (PSD). Não ficando atrás, a já propagandeada candidatura do Brigadeiro Eduardo Gomes é formalizada em agosto, pela recém-criada União Democrática Nacional (UDN), movimento que surgiu oficialmente em abril de 1945. Com essa movimentada corrida eleitoral parecia não mais existir

dúvidas sobre a volta da democracia no país, porém, essa atmosfera de confiança começou a se abalar quando agitações com forte cunho popular ganharam as ruas.

Não bastasse a convulsão política em que o país estava mergulhado em 1945, um movimento surgido de maneira espontânea agitou ainda mais o cenário nacional. Em fins de fevereiro, quando as críticas a Vargas se tornaram fortes não apenas na imprensa, opositores do presidente saíram às ruas das grandes cidades do país para pedir sua saída. Em contrapartida a esses protestos, populares simpáticos a Getúlio indignados com as ofensas a ele dirigidas, começaram a revidar as agressões, dando origem a um movimento que se convencionou chamar de *queremismo*, pois tinha como sua principal plataforma a permanência do presidente no poder, primeiro como candidato nas eleições e posteriormente como organizador da Assembleia Constituinte.

Se no início, esse movimento criado pela população humilde, temerosa em perder seus benefícios trabalhistas, associados diretamente ao presidente que os implantou, apoiavam e defendiam Getúlio Vargas nas ruas, enfrentando a oposição em seus comícios de maneira desordenada, a partir de abril, começou a se organizar de maneira mais ordenada, colocando os trabalhadores antes marginalizados, no jogo político da transição democrática (FERREIRA, 2010). No mesmo mês, ainda que de forma velada, para não comprometer ainda mais Vargas frente sua oposição crescente, o movimento passou a receber apoio do DIP e de departamentos do Ministério do Trabalho, além de importantes remessas financeiras de empresários favoráveis a continuação do presidente. Em maio o movimento, que ainda carecia de uma direção centralizada e práticas de ações definidas, pautado em sua demarcada bandeira da continuidade do presidente, passou a se espalhar por todo o país não ficando mais restrito à Capital Federal, onde foi criado, organizando manifestações pró Vargas por todo o Brasil, não sendo mais possível aos jornais da oposição ignorá-lo.

A partir de julho, o movimento se modifica com a fundação do Comitê Pró-Candidatura Getúlio Vargas no Rio de Janeiro, assumindo um caráter quase que partidário o que permitiu a expansão de suas ações como comícios, formação de novos comitês pelos bairros e cidades do interior e abaixo assinados. O *Queremismo* ganhava força impulsionado pelas manifestações populares que se contrapunham à campanha de ataques ao presidente feita principalmente pela UDN, impedindo seus comícios, o que gerou inúmeros confrontos agitando ainda mais o

cenário político eleitoral do período, deixando a oposição alarmada com uma possível manobra continuista de Vargas, como ocorrido em 1937, só que dessa vez sobre outras bases de apoio. (FERREIRA, 2010).

Agosto se configurou como o auge do movimento e três acontecimentos foram de grande destaque. O primeiro deles foi um grande comício seguido de passeata que se deslocou do centro da Capital Federal até o Palácio do Catete, onde foram recebidos pelo presidente. O segundo, ocorrido no dia 22 daquele mês, quando milhares de queremistas se uniram aos populares para receberem com grande festa os soldados do Regimento Sampaio, que lutaram em *Monte Castello*. A recepção que seria para a oposição um duro golpe a Vargas, pelo fato de a FEB simbolizar a luta democrática e a derrota dos regimes fascistas, acabou fortalecendo ainda mais a figura do presidente, que quando avistado pelos pracinhas em desfile foi saudado por esses sobre gritos de “viva Getúlio”, constrangimento ainda aumentado, pois para a UDN esse momento seria o ápice da campanha do Brigadeiro, no entanto, quando Vargas subiu ao palanque no centro da cidade foi ovacionado pela multidão, frustrando os planos opositores (FERREIRA, 2010).

O terceiro e último ato, foi outro grande comício que os queremistas organizaram, transmitido por várias estações de rádio e acompanhado por milhares de pessoas em todo o território nacional, que pretendia lançar a candidatura de Vargas às eleições. Mas a importância desse fato ficou por conta da negativa de Getúlio em concorrer ao pleito, já que o prazo para as candidaturas se encerrariam dias depois no início de setembro. A negativa do presidente forçou a reelaboração do projeto político, lançando assim, a ideia de uma “Constituinte com Getúlio”, lema que passou a nortear o movimento, que agora também contava com o apoio dos comunistas.

Em setembro, inicia-se uma forte campanha em torno da nova bandeira, agendado, para o final do mês, outro importante comício com a presença do presidente. Esse evento não ficaria restrito apenas a capital do Brasil, mas seria realizado em sincronia, por várias outras cidades do país, evidenciando a participação do Ministério do Trabalho e dos empresários ligados a Vargas na organização desses atos; a estrutura desses comícios, as transmissões de rádio, a propaganda comprada nos jornais e o uso do transporte público para o

deslocamento das massas são alguns dos exemplos do envolvimento desses órgãos na campanha queremista.

A organização do movimento estava nas mãos de lideranças do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), figuras como José Junqueira e Hugo Borghi, confundindo-se em muitos momentos o queremismo com o partido, que cedia seus espaços para usos da causa queremista, configurando uma contradição, já que na teoria o PTB era aliado ao PSD na candidatura Dutra (GOMES, 1988). Em outubro, uma última onda de comícios foram realizados pelo país com maciça presença das esquerdas, comunistas e socialistas, empunhavam seus cartazes e bandeiras de suas agremiações e partidos, pedindo a Constituinte com Getúlio, além dos discursos de lideranças comunistas como Prestes e Maurício Grabois (FERREIRA, 2010).

A aproximação do presidente com os comunistas e o crescimento do queremismo, deixaram a oposição e parte da ala conservadora das Forças Armadas alarmadas. Além desses motivos o que agravou a situação de Vargas frente a seus adversários, foi à nova política assumida a partir de alguns decretos de cunho nacionalista postos em vigor, agradando a esquerda. Com o intuito de dificultar a entrada de capitais estrangeiros no país, a lei “antitruste”, assinada em junho, visando desapropriar qualquer organização cujos negócios estivessem lesando os interesses nacionais, evitando o monopólio, se configura em um claro exemplo dessa política econômica. A gota d’água acontece em outubro, quando Getúlio antecipou a data das eleições estaduais e municipais para o mesmo dia das presidenciais, exigindo que os titulares de cargos públicos que fossem concorrer deveriam abandonar seus postos trinta dias antes do pleito, o que causou enorme suspeita de que o presidente manipularia as eleições (SKIDMORE, 1976).

Temendo alguma manobra de Vargas e assustados pelo movimento queremista, a oposição, liderada pelo General Goés Monteiro, articulam um golpe que derrubou Getúlio da presidência no dia 29 de outubro, entregando o cargo ao Poder Judiciário na figura do ministro José Linhares. Nos poucos dias que esteve no poder o ministro confirmou a data das eleições para 2 de dezembro, cancelando o decreto do presidente deposto que colocava as eleições municipais e estaduais para o mesmo dia, anulando também, a política econômica nacionalista adotada meses antes por Vargas. O país começou a se preparar para futuras eleições, legando ao

vencedor a responsabilidade de comandar as transformações necessárias a nação após 15 anos de administração varguista (FERREIRA, 2010).

A eleição ocorreu sem maiores incidentes na data marcada, os principais candidatos na sucessão presidencial do Brasil eram o General Eurico Gaspar Dutra e o Brigadeiro Eduardo Gomes. Aparentemente, a candidatura do brigadeiro (UDN) estava em crescimento, enquanto a do general (PSD/PTB) parecia estagnada. A campanha da UDN aglutinava setores da classe média das grandes cidades do país em torno da bandeira democrática e do liberalismo econômico. Dutra não entusiasmava muito os eleitores, e chegou-se a pensar em um substituto para concorrer à presidência, porém, as vésperas da eleição, através da publicação de um manifesto, Getúlio declarou publicamente seu apoio à candidatura do general Dutra, alterando totalmente os rumos do pleito.

A oposição foi pega de surpresa pela vitória de Dutra, que com 55% dos votos venceu seu principal rival que contou com 35% dos votos. Este inesperado resultado mostrou a força da máquina eleitoral construída pelo PSD e principalmente o prestígio de Vargas nas camadas trabalhadoras. A eleição de Dutra se construiu nos três grandes Estados, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo. Por sua vez, o Brigadeiro Eduardo Gomes alcançou seu melhor resultado no Nordeste. O destaque nessas eleições ficou por conta das expressivas votações que o PCB, então na legalidade, recebeu, com 10% do total de votos, beneficiados internamente pelo prestígio de Luis Carlos Prestes e externamente do prestígio da União Soviética (FAUSTO, 2006).

Em janeiro de 1946 o general Eurico Gaspar Dutra tomou posse e buscou alterar as políticas do antigo governo, iniciando os trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte que após diversas reuniões debatendo os projetos até setembro quando foi promulgada a nova Constituição brasileira que se diferia muito da anterior, datada de 1937. O Brasil foi definido como uma República Federativa, com um sistema presidencialista de governo, na qual o eleito pelo voto direto e secreto governaria o país por cinco anos.

No primeiro ano de gestão, o novo presidente gozou de certa tranquilidade política, detendo a maioria no congresso e contando com certa cooperação do principal partido da oposição, a UDN. A composição de seu gabinete, ocorrida após a promulgação da Constituição, foi moderadamente conservadora, optando por ministros anticomunistas, como o General Canobert Pereira da Costa

para o Ministério da Guerra e economistas ortodoxos como o ministro da fazenda Corrêa e Castro. Porém essa aparente tranquilidade começou a se transformar ainda no final de 1946, primeiro pelas crescentes queixas da UDN que reclamava de seu pequeno papel no governo, o partido pleiteava um maior espaço no jogo político em troca de seu apoio ao presidente. Os problemas de Dutra se ampliaram quando o ex-presidente e agora senador pelo PSD, Getúlio Vargas, rompe abertamente com a nova gestão (SKIDMORE, 1976).

No campo político a oposição mais evidente ao governo foi realizada pelo PCB, que apoiado em seus 15 parlamentares eleitos atacava as medidas liberais e entreguistas pretendidas pela cúpula administrativa do país, choques entre militantes do partido e a polícia se tornaram frequentes no período. Em represália aos comunistas, Dutra, em meados de 1946, iniciou expurgos entre os funcionários públicos, tendo como principais alvos os comunistas. O crescimento e a influência que o PCB obteve nas camadas populares, evidenciado nas expressivas votações nas eleições estaduais de 1947, preocupam o presidente, que respaldado em cláusula da nova Constituição em que partidos “antidemocráticos” seriam impedidos de participar da esfera política, colocou o partido na ilegalidade, caçando os mandatos da legenda. Medida apoiada por setores civis conservadores e principalmente pela ala anticomunista do Exército, que passam a perseguir não apenas os comunistas, mas também outras vertentes da esquerda nacional, como os trabalhistas, socialistas entre outros acusados de subversão (SEGATTO, 2010).

No âmbito externo o presidente, antigo simpatizante do Eixo, era agora um fiel aliado dos EUA, com a Guerra Fria e a conseqüente pressão norte-americana sobre o continente, Dutra se alinhou ao bloco capitalista, rompendo relações diplomáticas com a União Soviética. Aproximação essa, que também se deu no âmbito econômico, como símbolo dessa aliança criou-se, em 1948, a Comissão Brasil - Estados Unidos, encarregada de elaborar um plano de desenvolvimento para o país, tendo como ponto central a atração de indústrias e capital norte-americano para o Brasil; essa comissão ficou conhecida como Abbink-Bulhões em homenagem as lideranças dos dois países (VIZENTINI, 2010).

Na área econômica o governo Dutra seguiu um modelo liberal, a intervenção estatal foi condenada e os controles oriundos do Estado Novo foram sendo abolidos. A situação do Brasil no plano financeiro era favorável, com os anos de guerra o país acumulara divisas no exterior, entretanto, a política econômica

liberal de livre concorrência de mercado acabou fracassando, estimulando a onda de importações de bens de toda espécie, favorecida pela valorização da moeda brasileira, o que levou praticamente ao esgotamento das divisas acumuladas em anos anteriores sem trazer saldos positivos para o país (IANNI, 1977).

Com a nova conjuntura mundial, fruto do final da Segunda Guerra, o Brasil assiste a consolidação do sistema capitalista e um equilíbrio na balança comercial, despertando o interesse de empresas estrangeiras, principalmente norte-americanas, em investir capital no país. Para os liberais, a entrada desse capital transformaria o desenvolvimento industrial no Brasil, tendo sido Getúlio Vargas um grande entrave nesse projeto, por conta de seu nacionalismo econômico. Com a saída de Vargas do poder, inicia-se outro período na economia e na política brasileira, o país passa a sofrer influencia direta dos EUA. Com a adoção de práticas do liberalismo econômico, iniciou-se o processo de desmanche da estrutura estatal em benefício do capital estrangeiro. Os custos desse alinhamento político-econômico com o capital estrangeiro trouxeram uma grave crise social e financeira ao país, o governo do General Eurico Gaspar Dutra, ampliando as relações comerciais do Brasil com os norte-americanos, criou condições favoráveis para a entrada de investimentos estrangeiros no país, estimulando as importações. Atingidas pelo crescimento das importações as reservas cambiais, adquiridas entre 1939-1945, foram gastas, apontando o primeiro sinal negativo ao Brasil neste alinhamento com o capital norte-americano, além do congelamento de salários, alta inflação, recessão econômica e a consequente perda de poder aquisitivo de boa parte da população brasileira. (IANNI, 1977).

Diante da necessidade de coordenar os gastos públicos, em 1947 é proposto o Plano SALTE um plano quinquenal. Segundo o sociólogo Octavio Ianni:

O plano SALTE circunscrevia-se a quatro setores econômicos e sociais: saúde, alimentação, transporte e energia. E previa investimentos para os anos de 1949-1953. Os recursos para esses investimentos deveriam provir do orçamento federal, das dotações estipuladas na Constituição e de empréstimos internos e externos. Entretanto, como instrumento de ação governamental, o plano era descoordenado e divorciado da realidade. Estas, também, são razões por que a maioria dos seus objetivos não pôde ser realizada (IANNI, 1977. p.91).

O saldo do governo Dutra no plano político-econômico resultou em uma maior concentração de renda, acentuando o abismo entre as classes sociais.

No campo social o final do governo Dutra, caracterizou-se pela repressão policial violenta das manifestações populares e os sucessivos anos de salários estagnados dos trabalhadores. As manobras para a sucessão presidencial começaram antes mesmo de o General completar a metade de seu mandato, Vargas aparecia como uma grande força, porém, o general negou-se apoiar a candidatura de Getúlio, que foi grande opositor de seu governo e não daria continuidade à linha político-econômica adotada. Na campanha presidencial o PSD lançou um político mineiro quase desconhecido, o advogado Cristiano Machado, fato que colaborou para que muitas lideranças do PSD abandonassem essa candidatura. A UDN voltou a apresentar o Brigadeiro Eduardo Gomes. Getúlio baseou sua campanha na defesa da industrialização e na melhoria das questões trabalhistas, apoiado pelo PTB e o PSP, contando ainda com o apoio aberto de uma parte do PSD. Nas eleições realizadas em três de outubro de 1950, Vargas obteve vitória, alcançando 48.7% dos votos, contra 29.7% de Eduardo Gomes e 21.5% de Cristiano Machado. (FAUSTO, 2006).

Em janeiro de 1951, a presidência é transferida do General Dutra para Getúlio Vargas, que toma como primeira medida a escolha de seu novo ministério, que refletiu a diversidade de alianças presentes em sua campanha. Essa transição governamental correspondeu a um rearranjo da relação entre o Estado e a Economia, entretanto, essas mudanças não foram repentinas, pois importantes setores do poder público ainda permaneciam atrelados com as práticas liberais adotadas anteriormente. Coube então a Vargas, nos dois seguintes anos de mandato, atacar os problemas que estagnavam o país, como a crescente inflação, o pequeno crescimento industrial do país e o congelamento do salário dos trabalhadores. Buscando o desenvolvimento de um Capitalismo nacional, o presidente apoiou medidas que contemplassem questões estruturais, desenvolvendo setores fundamentais como o energético e o de transportes. O novo mandato reservava diversos problemas, pois nos últimos anos, a estrutura social, política e econômica do país haviam se alterado, trazendo ao palco político novos atores no plano interno, como a crescente classe média urbana e as camadas populares e uma forte bipolarização no plano externo, fruto da Guerra Fria.

4 PRACINHAS À ESQUERDA NA FORÇA EXPEDICIONÁRIA BRASILEIRA (FEB).

Em páginas anteriores, procuramos apresentar questões referentes à conjuntura histórica, política e social do período abordado e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial, análises essas necessárias para a compreensão do agitado ambiente em que surge a Associação de Ex-Combatentes do Brasil e a consequente disputa política por seu controle em seus anos iniciais, quando duas concepções opostas de ação vão se confrontar, gerando conflitos e perseguições não apenas nas associações de veteranos, mas também em toda comunidade que envolve a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e conseqüentemente, as Forças Armadas Nacionais.

Vimos como se deu a desmobilização das tropas brasileiras que combateram na Itália e o progressivo esquecimento ao qual os veteranos foram relegados no pós-guerra, passadas as festas do regresso. Esquecidos pelas autoridades, que mais se preocuparam em neutralizar os possíveis efeitos políticos que as tropas poderiam causar ao já desgastado Estado Novo. Analisamos também, o amadurecimento e a consolidação de uma ideia que já vinha ganhando corpo ainda em solo europeu, formar uma associação onde os ex-combatentes pudessem se reunir para diversos fins.

Mas o que poucos sabem e o que a historiografia nacional pouco abordou em suas narrativas sobre a história da participação do país na Guerra é que entre os vinte e cinco mil brasileiros que desembarcaram na Itália, em 1944, alguns compartilhavam de ideias de esquerda no cenário político nacional e que esses indivíduos à esquerda tiveram um papel de certa relevância não apenas nos combates durante a guerra, mas principalmente ao voltarem ao seu país e a suas vidas, participando das transformações ocorridas no Brasil do pós-guerra, fatos históricos como a saída de Getúlio Vargas do poder, na curta experiência democrática quando os partidos políticos puderam se articular para as eleições presidenciais que levaram o general Dutra à presidência da República, nas discussões e construção da Carta Constituinte de 1946 e, principalmente, nos debates nacionalistas que fervilharam no contexto político das décadas de 1940 e 1950.

Neste capítulo se buscará, portanto, apresentar e problematizar algumas hipóteses, primeiro em relação à entrada de militantes de esquerda na Força Expedicionária Brasileira; em seguida, como esses homens atuaram no cenário político nacional, apontando suas atuações e práticas, tendo como foco de análises a elaboração do Manifesto – *A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional*.

4.1 A INFILTRAÇÃO NA FORÇA DE GUERRA.

Muitas dúvidas ainda pairam sobre a participação de combatentes de esquerda na FEB. O fato é que pouco se sabe sobre a entrada desses homens na força enviada à Europa, não se tem preciso se alguns desses ofereceram-se como voluntários, por conta da forte reação popular aos ataques de submarinos alemães a navios mercantes brasileiros, ocasionando centenas de mortos, ou motivados por desejos políticos e patrióticos diversos ou, ainda, se simplesmente foram convocados pelas Forças Armadas para combater o nazi-fascismo. Existe também a ideia, que não deve ser descartada, de que foram enviados para compor as tropas a mando do principal partido político de esquerda do país, o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que se colocava contrário aos regimes fascistas.

A primeira consideração a essas dúvidas é em relação à constituição da tropa nacional a ser enviada à Guerra, que em um primeiro plano seria composta por uma “elite” de homens, aproximadamente sessenta e cinco mil, devidamente escolhidos por uma minuciosa seleção, fato que não se concretizou pelas nítidas dificuldades em compor dentro das exigências pré-estabelecidas o quadro idealizado, demonstrando de maneira surpreendente as carências sanitárias e de alimentação da população do país. Vale a pena aqui também destacar que não foram apenas os motivos médicos e psicológicos que dificultaram a convocação, muitos dos pré-convocados acabavam por questões de proteção política e apadrinhamento sendo dispensados de suas obrigações. Não sendo possível a formação desta “elite”, as barreiras impostas pelas Forças Armadas foram diminuindo progressivamente, o que acarretou na convocação e aceitação de alguns combatentes de esquerda, sejam eles civis ou mesmo militares de carreira.

Essa hipótese ganha corpo ao nos atentarmos a um relato oral, em entrevista feita pela historiadora Andrea Paula dos Santos com o Sr. Delcy Silveira, ex-combatente na Guerra Civil espanhola, além de militar e militante do PCB gaúcho

nas décadas de 1940 e 1950, na qual se percebe a dificuldade de um voluntário, seja civil ou militar, que possuía ideais políticos de esquerda em ser aceito como membro na formação da FEB, evidenciando a vigilância e a severidade da seleção em seu primeiro momento, segundo nos relata Delcy Silveira, nos meses finais de 1941:

Nós, eu e o Homero, nos apresentamos como voluntários, para compor a FEB, ao general Benício. Este foi o general que, na intenção integralista, foi atacado pelos integralistas em sua residência particular. Ele era o comandante da região e estava em frente ao quartel general na Rua da Praia, quando fomos levados a ele pelo coronel Santamine. Ele era um democrata, um homem que na Escola Militar enfrentava o Ivan Ramos Ribeiro que era tido como comunista. [...] Então, encontramos o Santamine, dissemos que queríamos nos apresentar e ele respondeu:

- Eu Levo Vocês.

Nos levou e nos apresentou ao general Benício, que estava com um ajudante de ordens que tinha sido meu colega no Colégio Militar e na Escola Militar. Queríamos ir para a guerra. Eles, entretanto, não queriam nada conosco!... Tomaram nota dos nossos nomes, mas era óbvio que não iriam nos convocar... Comunistas vindos da Guerra da Espanha, fichados pela polícia... Ele apenas mandou anotar nossos nomes... e ficou por isso mesmo (SANTOS, 1998, p. 115).

Em contrapartida a negativa do pedido de se incorporar a FEB por parte de Delcy Silveira e alguns outros camaradas seus, também ligados à esquerda e, nesse caso específico, ao ilegal e recém-articulado PCB, seção do Rio Grande do Sul, temos o emblemático caso do oficial Fortunato Câmara de Oliveira (na época 1º tenente), piloto da recém-criada Força Aérea Brasileira (FAB) e militante de esquerda que, também em relato a mesma pesquisadora, juntamente com o historiador José Carlos Sebe Bom Meihy, nos apresenta outro quadro em relação a seu processo de incorporação como voluntário na Força Expedicionária, com uma diferença temporal de um ou dois anos passados em relação ao outro caso apresentado. A indefinição de uma data exata se coloca pelo fato do entrevistado não se lembrar precisamente se sua aceitação como pracinha ocorreu no final de 1942 ou no ano de 1943, fato compreensível levando em consideração a idade avançada do Sr. Fortunato Câmara de Oliveira, pois as entrevistas foram concedidas nos anos de 1995 e 1997. O entrevistado relata desta forma sua apresentação juntamente com outros companheiros indesejáveis ao comando como voluntários para compor a FEB:

Eu era instrutor, estava lá no meio do campo, dirigia a instrução. Era armada uma barraca para os instrutores e outra para os cadetes, eram duas. [...] Na hora do almoço, se desarmavam as barracas e depois, se havia voo, armavam-se novamente. Nesse dia, li no jornal que o exército ia mandar uma tropa. Levantei minha barraquinha, no meio do campo, e disse: - Olha, o exército mandou tropa. Nós somos anti-fascistas, vamos nos apresentar ao comandante e nos oferecer para ir para a guerra. Chamei um colega meu, o Príamo Ferreira de Souza. Toda a família dele foi cassada: [...]. O Príamo e eu chamamos mais um primo dele, o Ismar, [...]. Toparam, fomos nós quatro. E nos apresentamos ao Cel. Fontinelle: eu o Príamo, o Ismar e o Horácio. Ele nos olhou e disse assim: - Que é que vocês querem? - Quero ir para a guerra. Ele disse: - Quer Brigar? - É, quero brigar. E aí ele se desarmou, deu um abraço na gente: - Puxa! Que inveja eu tenho de vocês! Se fosse moço nessa hora!... Vou imediatamente ao Ministro da Aeronáutica – que era o Salgado Filho – para dizer que tenho os quatro primeiros voluntários para a guerra! (SANTOS, 1998, p. 134).

O que nos interessa notar em seu depoimento é que sua entrada como voluntário na FEB, um ano ou pouco mais, do que a negativa em relação ao pedido de Delcy Silveira, mesmo sendo Fortunato Câmara de Oliveira um conhecido “subversivo” no meio militar, inclusive preso por essa acusação algumas vezes, fortalece a hipótese de que com o acúmulo de dificuldades na composição da tropa, o atraso na formação da força e as pressões internas, aumentadas pelas críticas feitas pela imprensa nacional, a malha fina idealizada pela cúpula militar, se afrouxou, permitindo a entrada de indivíduos à esquerda, alguns, inclusive, conhecidos militantes do PCB ou ligados a outras organizações tidas como nocivas pela cúpula das Armas.

Com a já comentada dificuldade em concluir e preparar as tropas para envio ao combate, agravadas pelas relações de apadrinhamento que afastavam vários convocados do Corpo Expedicionário, desde civis ligados a políticos influentes que conseguiam suas dispensas até militares de carreira que possuíam contatos estreitos com oficiais de alta patente que os afastavam da convocação, esses militantes de esquerda que se ofereciam como voluntários passaram a ser aceitos como alternativas para a complementação da tropa. E não apenas membros militares de esquerda passaram a ser incorporados a FEB, o que descarta a ideia de que homens de armas por possuírem algum treinamento e estarem em melhores condições que os civis seriam aceitos mesmo sendo “subversivos”. O fato é que não apenas militares foram aceitos neste período, civis

ligados à esquerda, membros ou não do PCB, também foram aceitos, corroborando ainda mais com a explicação do ingresso desses combatentes na FEB.

Em outro depoimento de Fortunato Câmara de Oliveira, vemos explicitado esse ativo alistamento voluntário de jovens estudantes, jornalistas, entre outros cidadãos brasileiros, influenciados por seus posicionamentos políticos democráticos, evidenciando também, algumas posturas ainda mais radicais e progressistas para lutarem contra o inimigo em terras estrangeiras:

Sobre a guerra, quero contar o seguinte: havia um contexto brasileiro de apoio à entrada na guerra, as manifestações populares... Eu fazia parte de uma associação chamada Liga de Defesa Nacional. Nós lutávamos pela entrada do Brasil na guerra contra o facismo e eu era tenente para capitão... Fizemos o *Carnaval rumo à África*. Estava o Augusto Villasboas, aquele pessoal. Era carnaval e nós resolvemos fazer um bloco. [...]. *Carnaval rumo à África*, porque naquele tempo a guerra estava lá. Quando nós fomos para a guerra, já tinha passado para a Itália [...].

Foi um bom movimento o de propaganda da guerra, que, aliás, o Augusto Villasboas, que foi jornalista [...] também se apresentou como voluntário, era aluno de Direito e era da UNE. Largou tudo e entrou como soldado para a guerra, junto com o Hélio Oliva. Eles foram como soldados para a guerra no Grupo de Caça. (SANTOS. 1998, p. 134).

A integração de Jacob Gorender à força brasileira igualmente nos remete a mesma linha de pensamento, pois o militante baiano no final do ano de 1943 também se ofereceu como voluntário, mesmo sendo um conhecido comunista por conta de seus artigos no jornal *A Seiva*³, ligado ao partido. Gorender não foi um dos únicos militantes da esquerda a se oferecerem para compor a FEB, muitas associações e entidades como a União Nacional dos Estudantes (UNE)⁴, a Liga Democrática Nacional (L.D.N), a Sociedade dos Amigos da América, entre outras denominações, além de alguns partidos políticos e também de escolhas pessoais isoladas levaram centenas de brasileiros a se oferecerem como voluntários no esforço nacional de guerra. Esforço esse, ocorrido nos anos de 1942 e 1943, período em que, após vários anos de ditadura, as forças políticas do país começam a se mobilizar pela democratização do país, evidenciando os sinais de desgaste do

³ Jacob Gorender nos relata em um documentário produzido pela TV Câmara que se ofereceu como voluntário juntamente com seu companheiro de militância em Salvador, Mário Alves que não foi aprovado nos exames médicos, motivados por uma provocação feita pelo General que comandava a região militar na Bahia, Demerval Peixoto, que duvidava dos jovens estudantes, que pediam a entrada do Brasil na Guerra, afirmando que esses não se ofereceriam como voluntários. (Documentário: Memórias da TV Câmara. Título: Jacob Gorender: A esquerda Revelada).

⁴ Segundo John Foster Dulles (1985, p.224), em seu livro sobre os Comunistas no Brasil, a UNE teve significativa contribuição de estudantes comunistas em sua fundação no ano de 1938, mostrando a forte influência que esses exerciam em suas práticas.

regime de Vargas (SEGATTO, 2010), agitando o ambiente político e social da conjuntura pré-entrada do Brasil no conflito.

É fundamental para o entendimento desse agitado e importante momento da história nacional nos atermos ao cronograma da primeira metade da década de 1940, pois desde a entrada direta dos Estados Unidos da América na 2ª Guerra Mundial, em dezembro de 1941, muitas mudanças ocorreram no Brasil, mudanças essas preciosas à compreensão do envolvimento das massas no processo de democratização do país, que só ocorrerá em 1945, nas manifestações favoráveis à entrada do país na Guerra e também na rearticulação do principal partido político de esquerda do país.

Fortemente pressionado pelos norte-americanos externa e, internamente, pelo crescimento das pressões no cenário político nacional, encabeçadas por diversos grupos que agregavam desde liberais, democratas, nacionalistas, progressistas, comunistas, entre outras forças descontentes com o regime vigente no país, o Brasil rompe relações diplomáticas com o Eixo, em janeiro de 1942. A partir dessa data, o movimento de oposição ao Estado Novo aumenta de maneira expressiva, gerando inúmeras transformações no cenário interno. Expondo claramente uma contradição, a de se combater juntamente com os países Aliados os regimes autoritários na Europa, mas ao mesmo tempo, no quadro interno não gozar de liberdades políticas (SEGATTO, 2010, p. 219).

Segundo Paulo Ribeiro da Cunha (2008, p. 182), a tomada de posição do Brasil ao lado dos Aliados trouxe reflexos imediatos ao país e, em agosto de 1942, após a declaração de guerra brasileira ao nazi-fascismo, o presidente Vargas é forçado a uma tomada de posição no plano interno, transformando os anos seguintes até a democratização no ano de 1945, em um campo de disputas política. A diminuição da repressão e o isolamento de partidários do Eixo no interior da máquina estatal são alguns exemplos dessas mudanças ocorridas pós 1942. Cunha ainda nos remete a uma confluência de forças políticas em torno da bandeira da União Nacional, que lutava não só pela democratização do país, mas também pelo envio de tropas ao conflito externo; para o autor:

A democracia era questão de tempo e a liberalização em curso refletia este processo, tendo início a reorganização de muitas forças políticas, [...] . No entanto, o entendimento de que a luta pela democracia estava intimamente associada à participação no conflito acabaria por confluir na mesma política, em que pese, com um cronograma diferenciado. A primeira, a democracia, havia quase um consenso que teria que esperar a finalização da guerra; embora isso não impedisse que setores políticos se mobilizassem neste sentido, como aqueles liberais que redigiram o Manifesto dos Mineiros de 1943. Esta proposta de agenda era correlata em alguns pontos a algumas exigências dos comunistas como a anistia, constituinte, liberdade de expressão, tendo este manifesto significativa repercussão à época. Ao mesmo tempo, outras entidades que aglutinavam civis e militares emergem no cenário político: a Sociedade dos Amigos da América e a Liga da Defesa Nacional. A primeira, não duraria muito tempo, dois anos, [...]; e, a segunda, a Liga da Defesa Nacional, bem mais antiga (fundada em 1916 por Olavo Bilac) que ganharia vitalidade inaudita naqueles anos (CUNHA, 2008, p. 182-184).

É importante notar que a política de União Nacional se tornará uma importante aglutinadora de grupos políticos diversos, fundamentais na compreensão das transformações do país na época. Outro ponto de destaque fica por conta da ativa influência da Sociedade dos Amigos da América e da Liga da Defesa Nacional na campanha pela entrada do Brasil na Guerra e em sua conseqüente ajuda nas manifestações que pediam o envio de tropas brasileiras ao conflito, indícios do qual podemos tirar mais pistas que corroboram na explicação sobre a entrada de pracinhas de esquerda na FEB, pois no interior dessas organizações, ainda pouco estudadas, havia importantes lideranças e ações de sujeitos à esquerda no espectro político do período, o que nos possibilita aventar a possibilidade de que influenciados por essas instituições vários jovens militantes que se ofereceram como voluntários para a Guerra e foram aceitos.

Outra importante evidência da ligação de homens que compuseram a FEB com a esquerda brasileira pode ser levantada a partir da proximidade histórica que alguns combatentes possuíam com vertentes, instituições e personagens deste posicionamento político, fortalecendo ainda mais as hipóteses da entrada desses na força de guerra. Emídio Miranda é um exemplo dessa afirmação, antes de embarcar para a Guerra o major tentou visitar Prestes, seu antigo chefe revolucionário. Posteriormente com a rendição alemã, em maio de 1945, o mesmo, a pedido de sua mulher, foi em busca do paradeiro de Olga Benário Prestes, que havia sido entregue prisioneira à Gestapo pelas mãos de Filinto Muller. Saindo da Itália rumo à Paris para encontrar-se com o diplomata e antigo companheiro do Cavaleiro da Esperança, na década de 1920, Josias Leão Carneiro, para ajudá-lo na

busca. Josias Leão entrou em contato com Londres, onde foi informado de que Olga havia sido morta em um campo de concentração nazista (DULLES, 1985, p. 270-271). Muitos outros civis ou mesmo militares ligados à esquerda, seja pelo ideal tenentista, pelo socialismo ou até mesmo sujeitos nacionalistas e progressistas, se alistaram, entre 1942 e 1944; alguns desses homens foram aceitos para compor a força, entre esses, inclusive, indivíduos que voltavam do exílio, beneficiados pela anistia concedida por Vargas (DULLES, 1985, p. 230-250).

Uma dúvida existente em relação à participação de membros da esquerda na FEB paira sobre a participação de militantes do PCB, não se tem a confirmação ou algum dado preciso se esses comunistas que integraram a força foram recrutados dentro das fileiras do partido e enviados para a Itália. Não se pode descartar essa pista, pois alguns futuros combatentes eram ligados diretamente ao partido, que na época passava por um processo de rearticulação. Jacob Gorender, Salomão Malina, Pedro Paulo de Sampaio Lacerda são alguns exemplos desses militantes, sem citar militares de carreira que eram históricos representantes da esquerda militar e do PCB, como o Major Henrique Cordeiro Oest. Para uma melhor análise dessa hipótese, é necessário compreender a reestruturação pela qual o PCB passou em meados de 1942, buscando comprovar se essa ideia encontra explicações coerentes.

A partir de 1942, impulsionados pelas transformações ocasionadas pela entrada do país na 2ª Guerra Mundial, O PCB começa a se rearticular a fim de tomar posição nas questões fundamentais do período, reaparecendo no cenário político ao lado de outras forças democráticas. José Antonio Segatto aponta da seguinte forma o início do rearranjo do PCB na década de 1940:

No fim de 1941 e início de 1942, alguns grupos isolados uns dos outros, e em vários Estados do país, começam a tomar a iniciativa de reorganizar o PCB, primeiro a nível local, depois procurando se articular a nível nacional. Dentre esses grupos destacam-se os de São Paulo, Rio de Janeiro e Bahia (SEGATTO, 1989, p. 53).

A historiadora Marly de Almeida Gomes Vianna (2007a; 2007b) aponta a Comissão Nacional de Organização (CNOP), grupo de fundamental ação aglutinadora dos comunistas, como o principal centro de organização do partido naquele período. Fundado e liderado no Rio de Janeiro por Jaime e Maurício Grabois e pelo jornalista e economista Amarílio Vasconcelos, entram em contato

com o grupo baiano, um dos poucos remanescentes da progressiva perseguição policial instaurada após a “Intentona” em 1935, que se encontrava em São Paulo na tentativa de articular o partido em nível nacional, mas que não vinha obtendo sucesso na articulação com o grupo paulista. Arruda Câmara, Armênio Guedes, João Cunha eram alguns desses militantes, apoiados também por alguns comunistas do Pará que se encontravam junto desses, como João Amazonas e Pedro Pomar. No mesmo intuito de restabelecer o PCB em São Paulo, surge o Comitê de Ação (CA) que em um primeiro momento não compactuava com as posições da CNOP, possuindo em seus quadros comunistas como Mário Schemberg, Caio Prado Junior, Astrogildo Pereira, Vitor Konder, entre outros.

Existiram inúmeras dificuldades na articulação desses diferentes grupos comunistas, havendo entre eles tendências distintas de ação, além das desconfianças de traições e infiltrações por parte de agentes duplos. Em um primeiro momento, buscaram se posicionar contrários a Vargas e sua ditadura, mas com a entrada do Brasil na guerra passaram a compactuar com a ideia de União Nacional contra o nazi-fascismo. Mas, mesmo unidos em torno de uma bandeira, as dissidências permaneceram, a CNOP apoiava, com pequenas divergências em relação ao grupo baiano, Getúlio, já a fração paulista acreditava que se devia combater juntamente com os regimes autoritários europeus o também famigerado regime que estava instalado no Brasil desde 1930 (SEGATTO, 1989, p. 54).

Buscando finalmente acabar com as divisões internas que prejudicavam o Partido, Arruda Câmara, em 1943, apoiado por Milton Caíres de Brito e pelos membros da CNOP, organizaram uma conferência clandestina para reorganizar o PCB, possibilitando a criação de uma organização partidária provisória e as ações políticas a serem tratadas (DULLES, 1985, p. 250). A Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecida a reunião que rearticulou o PCB e suas posturas para os próximos anos, é assim descrita por John Foster Dulles (1985, p. 251):

Graças ao trabalho de organização da CNOP, a conferência realizou-se em Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, em 27,28 e 29 de agosto de 1943. Ficou conhecida como II Conferência Nacional do PCB (porque a Conferência de 1934, que selecionara alguns membros do CC notáveis em meados da década de 1930, era considerada a I). Mais informalmente era chamada Conferência da Mantiqueira por causa da proximidade de serra com esse nome.

Muitos, talvez todos, dos catorze participantes da Conferência da Mantiqueira, tornaram-se membros do Comitê Nacional da Organização Provisória do Partido.

A conferência foi de grande importância não apenas para o período, mas também para a história do partido, é a partir dessa reunião que se definiu as ações e as práticas a serem adotadas pelos comunistas brasileiros. As principais posturas definidas pelas lideranças, que passaram a comandar o partido, foram o apoio ao esforço de guerra, a luta pela anistia dos diversos presos políticos, a convocação de uma Assembléia Constituinte, a volta do PCB à legalidade partidária, entre outras reivindicações. Práticas que foram sendo reivindicadas pelos membros do partido e seus simpatizantes nos agitados anos seguintes, se oficializando quando o partido voltou à legalidade no final de 1945, pouco alterando em seus quadros e linhas teóricas o que havia sido acordado na Mantiqueira.

O principal ponto a ser destacado é que a partir dessa conferência o Partido assumiu uma postura de apoio a Getúlio Vargas, tendo na União Nacional sua direção política maior. Escolha essa que acarretou no descontentamento de muitos militantes, principalmente da ala paulista, e de alguns membros que estavam presos por seus envolvimento no Levante de 1935, alguns inclusive foram substituídos de seus cargos em detrimento dessas novas lideranças estabelecidas pela conferência de 1943, que também definiu Luis Carlos Prestes, ainda preso, como secretário geral. Segatto analisa o saldo da conferência e a postura de Prestes da seguinte forma:

Reconhecida e avalizada por Prestes, a Conferência da Mantiqueira, como ficou conhecido o encontro, impulsiona a reorganização do PCB – que, de fato, seria quase que “uma refundação do partido de 22”, já que estabelecia uma solução de continuidade a partir da geração de quadros dirigentes anteriores. Da nova direção são excluídos a “velha guarda” comunista (expulsos, isolados, ou relegados a postos intermediários e secundários), [...]. Ascende à direção uma nova geração, em grande parte formada pelos que participaram do levante aliancista de 1935, com razoável presença de ex-militares e civis prestistas. (SEGATTO, 2010, p. 220).

Após a conferência, o PCB passa a atuar ainda mais no apoio em prol da Guerra e pela democracia no país, o crescimento de seus quadros também é notado, evidenciando a importância do envolvimento comunista e seu papel na oposição à política ditatorial do Estado Novo. Os membros do partido vão progressivamente tomando posições nas manifestações de rua em favor da FEB e em instituições de grande auxílio nas lutas políticas do período.

Compreender as mudanças ocorridas no PCB se faz necessário, pois juntamente com o aumento das forças nacionais que reivindicavam a entrada

do país na Guerra contra o nazi-fascismo e principalmente a democracia no Brasil, o partido agora com novas linhas de atuação se colocou como uma das vanguardas da política de União Nacional, possibilitando aceitar que é bem provável que o PCB, a partir de 1943, tenha enviado alguns de seus militantes como voluntários para compor a Força Expedicionária Brasileira. Pois não seria coerente participar ativamente das campanhas pró-guerra no país e ao mesmo tempo negar a forma mais direta possível na ocasião de se enfrentar os fascistas, do que enviar seus homens para o combate.

4.2 A ESQUERDA DA FEB E OS COMUNISTAS ITALIANOS.

Terminado os combates em solo italiano, os soldados brasileiros, que aguardavam as ordens para o retorno ao Brasil, ficaram incumbidos de patrulhar regiões no Norte da Itália. Nesse período, alguns membros da esquerda febianiana entraram em contato com comunistas que compunham a Resistência Italiana, que lutou ao lado dos Aliados para libertar o país do controle fascista e posteriormente da invasão alemã. Esse encontro corrobora ainda mais na investigação sobre a existência de um núcleo de esquerda no interior da Força brasileira de Guerra.

O *Partisan* italiano (*Partigiana*), movimento armado de resistência foi composto por milhares de civis e militares desertores, aproximadamente trezentas mil pessoas, que possuíam distintos posicionamentos políticos que incluíam monarquistas, liberais, democratas, socialistas e comunistas, que mesmo com ideias diferentes, se uniram em torno de um desejo comum, combater o nazi-fascismo, libertando sua pátria desse julgo. Lutando ao lado dos Aliados, inclusive com a FEB, o contato entre esses italianos e os brasileiros se estabeleceu.

Estacionados em *Piacenza*, cidade próxima a Milão, os comunistas da FEB se encontraram e estabeleceram contato com alguns desses homens da resistência que partilhavam da mesma orientação política-ideológica. Salomão Malina relata que com o final da Guerra esses grupos que compunham o *Partisan* italiano desfilavam pelas cidades da região, exibindo bandeiras do Partido Comunista Italiano (PCI), fazendo forte propagando política, pois com a queda de Mussolini e a derrota do fascismo, o partido que por anos ficou na ilegalidade,

passou a se rearticular a fim de participar do rearranjo político que agitava o ambiente da Itália do pós-guerra⁵.

Ariston Andrade e Jacob Gorender também teriam entrado em contato com comunistas italianos que faziam parte da resistência. Gorender relata que foi levado por esses homens a uma improvisada sede do PCI, local em que assistiu um discurso do secretário-geral do partido na época, Palmiro Togliatti, importante liderança do movimento operário do país. O brasileiro ainda registra que foi nesse mesmo dia, que pela primeira vez, ouviu falar das ideias do filósofo Antonio Gramsci⁶.

O encontro e a troca de experiências entre os comunistas brasileiros e os italianos reforçam ainda mais as evidências que corroboram com a hipótese defendida sobre a existência de sujeitos à esquerda no interior da FEB. Pois, dificilmente algum indivíduo que não partilhasse desse mesmo ideal político, estabeleceria contato e conviveria por alguns dias com membros do PCI, debatendo questões partidárias e ideias de ações concretas para o período do pós-guerra, como aconteceu nesse caso específico.

4.3 A FEB COMO SÍMBOLO DE UNIÃO NACIONAL.

A primeira ação política efetiva dos combatentes da FEB, antes mesmo de seu regresso da Itália, foi a redação de um manifesto, hoje pouco conhecido no cenário histórico e político nacional (CUNHA, 2008, p. 181), de grande importância na compreensão do período e também das mudanças nacionais do pós-guerra. Documento este, escrito e assinado por alguns oficiais da força brasileira que decidiram compartilhar a experiência que haviam vivido em combate, mas que principalmente deixava clara a posição assumida em torno da bandeira democrática, evidenciando a incoerência em que o país se encontrava no período, a de enviar tropas para combater regimes autoritários no exterior, mas no âmbito interno não gozar dessa liberdade.

Documento que aparece no debate político nacional em abril de 1945, ainda com a guerra em andamento, mas já em sua fase final, tendo sido

⁵ Entrevista Salomão Malina, São Paulo, 29 Janeiro. 2002.

⁶ Entrevista de Jacob Gorender ao Programa Roda Viva da TV Cultura em 16 de Janeiro de 2006.

redigido por membros do Exército, com raras exceções.⁷ *A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional*, manifesto assinado por cerca de 300 militares, que em sua maioria eram oficiais de baixa patente, segundo o cientista político Paulo Ribeiro da Cunha, a grande maioria dos signatários do manifesto eram capitães ou tenentes, existindo como exceções à regra um coronel (Cel. Gastão Luiz Detz), um Tenente Coronel, além de onze majores, dentre os quais o Major Henrique Cordeiro Oest, militante de esquerda desde os tempos da Aliança Nacional Libertadora (ANL) e membro do PCB (CUNHA, 2008, p. 186).

O claro descontentamento desses oficiais em relação aos grandes debates nacionais do período, por si só, já soaria como uma afronta nos meios militares, altamente hierarquizados e rígidos em relação à politização de seus subalternos, mas essa não seria a única importância do manifesto, este libelo democrático expunha as transformações pelas quais o país passava em meados da década de 1940 e se somavam a outras tantas manifestações que se avolumavam no imediato pós - guerra⁸.

Mas o que mais nos chama a atenção em relação ao manifesto é sua diversidade ideológica, encontramos desde oficiais conservadores, membros do que poderíamos chamar de direita militar, alguns desses inclusive, com ativa participação no Golpe de 1964. Nomes como o de Capitão Heitor Furtado Arzinaut de Matos, Major Syseno Sarmiento, Capitão Milton Tavares de Souza, Capitão Plínio Pitluga, entre outros, além da participação de alguns liberais (CUNHA, 2008, p. 186). Mas nessa pesquisa nos cabe ressaltar a participação na confecção do documento, da fração de esquerda na FEB, tendo como expoentes o Capitão Kardec Lemme, Tenente Leivas Otero, Major Henrique Cordeiro Oest, Almir Neves, Aspirante Salomão Malina, entre outros, oficiais que, segundo o também membro da FEB Jacob Gorender, compunham uma importante célula comunista no interior da força sendo os responsáveis pela elaboração do manifesto⁹.

Em relação à diversidade ideológica na confecção e assinatura do documento, cabe ressaltar que o anseio democrático do período uniu esses distintos

⁷ Como o caso do capitão da FAB, Fortunato Câmara de Oliveira.

⁸ O Congresso Brasileiro de Escritores, acontecido em 1945, evento em que os intelectuais que participaram deixaram evidentes suas posturas em relação ao Estado Novo, se colocando a favor da democracia no país, é um claro exemplo dessas manifestações do período.

⁹ Entrevista de Jacob Gorender para Paulo Ribeiro da Cunha em São Paulo, em 20/09/2007, e entrevista de Jacob Gorender na obra "Histórias do poder" (DINES; FERNANDES JÚNIOR; SALOMÃO, 2000, p.127).

signatários sobre um mesmo desejo; pois desde 1937, com o Golpe do Estado Novo, o país vivia sobre o regime de Getúlio Vargas, que durante os anos de sua duração, controlou o Estado de maneira autoritária, se apoiando nas forças civis conservadoras e na alta cúpula diretiva das Forças Armadas. Contudo, com a eclosão da Segunda Guerra Mundial e o consequente alinhamento do Brasil com os Aliados, o cenário político interno se alterou influenciado pela derrota dos regimes fascistas na Europa, trazendo a democracia para ordem do dia.

Essas transformações no cenário mundial desgastaram ainda mais o já criticado governo brasileiro, que assistiu sua oposição aumentar, inclusive com antigos aliados, que abandonaram o presidente ao perceberem essas mudanças. A saída de Vargas do poder se tornava cada dia mais evidente, pressionado pela crescente oposição que agrupava diferentes grupos, desde estudantes que organizavam passeatas pedindo democracia, até importantes membros do Estado Maior do Exército que já articulavam a sucessão presidencial em eleições futuras. As medidas adotadas pelo presidente, desde 1943, davam sinais de que a abertura política estava próxima, agitando ainda mais o ambiente do país, colocando em evidencia os diferentes posicionamentos ideológicos, que tinham a democracia como principal bandeira, o que pode explicar a união de diferentes sujeitos e interesses na construção do manifesto da FEB, já que independente do posicionamento político, a ideia democrática os alinhava nesse momento específico do pós-guerra.

A hipótese levantada por Paulo Ribeiro da Cunha em seu artigo, de que os membros de esquerda na FEB participaram da confecção do Manifesto, ganha sentido quando analisamos o texto publicado em 1945, *A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional*, encontrando neste, diversos aspectos que vão ao encontro com a política de União Nacional adotada pelos partidos e instituições de esquerda. As terminologias e os conceitos utilizados na composição do manifesto também levam a crer na ativa participação dos comunistas em sua elaboração, pois as ideias defendidas no documento vão ao encontro com o que havia sido definido anos antes na Conferência da Mantiqueira pelo PCB, como podemos notar no trecho abaixo:

Desde os primeiros momentos da arregimentação até a chegada das Forças Expedicionárias às terras convulsionadas da Europa, a fim de combater o imperialismo-prussiano-fascista, retrógrado, opressor e sanguinário, tem sido a patriótica entidade, fator importante de amparo moral e de estímulo cívico, tanto na distribuição de utilidades, oferecidas por todas as camadas populares, aos nossos soldados, como, principalmente, na segura orientação das grandes reservas morais da nação, em favor do nosso esforço. Esta é uma guerra, nem só de governos, nem só de forças armadas. Esta é uma guerra de povos, em que governos, forças armadas e todas as forças vivas nacionais confraternizam-se para dar combate ao baluarte hitleriano da agressão imperialista¹⁰.

No trecho, evidencia-se a aberta crítica ao imperialismo, política que o PCB atacava desde os anos de sua fundação na década de 1920, importante destacarmos ainda, o apelo que encontramos no texto para que o país se alinhe cada vez mais com as grandes nações “democráticas” e aliadas, não citando apenas os Estados Unidos da América e a Inglaterra, mas colocando juntamente desses, como importante influência, um Estado de orientação comunista como a União Soviética, que gozava de grande prestígio mundial por sua importância na vitória dos Aliados.

A guerra interna contra o nazi-fascismo, outra importante bandeira da esquerda desde os anos 1930, também é destacada, dando outro indício para a comprovação da hipótese sugerida acima.

Esta posição, inutiliza, decididamente, a obra criminosa dos sabotadores internos, agentes nazi-integralistas, desmascara os elementos confusionistas, forjadores de vis intrigas, com o objetivo de perturbar a união pacificadora da família brasileira e contribui, afinal, para a mobilização e organização das forças progressistas nacionais congregadas num bloco inquebrantável para a vitória de uma causa justa. Esta compreensão manifesta-se através da coordenação de energias e das realizações nos múltiplos trabalhos da retaguarda; no aceleração do processo da União Nacional, já profundamente enraizado no coração dos brasileiros honrados e conscientes; na preparação das condições nacionais para os próximos problemas de após-guerra, cuja acertada solução encontraremos exclusivamente num clima de fraternidade interna que criará incomensuráveis possibilidades ao desenvolvimento de um Brasil forte, emancipado, econômica e politicamente democrático e progressista (Revista Nova Democracia, Ano 1, n. 8, abr., 2003).

O manifesto segue apresentando tantos outros termos comuns aos manifestos de esquerda, conceitos como camadas populares, causa justa, forças

¹⁰ Copias do documento A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional, e referências sobre ele, podem ser encontradas nos seguintes trabalhos: Política Democrática. Revista de Política e Cultura, 2001; Nova Democracia, Ano 1, n. 8, abr., 2003; Histórias do Poder (DINES; FERNANDES JÚNIOR; SALOMÃO, 2000, p.127).

progressistas, organizações populares (CUNHA, 2008, p. 187), importantes indícios da participação dos membros da esquerda em sua elaboração. Devemos, porém, evitar certa inocência que leve a persuadir o leitor de que o texto foi única e exclusivamente elaborado por membros de esquerda militar presente na FEB, encontramos essas ideias juntamente com outras posturas ideológicas presentes e defendidas no texto, provando também a participação de liberais e conservadores entre seus signatários.

A segunda proposição que fortalece a hipótese fica por conta do destinatário a quem o manifesto é endereçado, a Liga da Defesa Nacional (LDN). Para Cunha (2008, p. 186), o motivo dessa atitude se dá a fim de evitar possíveis punições internas, já que muitos signatários eram oficiais de carreira. Curioso, porém, é notar o fato de que, conforme o estatuto da Liga, datado de novembro de 1916, o presidente da República era também presidente de honra da organização, ficando evidente a quem o manifesto buscava falar, no caso específico ao presidente Getúlio Vargas e também à cúpula das Forças Armadas. O que fortalece a ideia da ativa participação dos veteranos de esquerda na elaboração do manifesto é nos atermos à forte influência que o Partido exercia na Liga, segundo John Foster Dulles (1985, p. 248), a CNOP e posteriormente o rearticulado PCB foram fundamentais na “ressurreição” da entidade. Como exemplo dessa presença do partido na instituição, podemos destacar o caso de Milton Caíres, importante militante comunista, conhecido como “o grande articulador” responsável pelas ações do partido em seu interior. Segundo Leôncio Basbaum, histórico membro do PCB, a Liga havia se tornado, naquela conjuntura, “um ponto de irradiação de propaganda e ação democrática, do qual participavam estudantes e operários”, além da ativa participação de militantes comunistas como Pedro Pomar e João Amazonas (KONDER, 1980, p. 50).

Outro indício da participação dos comunistas na LDN fica também perceptível na atuação de Jorge Herlein, ferroviário paranaense que se destacou por suas ações políticas nas campanhas pró-guerra e a favor da democracia no Rio de Janeiro (DULLES, 1985). Herlein inclusive se tornou membro do Comitê Nacional da Organização Provisória do Partido, formada em 1943 na Conferência da Mantiqueira, justamente por seu destacado trabalho na LDN.

Um último elemento que corrobora na hipótese da existência de membros da esquerda nacional em células na FEB e também na elaboração do

manifesto é a ação do Setor Militar do PCB, pouco conhecido e estudado. De acordo com Marly de Almeida Gomes Vianna (2007a, p. 76), o Comitê Antimilitar, conhecido como “Antimil”, foi fundado em 1929 e tinha a função de manter contato e “engrossar” as fileiras do partido nas Forças Armadas, principalmente nos baixos escalões, destacando-se a incorporação de marinheiros e fuzileiros navais.

O Setor Militar do PCB possuía características particulares, o que favoreceu sua segurança no interior das Armas e sua consequente atuação, mesmo nos anos de forte repressão. O “Antimil” respondia diretamente às lideranças do partido, especificamente a um assistente político que prestava contas apenas ao Secretário Geral. Paulo Ribeiro da Cunha alega que, mesmo Prestes, Secretário Geral do PCB, estando preso, pode-se sugerir que essa fração que se organizou na Itália recebesse orientações da recém organizada direção nacional. O primeiro elemento que pode comprovar essa afirmação é a proximidade das posições assumidas no manifesto com a política assumida pelo partido, por meio da CNOP, em 1943. Outro elemento que reforça esta posição é a participação de militantes que futuramente comandariam o Setor Militar, ocupando importantes posições na direção. Exemplo disso é Almir Neves, que seria pouco tempo depois (possivelmente já o fosse) o responsável pelo “Antimil”, ocupando essa função por muitos anos, além do Tenente Leivas Otero, antigo membro do setor militar e que na Conferência da Mantiqueira se tornara membro do Comitê Central. Elementos esses que tornam bem provável a ideia de que esses comunistas da FEB recebessem, na Itália, ordens dos dirigentes do PCB. Jacob Gorender é impreciso ao pontuar esse aspecto, mas relata que obteve acesso ao documento do manifesto antes mesmo de este ser encaminhado à Liga (CUNHA, 2008, p. 186).

Observa-se na leitura do manifesto que sua bandeira é a *União Nacional*, principal aglutinadora de partidários no final do Estado Novo, buscando a real possibilidade de implantar um regime democrático no país. A partir dessa análise, podemos encontrar elementos satisfatórios para a hipótese da participação de esquerdistas entre os expedicionários, pois à esquerda e seus militantes foram importantes aglutinadores e defensores dessa causa, participando ativamente das campanhas pela mudança do regime político do país. Mas essa não foi a única intervenção capaz de confirmar a existência e principalmente a ação desses veteranos, veremos que ao regressarem ao país, outra prática será posta em ação,

que analisaremos a partir do debate acerca do surgimento e dos primeiros anos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

5 OS VETERANOS DE ESQUERDA NO PÓS-GUERRA:

Expostas as hipóteses sobre a existência de indivíduos de esquerda no interior da FEB, problematizando sobre como esses sujeitos ingressaram na força brasileira de guerra e suas primeiras ações na conjuntura nacional, buscaremos a partir de agora, analisar e debater a disputa política e ideológica no interior da Associação de Ex-Combatentes do Brasil em seus primeiros anos de existência, já no imediato pós-guerra, período que se estende de 1946 até 1950.

Como sinalizado em capítulos anteriores, o final da Segunda Guerra Mundial impôs inúmeras mudanças ao cenário mundial, transformando não apenas a geografia europeia, mas também alterando fronteiras e relações de poder por todo o planeta; as guerras de independência na Ásia e na África, o surgimento de novos países na Europa e em outras localidades do globo são alguns exemplos dessas transformações. Com o Brasil não foi diferente, após participar do esforço de guerra ao lado dos Aliados, o país passou por profundas mudanças em sua estrutura e depois de anos sob o regime ditatorial do Estado Novo, passou a buscar, através da via democrática, seu caminho.

A participação brasileira no conflito foi de grande importância para as transformações que agitaram o Brasil nos primeiros anos da década de 1940. A Força Expedicionária Brasileira representou em muitos aspectos um baluarte da democracia, pois esta lutara em solo europeu contra os famigerados regimes ditatoriais nazi-fascistas. No bojo dos “ventos” democráticos que sopravam pelo mundo no contexto do final dos conflitos, ocorreu o fim do regime de Vargas e a consequente realização de eleições para eleger o presidente da República, quando os partidos políticos, inclusive o Partido Comunista Brasileiro, voltam à legalidade e novas práticas econômicas, sociais e políticas emergem no país. A FEB, que partira em 1944 sob a égide de um governo autoritário, voltara ao país, encontrando este em enorme efervescência política e social.

5.1A DISPUTA POLÍTICO-IDEOLÓGICO PELO CONTROLE DA ASSOCIAÇÃO DE EX-COMBATENTES DO BRASIL.

Os homens que combateram na Itália, passadas as festas do regresso, buscaram retomar suas vidas, e ao fazerem encontraram sérias

dificuldades por conta da difícil readaptação de quem vivencia os horrores de uma guerra, mas principalmente pelo descaso das autoridades em relação a esses combatentes, como apresentado no segundo capítulo. A partir dessas dificuldades mencionadas, ganha força a ideia já ventilada na Europa, onde os brasileiros conviveram de maneira direta com outras nações dotadas de maior experiência em guerras, de se formar uma associação na qual esses veteranos pudessem se reunir e lutar por seus direitos.

No final do segundo capítulo vimos a conjuntura e a maneira como as primeiras associações de ex-combatentes vão surgindo no país, motivadas pelas inúmeras queixas e dificuldades em que os antigos pracinhas se encontravam. É justamente nesse período de grandes transtornos que os membros de esquerda da já desmobilizada FEB vão atuar, fundando algumas associações ou participando ativamente de suas direções. Os motivos dessa atuação por parte dos militantes de esquerda, da qual muitos eram ligados ao PCB, ainda não são claros; tentaremos, portanto, esclarecer alguns pontos aventando possibilidades a fim de problematizar essas ações contestatórias nas associações, práticas ignoradas ou desconhecidas pela maioria das pessoas.

Os veteranos de esquerda foram os entusiastas no início da Associação de Ex-Combatentes do Brasil (AECB), pois muitos desses indivíduos por suas militâncias políticas anteriores a guerra eram afeitos a organização sindical, a participação em ligas, sociedades entre outras organizações, sendo assim, também os fundadores e os diretores das primeiras associações constituídas. Para compreendermos melhor o entusiasmo desses militantes de esquerda na constituição das primeiras associações de ex-combatentes, devemos analisar, primeiramente, as transformações pela qual o país passava no período.

Antes mesmo do desembarque da FEB, as manifestações democráticas atingem seu auge a partir de fevereiro de 1945; Vargas, fortemente pressionado por diversos setores da sociedade brasileira, decreta o Ato Adicional nº 9, fixando data para eleições estaduais e também para o Poder Legislativo, além de decretar anistia, colocando inúmeros presos políticos em liberdade e possibilitando o regresso de tantos outros que se encontravam no exílio. O governo começa a dar claros sinais de que o Estado Novo estava chegando ao seu fim e gradualmente vai cedendo às pressões democráticas, os partidos voltam à legalidade para os pleitos já marcados.

O PCB, partido que mesmo durante o longo período de ilegalidade vinha participando ativamente de manifestações favoráveis a uma abertura, começa a se estruturar a fim de ocupar espaços estratégicos no jogo político do período. O fato é que, agora na legalidade, o PCB se fortalece, o nítido crescimento é perceptível ainda em 1945, pois seus quadros que anteriormente eram compostos por cerca de três mil filiados na ativa passam a possuir aproximadamente cinquenta mil membros e, já no ano seguinte, duzentos mil militantes (CARONE, 1977, p. 234). A libertação do líder comunista Luis Carlos Prestes, figura de grande prestígio entre as massas populares, também colabora para que o Partido cresça e, conseqüentemente, se prepare para as eleições e disputas vindouras. Com a saída de Prestes da prisão, o PCB se unifica sobre as bandeiras de Frente Popular e União Nacional, já seguidas desde 1943, encabeçadas pelo CNOP, diminuindo os conflitos internos ainda existentes no interior da agremiação.

A força que o PCB adquire a partir de 1945 fica evidenciada nas grandes manifestações populares - comícios – que, capitaneados pelo crescimento do movimento queremista e a presença de Prestes, levam cerca de cem mil pessoas aos estádios de São Januário, na Capital Federal, e no Pacaembu, em São Paulo, ambos no primeiro semestre de 1945¹¹. Pela primeira vez desde sua fundação o partido pode trabalhar livremente para atingir seus fins, vivendo seu maior momento como um movimento legal de massas, passando a organizar suas sedes nos Estados da Federação e o Comitê Nacional na capital do país (CARONE, 1977, p. 245). Para atuar com ainda mais influência, passa também a articular suas bases organizando 500 células no Rio de Janeiro, 361 células, 22 núcleos distritais e 102 comitês em São Paulo, 123 comitês em Porto Alegre, além de tantos outros pelos demais estados. Ricardo Maranhão apresenta o desenvolvimento da seguinte maneira:

Algumas das suas células, ou unidades de base de organização partidária, chegaram a contar com cerca de 2000 membros, como as da Central do Brasil, do Arsenal da Marinha ou do Funcionalismo da Prefeitura do Rio de Janeiro [...]. A necessidade de manter e consolidar o espaço de liberdade colocou, por exemplo, a tarefa de criação dos “comitês democráticos” ou “comitês populares” por bairro ou unidade de vizinhança [...]. O programa desses comitês era basicamente o de lutar pela ampliação da democracia ao nível local, devendo estabelecer uma plataforma que levasse em conta as realidades sociais específicas; ali dentro, em assembleias de massa, deveriam lutar contra a carestia e contra os remanescentes fascistas;

¹¹ O primeiro ocorrido em 23 de maio e o segundo em julho.

promover campanhas de alfabetização; defender o direito de voto para analfabetos, fazer alistamento eleitoral, reclamar água para o bairro, etc. Os comitês formavam ligas juvenis, times de futebol, organizavam festas populares e piqueniques [...]. A atividade de imprensa era um fator decisivo para a afirmação do PCB e a difusão do movimento operário; o partido chegou a ter oito jornais diários em 1946 [...]. O crescimento do PCB na legalidade é tão grande e inesperado que a antiga estrutura organizativa vai tendo que ser adaptada à nova realidade e à nova linha política elaborada a partir de 1943, que exigia mudanças de atuação e de postura (MARANHÃO, 1979, p. 72-74).

Ao analisarmos esses dados que precisam o crescimento dos comunistas, podemos levantar a hipótese bem provável de que as associações de ex-combatentes também se enquadraram nessa política de expansão da influência e alcance do partido. Apoderar-se do nome e do prestígio que os veteranos possuíam no período do pós-guerra seria importante dentro dessa lógica que agora norteava a organização, além de englobar mais uma importante causa ao PCB, a dos problemas de abandono que os veteranos de guerra passaram a sofrer, usando isto como bandeira partidária.

Assim, se beneficiando do momento de expansão e legalidade obtidas pelo PCB a partir de 1945, os integrantes da FEB que compartilhavam de ideais de esquerda começam a se envolver ativamente na formação e consolidação das primeiras associações de ex-combatentes que vão surgindo aleatoriamente pelo território nacional e posteriormente, como fica acordado na 1ª Convenção Nacional realizada na Capital Federal em 1946, passam a compor o Conselho Nacional, órgão centralizador da Associação do Ex-Combatentes do Brasil (AECB), espaços em que esses militantes vão exercer grande influência nos três anos subsequentes.

A associação paulista é um grande exemplo desse envolvimento; fundada em novembro de 1946, e assim que criada já se filia ao Conselho Nacional, tem entre seus fundadores e primeiros diretores nomes como o ex-sargento da FEB Gervásio Gomes de Azevedo, membro do Partido Comunista Brasileiro e que também foi deputado constituinte, em 1946, pela legenda; o soldado Raimundo Paschoal Barbosa, Abrahão Abait, ambos membros do PCB, além de outros veteranos como Dionísio de Vechi e Antonio Sá Rodrigues (SILVEIRA, 1989, p. 248). Característica que não foi exclusividade da seção paulista, em outras pelo país afora a mesma postura também foi notada.

Importante destacar que, em seus primeiros anos, a situação estrutural da AECB era precária e que em muitas de suas seções as condições eram

péssimas, tendo suas sedes alugadas ou em prédios pequenos, as finanças também eram restritas, pois dependiam da contribuição dos filiados, o que nem sempre acontecia, muitos eram inadimplentes sem citar os que assim que conseguiam seus objetivos abandonavam a associação sem pagar suas mensalidades. O que dificultava demais as pressões da entidade em relação às autoridades, que pouco faziam pelos antigos praticantes que se encontravam cada vez mais em dificuldades.

O quadro dos associados participativos nas seções em seus primeiros anos era variado, existiam desde membros assíduos que organizavam eventos e buscavam mais associados até os que apareciam raramente para obter consultas sobre seus direitos ou até mesmo ajuda material, inclusive, muitas vezes as associações foram vítimas de pessoas que se passavam por expedicionários a fim de conseguir alguma vantagem. Segundo um relatório do Conselho Nacional da AECB, os quadros de filiados ativos estavam assim divididos:

[...] em três grupos. O primeiro é constituído por aqueles que, voltando da Itália, permaneceram nas forças armadas ou, ao serem desmobilizados, tinham emprego público do qual se afastaram por consequência da guerra. O segundo, daqueles que carregam em si as cicatrizes da guerra, a neurose, a tuberculose, etc, que precisam ser amparados. O último grupo – o maior – está constituído de ex-combatentes que, deixando a farda e gastando suas economias, se viram de um momento para o outro sem emprego ou inadaptados às novas funções civis. Do ponto de vista da Associação, o primeiro grupo, não sentindo o problema dos veteranos de guerra no pós guerra, pouco veio se interessando pela sua sorte ou pela sorte da Associação. O segundo grupo nada pode fazer pela Associação, de vez que necessita de seu amparo. O último, na verdade o único que vive as situações das Seções, frequenta suas reuniões e participa do movimento dos veteranos em defesa de suas reivindicações, pois que sente verdadeiramente o problema do abandono do desemprego e do ostracismo a que foram relegados¹².

É nesse universo de condições adversas que os veteranos vão buscar seus direitos, seja por intermédio de leis que se transformem em benefícios, seja na aquisição de um salário permanente pago pelo Estado brasileiro por terem arriscado suas vidas na guerra, auxílio médico e empregos garantidos por lei. Esse descaso com a causa dos veteranos também auxilia na compreensão da ativa participação dos associados de esquerda em seus primeiros anos, pois, como veremos a seguir, ao não encontrarem respaldo nas autoridades, esse membros

¹² Relatório do Conselho Nacional das Associações de Ex-Combatentes do Brasil, apresentado ao Plenário da 2ª Convenção Nacional. São Paulo, 16 de novembro de 1948, transcrito na íntegra pelo jornal Ex-Combatente. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 25, p. 3, nov.1948.

mais radicais buscaram por outras vias a solução de seus problemas. Porém, não se deve idealizar a ação dos comunistas no interior da AECB, colocando essa parcela dos associados como heróis que simplesmente buscavam salvar seus companheiros de campanha das duras chagas trazidas da Europa, devemos nos atentar para o fato de que, como analisado acima, os comunistas que agora gozavam de liberdade de ação política também buscaram aparelhar a instituição dos veteranos de guerra a fim de estender a força do Partido, além de usufruir do nome dos veteranos e seus problemas levando o debate a outras esferas.

Ao se envolverem no cotidiano da associação, esses veteranos de esquerda buscaram adotar práticas que se colocavam contrárias ao estatuto da entidade¹³, que proibia ações de cunho político-partidárias. A dura realidade enfrentada pelos expedicionários, agora convertidos em ex-combatentes, era claramente refletida em sua associação, que sofria com o descaso das autoridades e na maioria dos casos as petições (memoriais) endereçadas aos parlamentares e demais poderes não eram levadas a sério, o que motivou ainda mais a atuação da ala radical no interior da organização. Buscando amenizar essas dificuldades, algumas seções disponibilizavam cursos de alfabetização, auxílio financeiro para a compra de medicamentos, além de advogados e médicos, ligados ou simpatizantes do PCB¹⁴, que atendiam os mais necessitados gratuitamente ou por um valor simbólico, muito pouco diante dos problemas apresentados. Assim, a recém organizada associação pouco tinha a ofertar a seus membros, além de pequenos e precários espaços para as reuniões (muitas vezes alugados) e o trabalho voluntário de alguns veteranos. Poucas foram as seções que, com o apoio dos governantes, conseguiram locais próprios e estrutura financeira (FERRAZ, 2003, p. 260), e mesmo quando os benefícios eram adquiridos por leis ou promessas “politiqueiras” seu cumprimento, em muitas das vezes, não era efetivado, deixando os pracinhas cada vez mais desiludidos.

Assim, em seus primeiros anos sob a liderança dos militantes de esquerda, algumas seções passaram a adotar práticas diferentes em relação à postura assumida pela maioria dos veteranos. Em detrimento dessa situação, surge

¹³ O 1º Estatuto da AECB foi construído e aprovado na 1ª Convenção Nacional em novembro de 1946, sendo reformado por mais três vezes, primeiro em 1954 na 5ª Convenção Nacional, ocorrida em Recife-PE, em 1960 na 8ª Convenção, em São Paulo-SP, e posteriormente na 2ª Convenção Nacional Extraordinária, realizada em Niterói-RJ.

¹⁴ Entrevista com o presidente da AECB-SP BARBOSA, Raimundo Paschoal. Entrevista in: Ferraz. São Paulo, 7 de julho de 2001

no seio da AECB uma disputa entre duas práticas de ação pública, de um lado os que compreendiam que a luta pelos benefícios e direitos dos expedicionários era política e que só obteriam êxito por meio de uma mobilização constante, sendo dever do ex-combatente opinar e agir nos assuntos do país, não esperando a caridade das autoridades. Do outro lado, existiam os que não aceitavam essa prática, se colocando terminantemente contrários a qualquer ação de cunho político, considerando que a instituição não era o espaço apropriado para essas questões.

Apesar dos estatutos da associação proibirem atividades de cunho político-partidário de seus associados, o fato é que a política sempre esteve presente nas associações, abertamente ou não. Assim, segundo o historiador Francisco Ferraz, essas práticas distintas traziam à tona as duas concepções políticas que se enfrentariam no interior da AECB:

Desta maneira, havia pelo menos duas propostas diferentes para as práticas públicas da associação. De um lado, uma tendência de esquerda, que era mais contestadora e que propunha ir além das reivindicações dos problemas específicos dos ex-combatentes, associando os problemas nacionais aos dos expedicionários. Seu relacionamento com as autoridades era tenso, não apenas por cobrar intransigentemente seus direitos e não esperar por favores de governantes e de seus prepostos, mas, principalmente, porque tais práticas eram largamente associadas, na cultura política brasileira da época, com o comunismo. Foi justamente neste período, entre o final da década de 40 e primeira metade da década de 50, que as polarizações da guerra fria se tornaram mais intensas no Brasil. Reivindicações de expansão dos direitos políticos, civis e sociais, ou manifestações de cunho nacionalista, que tivessem o mínimo indício de apoio de grupos de esquerda, eram logo taxadas de comunistas, subversivas, e seus defensores acusados de “inocentes úteis” (na melhor hipótese) ou de estarem a “soldo de Moscou” (na pior). Do outro lado, havia o outro grupo de membros da associação, que era maioria no quadro dos associados, onde as questões políticas eram deixadas de lado, e o que se discutia e lutava era em torno das problemáticas dos veteranos, colocando-se por um viés mais conservador, portanto anticomunista (FERRAZ, 2003, p. 303).

O embate entre essas duas concepções foi inevitável, principalmente no período entre 1946 -1950, quando os associados de esquerda ocupavam cargos de lideranças nas principais seções, como a da Capital Federal (RJ) e São Paulo, sendo essas as duas principais seções, contando com maior número de membros e também exercendo grande influência nas tomadas de decisões. A seção fluminense, seguindo a orientação de seus dirigentes, passa a colocar em prática sua postura de contestação em detrimento da espera de ajuda

das autoridades, pode-se notar essa postura em um pronunciamento feito por seu presidente Paulo Sampaio de Lacerda (1948, p.1):

[...] tem os ex-combatentes consciência de seus direitos e por terem tal consciência é que, sem bajulação, sem subserviência e sem elogios desnecessários e importunos aos poderosos, mas de cabeça erguida e convictos da justiça, de sua causa, através de nossa querida Associação, já conquistaram considerável número de vitórias e haverão de conquistar muitas outras. Entretanto que fique bem caracterizado aqueles maus companheiros.

O regime de favores destrói, portanto, a união de uma coletividade, desperta o egoísmo e abre caminho para a destruição da Democracia que é, essencialmente, o regime do povo e pelo povo, e para o povo.

Os ex-combatentes sabem que o caminho a seguir é o que vem trilhando sua Associação, a estrada da luta pelos seus mais sagrados direitos.

Nos meses finais de 1946, encabeçados pela principal seção do Brasil, a fluminense decide organizar a 1ª Convenção Nacional, a fim de ampliar o debate acerca dos problemas sofridos pelas diferentes associações de veteranos que surgiam espalhadas pelo território do país, além de somarem forças para pressionar as autoridades, definindo também uma linha de conduta unificada. Assim, entre os dias 15 e 19 de novembro, na Capital Federal, acontece o evento que reuniu delegados representantes de seções de vários estados brasileiros. A disputa entre as duas distintas concepções de se conduzir a associação já apresentava seus primeiros sinais.

O evento que estava agendado para se realizar nas dependências do Teatro Municipal do Rio de Janeiro não conseguiu ser realizado no local, que foi vetado de última hora, por conta de fortes boatos que ligavam a Convenção dos ex-combatentes com o comunismo internacional. O governo Dutra encarava o evento como uma afronta, assim, além de não auxiliar em sua realização ainda contribuiu para prejudicá-lo, negando o espaço para os veteranos, nenhuma razão foi apresentada aos ex-combatentes, apenas os rumores de que o cancelamento se deu por suspeita de infiltração dos comunistas. Curioso notar que, meses antes, o mesmo teatro havia sido liberado para um encontro do Partido de Representação Popular, liderado por Plínio Salgado (FERRAZ, 2003, p. 296). Muitos veteranos ficaram indignados com a recusa do local reservado para a realização da 1ª Convenção dos ex-combatentes e decidiram protestar contra a medida na Câmara Municipal, na Câmara dos Deputados e também no Senado Federal, esquentando o clima do evento; um ocorrido demonstra bem como estavam os ânimos, havendo um

incidente entre o presidente da associação de ex-combatentes de Porto Alegre, Newtair Pithan e Silva, veterano do 1º Grupo de Caça da FAB, e o senador paraense e general reformado Magalhães Barata. O veterano juntamente com outros companheiros que haviam se dirigido as portas do Senado aguardavam audiência com o diretor da casa, o senador Nereu Ramos, quando Magalhães Barata aproximou-se deles e lhes disse: - Vocês, ex-combatentes da FEB, não passam de um bando de comunistas disfarçados. Não contem com meu apoio! Extremamente ofendido, Pithan e Silva teria respondido que os ex-combatentes não necessitavam “do apoio de uma barata suja que somente havia tomado conhecimento da guerra através da Hora do Brasil”. Além da troca de ofensas, os envolvidos ainda entraram em combate corporal, deixando evidente o clima pesado da situação¹⁵.

Apesar de toda a confusão envolvendo ex-combatentes e autoridades, o evento ocorreu nas dependências da Academia Brasileira de Ciências, local conseguido as pressas. Muitas autoridades civis e militares foram convidadas para participarem da convenção, mas por conta dos boatos de que o evento era “subversivo”, pela participação ativa de veteranos e políticos ligados ao PCB, poucas autoridades compareceram, uma das poucas exceções foi a presença do deputado do Partido Comunista, Maurício Grabois, contribuindo ainda mais para aumentar as críticas e receios por parte das autoridades e dos setores anticomunistas nas associações em relação à intenção desses veteranos.

Liderando as atividades da convenção os comunistas que controlavam a seção carioca, como o tenente-coronel Pedro Paulo Sampaio de Lacerda e Salomão Malina, destacaram em seus pronunciamentos a postura de contestação que algumas associações já estavam assumindo para com as autoridades, que muito pouco ou nada faziam em relação aos ex-combatentes e seus problemas. Indo além, propondo que os veteranos se conscientizassem de que somente a firme defesa de seus direitos é que possibilitaria as conquistas dos benefícios, defendiam ainda que os companheiros não deveriam lutar apenas para conseguir seus direitos, mas buscar conquistas sociais para toda a população, ampliando a esfera de atuação da associação de veteranos; para o comunista Salomão Malina:

¹⁵ Entrevista com Neltair Pithan e Silva. São Paulo, 31 março de 2000.

[...] de nada adiantará arranjar-mos emprego para um ex-combatente se nesse ínterim dois outros tiverem perdido os seus. É por isso que devemos lutar por medidas que nos deem nossa independência econômica, tais como a exploração de nosso petróleo, aço, nacionalização de energia elétrica, etc. (O EX-COMBATENTE, 1948, p. 4).

Na Convenção Nacional, criou-se o Conselho Nacional, órgão centralizador, composto por delegados escolhidos por votações realizadas nas convenções, que passariam a ser realizadas de dois em dois anos, esse órgão também concentraria as práticas que depois de debatidas e votadas seriam adotadas pelas seções associadas. Ficou também acordado que as associações se organizariam de maneira colegiada, tendo seus representantes eleitos em chapas que seriam apresentadas e votadas em assembleias gerais, para períodos estabelecidos em estatuto.

Tentando amenizar as crescentes disputas internas no seio das associações, a Convenção elegeu como diretores do recém-criado Conselho Nacional veteranos dos dois lados opostos. A presidência ficou a cargo do cabo de artilharia expedicionária Oswaldo Gudole Aranha, filho do antigo ministro do governo Vargas, Oswaldo Aranha, um veterano insuspeito de qualquer aproximação com o comunismo; como vice o escolhido foi o aspirante a oficial e militante comunista Salomão Malina, o restante da diretoria foi composto de forma mesclada entre ex-combatentes à direita e à esquerda (FERRAZ, 2003, p. 298). A medida pouco amenizou os ânimos e muito menos a disputa ideológica pelo controle da associação, tanto dentro quanto fora das seções as acusações de subversão e pregações partidárias por parte dos comunistas continuavam.

Algumas seções como a de Curitiba, Minas Gerais (Belo Horizonte e São João del Rey) e Paraíba (João Pessoa e Campina Grande) se negaram a filiar-se ao Conselho Nacional e participar das Convenções, alegando que não compactuariam com as práticas comunistas adotadas pelos diretores nacionais da AECB. Esse rompimento de algumas seções esteve presente em alguns jornais da época.

ABANDONARAM A CONVENÇÃO DOS EX-COMBATENTES

Estiveram reunidos ontem os representantes das diversas delegações estaduais dos Ex-combatentes que resolveram abandonar a Convenção que se vem realizando nesta Capital.

Motivou esse afastamento o caráter político-partidário da Associação do Distrito Federal que vinha comprometendo as outras entidades dos Ex-combatentes, cujas atividades apolíticas visam, única e exclusivamente, o

amparo ao Expedicionário e a defesa de seus direitos e interesses. As delegações que deixaram a Convenção, pelos motivos acima referidos, foram as seguintes: Delegação de Minas Gerais [...] Delegação do Paraná [...]. Justifica, ainda, esse atitude, o fato do sr. Pedro Sampaio de Lacerda ser candidato a vereador à Câmara Municipal do Distrito Federal, pelo Partido Comunista, como costa na publicação feita na “Tribuna Popular”, do dia 31 de outubro¹⁶.

O procedimento tomado por associações desses Estados que se retiraram da Convenção evidencia a preocupação desses veteranos em não serem ligados a uma postura que, em suas visões, os prejudicava, afetando suas relações com as autoridades e a opinião pública (AMARAL, 2001, p. 24.). Esses dissidentes ganharam ainda mais destaque na imprensa fluminense, principalmente em jornais ligados aos partidos conservadores como a UDN:

DESVENDADA A TRAMA COMUNISTA ENVOLVENDO A ASSOCIAÇÃO DOS EX-COMBATENTES

Porque as delegações de seis Estados abandonaram a Convenção. Até ontem à tarde delegações de seis Estados haviam abandonado a Convenção da Associação dos Ex-Combatentes, dado o caráter nitidamente partidário dessa entidade e a sua conduta inteiramente pautada pelos interesses do Partido Comunista. Essa atitude é o desfecho de uma grave crise que vinha fermentando como consequência do uso da Associação para objeto de propaganda comunista¹⁷.

A associação de Curitiba, fundada em 12 de janeiro de 1946, é um claro exemplo desse distanciamento em relação ao Conselho Nacional nos polarizados anos da fundação da AECB, o rompimento foi tamanho que se decidiu alterar até o nome da associação curitibana de veteranos, passando a denominar-se como Legião Paranaense do Expedicionário (LPE); outro regimento interno foi elaborado, deixando a política e seus usos partidários fora da LPE (AMARAL, 2001, p. 26.).

Desde a formação das primeiras associações, passando pela 1ª Convenção Nacional, que concentrou as diferentes seções surgidas aleatoriamente, até a 2ª convenção realizada na cidade de São Paulo, em 1948, os associados de esquerda dominaram as diretorias de muitas seções e o Conselho, mesmo sob a desconfiança e rejeição de muitos veteranos. Dessa maneira, esses militantes organizaram eventos e adotaram posturas que aproximavam a AECB da política exercida pelo PCB no período. Um exemplo notório dessa aproximação são os

¹⁶ Texto publicado em: O GLOBO. Rio de Janeiro, 15 nov., p.6, 1946.

¹⁷ Texto publicado em: Vanguarda. Rio de Janeiro, 19 de Nov., p1-8, 1946.

debates ocorridos nas reuniões da associação, acerca de importantes assuntos que o Partido defendia no cenário nacional; como a questão da reforma agrária, as lutas por melhorias na condição dos trabalhadores, passaram a fazer parte do dia a dia das seções, gerando enorme descontentamento nos setores conservadores da associação. Essas se transformaram em um efervescente palco de debates políticos. O jornal O EX-Combatente, editado pela seção carioca, passou a ser o porta voz desses debates e da evidente politização, deixando claro qual a posição que a direção da associação de veteranos estava tomando em relação à política do país.

Exemplo dessa tomada de postura foram as matérias acerca da reforma agrária nacional, fazendo menção ao fato de que alguns governos estaduais, como São Paulo, Santa Catarina, Goiás e Rio de Janeiro, haviam concedido lotes de terras para os ex-combatentes, argumentando que os expedicionários eram arautos nas lutas sociais do povo brasileiro; assim um veterano da Bahia relata o problema da terra no Brasil:

O problema da terra é hoje um problema que agita grande número de brasileiros [...]. Entre os que vivem no campo, o número de proprietários de terra é ínfimo [...]. O interesse dos ex-combatentes pelo problema da terra está plenamente comprovado pela pressão que os mesmos exerceram e ainda exercem sobre as diretorias da AECB. Essa pressão tem sido no sentido de verem incluída a questão das doações de terras entre as reivindicações programadas pelas diretorias que seriam posteriormente transformadas em projeto de lei.

[...] Na Câmara Federal onde foram apresentados projetos de lei que, em grande parte, mereceram debate dos ex-combatentes, o problema se apresentou com o seguinte característico, além de outros pormenores:

“Serão doados, pela União, em terrenos de seu domínio ou por ela adquiridos para tal fim, lotes de terra para lavoura ou criação”.

[...] A Câmara dos Vereadores do Distrito Federal, naquele tempo a mais democrática Câmara do Brasil, aprovou por unanimidade o Projeto nº90 que conferia aos ex-combatentes lotes de terra [...]. O senhor Prefeito, porém, vetou o projeto. E ainda mais; fez uma propaganda danada pelos jornais, dizendo que se tratava de comunismo e o diabo a quatro (ELOY, 1948, p.1).

Outro tema polêmico que ganhou destaque no interior das associações foi a discussão em torno da Campanha do Petróleo, no qual o grupo de esquerda era favorável ao debate naquele espaço, alegando que os problemas nacionais também deveriam ser discutidos por homens que arriscaram suas vidas pela pátria. A questão sobre o petróleo se tornou uma importante bandeira da esquerda nacional; assim, antes de falarmos dessa discussão no âmbito das associações devemos, primeiramente, abordar a problemática no âmbito da

sociedade em sua totalidade, esclarecendo alguns pontos fundamentais para uma melhor compreensão.

Com o final da Segunda Guerra Mundial os debates acerca do petróleo entram definitivamente na agenda política do país; desta forma, surge um movimento civil-militar no ano de 1947 acerca do assunto, que fica conhecido pelo seu principal *slogan* “O Petróleo é nosso”, deixando clara a intenção de defender o monopólio estatal de exploração do recurso natural. Assim, os defensores da Campanha do Petróleo ligavam a exploração deste com a consolidação da nação brasileira, acreditando que esse rico recurso natural estava diretamente ligado ao crescimento industrial e seu conseqüente progresso. O debate em torno do petróleo fez emergir uma acirrada disputa no cenário nacional, envolvendo diferentes pontos de vista sobre o assunto, além da participação popular.

O nacionalismo, base das diferentes vertentes sobre o assunto, foi defendido de maneiras diversas por grupos distintos, para Motta (2002, pag.29):

[...] há necessidade de cuidado ao utilizar o termo, uma vez que “nacionalismo” adquiriu significados distintos ao longo do período contemporâneo, sendo reclamado por grupos defensores de projetos políticos divergentes, ligados tanto à esquerda quanto à direita. Os próprios comunistas defenderam bandeiras nacionalistas, que em sua acepção implicavam a afirmação do Estado nacional como agente político e econômico, e fiador da soberania brasileira frente ao imperialismo das potências capitalistas.

O nacionalismo que serviu de inspiração aos anticomunistas tem origem remota em modelos conservadores elaborados no século XIX, principalmente associados ao romantismo alemão. Tal vertente do nacionalismo, que também foi influenciada pelo corporativismo, encontrava seu fundamento central na visão da nação como conjunto orgânico, unidade superior a qualquer conflito social. Esse nacionalismo de viés conservador enfatiza a defesa da ordem, da tradição, da integração e da centralização, contra as forças centrífugas da desordem.

A questão do petróleo e suas conseqüentes discussões simbolizaram uma clara divisão sobre os distintos planos de nação que se apresentaram no Brasil a partir de 1945. Explorar o recurso exigia elevado investimento e tecnologias que o país não detinha no período, desta forma, dentro da mesma lógica nacionalista de que o Brasil deveria nacionalizar as reservas, evitando que os trustes estrangeiros controlassem essa riqueza. Duas grandes vertentes se apresentaram, disputando espaço na sociedade brasileira e em órgãos que vão polarizar este debate, como o Centro de Estudos e Defesa do Petróleo

(CEDP)¹⁸, fundado em 1948 para promover uma larga campanha de esclarecimento da população sobre a temática; e também no Clube Militar, espaço onde os militares, entusiastas da causa, passam a debater as distintas propostas de ação a fim de influenciar nas decisões governamentais sobre o petróleo. De um lado os nacionalistas à direita que afirmavam que por falta de condições para realizar a extração do petróleo o país deveria aceitar investimentos privados, tanto nacionais como internacionais, para realizar a prospecção do recurso e, conseqüentemente, desenvolverem a indústria no país. Na outra vertente, se colocava um nacionalismo à esquerda, no qual a ideia básica era a de que o Estado deveria arcar com toda a infraestrutura para a exploração, dividindo essa riqueza obtida com a população, por meio do desenvolvimento econômico e social da Nação (SILVA, 2007).

Os comunistas se envolveram nos debates apoiando a vertente do nacionalismo à esquerda, negando a participação de capitais privados em sua exploração, principalmente de recursos estrangeiros. Essa postura ia ao encontro de uma das principais bandeiras do partido, o anti-imperialismo; esses viam na entrada de capitais internacionais no país o fortalecimento do Capitalismo, o aumento da influência estadunidense no Brasil e a conseqüente exploração econômica que esses fatores iriam trazer ao país. A campanha do petróleo passa a ser no período uma importante questão para a esquerda, pois defender a estatização seria combater também práticas e políticas que o PCB enxergava como nocivas ao desenvolvimento nacional, lembrando que, a partir de 1945 até o início de 1948, a postura adotada pelos comunistas era a de colaboração com o desenvolvimento econômico brasileiro, livrando o país do estágio “semifeudal” em que se encontrava, acreditando que esse seria um estágio pelo qual o país necessitaria passar para atingir o socialismo (SILVA, 2007, p. 325-328).

Desta forma, o debate sobre o petróleo adentra a AECB, no período em que os veteranos de esquerda dominavam a diretoria e as duas principais seções do país, Rio de Janeiro e São Paulo; observa-se, novamente, no artigo de Milton Eloy (1948, p.6) a postura de seu grupo:

¹⁸ O Centro altera seu nome meses depois e passa a se chamar Centro de Estudos e Defesa do Petróleo e da Economia Nacional (Cedpen).

Há quem ache também que o problema esteja acima ou abaixo do nível dos ex-combatentes. Não devemos vivê-lo ou compreendê-lo na Associação. E dizem: esse é um problema que não interessa aos pracinhas.

Voto contra essas maneiras de encarar a questão. E esclarecerei porque. Primeiro por uma condição básica, estatutária. Pelo conhecimento da letra g do Art. 2.º dos Estatutos da Associação dos Ex-Combatentes do Brasil, que diz, é o objetivo da Associação: "Melhorar e desenvolver a educação dos ex-combatentes e despertar neles a consciência de sua responsabilidade individual na defesa intransigente dos princípios democráticos e dos direitos dos homens". Segundo, que não se trata, absolutamente, de contrariar este ou aquele general. Seria o cúmulo da gentileza dos brasileiros deixarem o problema do petróleo como está, para não opinar contra o General A ou General B. E os ex-combatentes são tão brasileiros como os demais.

Isto demonstra como ainda é necessário difundir a questão do petróleo. Isto demonstra como estamos, no Brasil, mal informados sobre o assunto.

Esta questão, porém, é uma questão conhecida por milhões de homens em todo o mundo. É um dos pontos nevrálgicos da história econômica e política dos povos.

O problema do petróleo, na época em que vivemos, é mais do que isso: é um problema de patriotismo, de Defesa Nacional, é um problema de honestidade administrativa, de independência de uma nação. Trata-se, na verdade, ao discutir-se o assunto, ensinar aos ex-combatentes uma coisa muito importante. Trata-se, como diz a letra g do Art. 2.º, de melhorar e desenvolver a educação dos ex-combatentes e despertar neles a consciência da sua terra. Isto não é só estatutário como é nobre.

Segundo creio, os debates sobre o petróleo em nossa Associação trariam um grande reforço ao exército dos que defendem a tese de sua nacionalização. A tese que diz que nosso petróleo é nosso e deve ser inteiramente nosso. Nosso do Brasil. Repito. Do BRASIL.

O embate entre os lados opostos se acirrava cada vez mais, e o jornal da AECB demonstra essa divisão, os associados anticomunistas também se manifestaram em relação à causa do petróleo, se colocando contrários à postura adotada por seus rivais, alegando que esses debates distanciavam os veteranos de sua verdadeira causa, o que deixava o clima nas seções cada vez mais tenso, conforme a matéria escrita pelo associado Paulo Correa Neto (1948, p.6):

Acho que a questão do petróleo é uma questão de patriotismo e todos os brasileiros que desejam forte economicamente o Brasil de amanhã estão na obrigação de "não cruzarem os braços" como bem o disse nosso vice-presidente major João Carlos Gross, na reunião de quinta-feira, dia 08 de abril. Todos temos a obrigação de dar os nossos palpites a respeito. Andou acertadamente o ilustre vice-presidente quando disse que as colunas do "EX-COMBATENTE" estão à disposição dos companheiros que quiserem escrever algo a respeito do nosso ambicionado ouro negro.

O petróleo, por seus lucros fabulosos, é o maior fator de progresso de um povo. Vide o povo americano, a que alturas se vê guindado, por influência única de seu potencial em ouro negro. Para início da minha conversa aqui com os leitores, devo dizer que "não cruzarei os braços". Sou da Tese esposada do general Horta Barbosa, até debaixo *d'água*, e com fogo, por cima. O direito que tenho de assim pensar me é facultado por obra e graça das Constituições de 18 de Setembro de 1946.

Apenas o que não tolero é a política. Política brasileira, para mim, não vai nem com açúcar. E tenho verdadeira fobia por certos companheiros

(felizmente são poucos) que tem o caradurismo de pedir à Diretoria que faça realizar na sede de nossa valorosa Associação debates e palestras acerca do nosso petróleo. A minha opinião é de quem fizer falar de petróleo, faça-o por intermédio do nosso jornal, vá assistir conferências dos generais Horta Barbosa e Juarez Tavora, fale em casa, como eu, por exemplo, mas não “chacoalhem” essa história de fazer da Associação “centro de suas ambições políticas” mesquinhas e quase sempre pessoais.

Um assunto que também ganhou espaço na associação foi a crítica dos veteranos em relação aos “traidores da pátria”, alcunha que alguns cidadãos¹⁹ brasileiros receberam por compactuar com o nazifascismo, traíndo seu próprio país. Em meados de 1948, Geraldo Melo Mourão, jornalista cearense acusado e julgado como traidor da pátria, recebeu indulto do governo Dutra. O que gerou descontentamento e revolta entre os veteranos, que aproveitaram a ocasião para também, fazer uma crítica direta às autoridades que defendiam fascistas, mostrando suas preferências políticas e nada faziam pela causa dos pracinhas, como fica evidenciado em matéria do jornal O Ex-combatente:

O Conselho Nacional das Associações dos EX-Combatentes do Brasil, conciso de sua responsabilidade perante as seções filiadas, vem a público para protestar contra o acintoso indulto concedido a Geraldo Margela Melo Mourão, espião nazista, criminoso confesso e responsável direto pela morte de centenas de homens, mulheres e crianças do Brasil.

Os que lutaram nas nossas Forças Armadas de terra, mar e ar durante a segunda Segunda Guerra Mundial e conheceram os métodos empregados pelos nazi-fascistas contra as suas vítimas só podem considerar semelhante indulto como um escárnio à memória dos nossos mortos e um incentivo ao crime e à traição à Pátria.

Enquanto isto sucede, por outro lado, continua sem solução – hoje, como há três anos – a situação dos ex-combatentes brasileiros, abandonados à sua própria sorte, sem uma legislação eficiente que os ampare. Diante destes dois fatos: concretos: o indulto a um traidor confesso e o total desamparo aos que lutaram pela Pátria, ficam os ex-combatentes sem saber a que PODER CONSTITUIDO poderão atribuir maior responsabilidade.

Todavia, ao fazerem o seu veemente protesto, longe de se lançarem no desânimo e no desespero, afirmam os ex-combatentes que não desfalecerão em sua luta do pós-guerra pela concretização dos ideais pelos quais lutaram e pela conquista de uma vida digna de admiração e respeito para todos os brasileiros²⁰.

Os setores anticomunistas usaram essa politização para atacar e acusar os veteranos de esquerda dentro das associações e também por meio da imprensa, alegando que as associações não eram lugares de política e que essa tentativa, por parte dos comunistas, de usar a associação para fins partidários,

¹⁹ Túlio Regis do Nascimento, Margarida Hirshmann e Emídio Baldino, são alguns exemplos de indivíduos julgados e condenados como espiões.

²⁰ Texto publicado em: O EX-Combatente, n. 17, p. 16, maio de 1948.

provocava a desagregação dos companheiros e da causa verdadeira dos veteranos. Até o reservado comandante da FEB, o marechal Mascarenhas de Moraes se manifestou preocupado com o envolvimento de indivíduos perigosos:

A Imprudência de alguns delegados da causa expedicionária, que, com propósitos velados, pretendem, há muito, desviar as associações dos ex-combatentes de sua finalidade eminentemente cívica e essencialmente restrita à sobrevivência de nossas glórias, à assistência aos nossos camaradas e as suas famílias, à veneração e respeito aos que morreram ou foram mutilados.

Já temos perdido terreno no conceito da opinião pública e de nossas autoridades, por pretenderem aqueles delegados se imiscuir em assuntos que não interessam aos ideais precisos e definidos das associações dos ex-combatentes.

Somos brasileiros que [...] muito e muito fizeram pela honra e soberania do Brasil, pela liberdade e direitos do homem e das nações. Nem por isso, no entanto, podemos explorar o título de ex-combatentes para conduzirmos os problemas magnos da Nação, entrechocando-nos com os partidos políticos e intervindo nas querelas internacionais. [...] Servir-se dos ex-combatentes e de suas glórias para disputar ideias e opiniões que não solucionam os seus males físicos e morais é crime contra a dignidade expedicionária²¹.

Partindo ainda mais para a vertente contestadora, os comunistas decidiram divulgar tanto as problemáticas dos ex-combatentes quanto as do Brasil para fora das associações, alegado que não bastava introduzir na Associação as discussões sobre os problemas do país. Era preciso fazer também o caminho inverso, ou seja, informar à população os problemas que afligem os ex-combatentes, prova disso foram as manifestações organizadas pelas seções de São Paulo e do Rio de Janeiro. A fim de comemorar o 5^o aniversário da declaração de guerra do Brasil contra o Eixo, a seção paulista da AECB realizou, no dia 22 de agosto de 1947, no Clube Paulistano, uma solenidade para homenagear os brasileiros mortos em solo italiano, o evento se transformou em um verdadeiro comício político, onde os associados de esquerda expuseram suas posições. Primeiramente discursou o presidente da associação bandeirante e militante comunista Raimundo Paschoal Barbosa, destacando em seu discurso o descaso que as autoridades tinham em relação aos veteranos. Logo após, discursou o deputado pelo PCB Lourival da Costa Vilar que em violenta fala atacou o imperialismo norte-americano, fazendo também

²¹ Mensagem do Marechal Mascarenhas de Moraes aos Expedicionários Brasileiros. Rio de Janeiro, 11 abr. 1949. Arquivo do Monumento Nacional aos Mortos da Segunda Guerra Mundial (doravante AMNMSGM). Rio de Janeiro. Segundo informação constante no documento, esta mensagem foi publicada em vários jornais do país.

clara propaganda de seu partido²². Segundo os agentes do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) que acompanhavam a solenidade, justamente pela participação de indivíduos “subversivos”, foi notada também a presença de outros militantes do Partido Comunista no local.

Na Capital brasileira, ocorreu o “Desfile do Silêncio” (ou “Passeata do Silêncio”) organizado pela Associação do Rio de Janeiro, em julho de 1947, possuindo como objetivo maior entregar aos vereadores e aos deputados documentos com as reivindicações dos expedicionários. O evento foi apoiado por estudantes e por parte da imprensa, tendo no discurso do então presidente da seção do Distrito Federal, o comunista Sampaio de Lacerda, seu ápice. Em seu pronunciamento destacou-se a luta dos expedicionários na Europa, ressaltando, porém, que agora esses guerreiros cobravam seus direitos, não necessitando de favores nem de privilégios, pois lutariam por seus direitos. A passeata despertou certa atenção, como relatam alguns jornais da época. Alguns deputados e vereadores discursaram prometendo melhorias na situação dos ex-combatentes, o fato é que, após a manifestação, existiu certo progresso nesse sentido; alguns ex-combatentes obtiveram vagas no serviço público, houve também melhorias nos atendimentos hospitalar e maior interesse por parte das autoridades. Porém, meses depois, os ex-combatentes voltaram ao esquecimento de outrora uma vez que não foi registrado um evento semelhante.

Essas manifestações não contavam com o apreço de muitos associados, preocupados com o proveito político que os companheiros esquerdistas poderiam extrair com essas manobras. Este posicionamento amparou-se nas acusações de que as passeatas seriam demagogas por exporem os expedicionários necessitados e com feridas de batalhas (mutilados) pelas ruas da cidade, em benefício de um partido político, no caso o PCB (FERRAZ, 2003).

No âmbito externo, as pressões aumentavam cada vez mais, atrelando os ex-combatentes com o comunismo, levando Oswaldo Aranha a se queixar no jornal Ex-Combatente, alegando que as práticas adotadas por alguns associados comprometiam toda a relação da AECB com as autoridades e também com a opinião pública.

²² Relatório do Departamento de Ordem Política e Social de São Paulo em 23/08/1947.

Frase nenhuma poderia ser melhor aplicada aos Ex-Combatentes Brasileiros. Homens que passaram pelo ardor das contendas armadas, lutando em terras estrangeiras para desfazer a afronta sanguinária dos nazistas, voltaram à sua terra para receber aplausos de uma multidão emocionada e depois sofrer a terrível decepção do esquecimento e do abandono.

Para os brasileiros, o “pracinha” não é a sua maior glória. Por quê? A explicação é fácil. Ele pouco conhece sua história e mal ouviu falar de seus feitos desconhecendo por completo os fatos heróicos da campanha.

Logo após nossa chegada, o povo brasileiro marchava para as urnas num afã vertiginoso de reconquistar a liberdade política há tanto tempo perdida. Neste movimento nacional o povo esqueceu o passado como guerreiro que só pensa na luta para dar a ela todos os seus esforços. Cabia ao governo e às organizações públicas reavivarem no Brasil o amor e a admiração àquelas que foram a guarda avançada da própria nacionalidade.

Falhou o governo. Não soube mostrar aos brasileiros o que era de princípio e de dever. A falha dos governantes não foi com os ex-combatentes, foi com o Brasil. O Governo distingue os ex-combatentes do povo e do Brasil. Não podemos compreender porque. Os ex-combatentes são na verdade o povo brasileiro. Do mais alto oficial ao mais incógnito dos pracinhas, a FEB representou o povo e somente o povo brasileiro.

Quase esquecidos, sem apoio, lutamos contra muitos obstáculos que são surpreendentemente jogados à nossa frente. Por alguns somos atacados de partidaristas, por outros, de que certos partidos nos dirigem. Só falta chegar o dia em que nos venham chamar de maus brasileiros, nocivos à coletividade.

Somos apenas patriotas e queremos continuar a ser brasileiros. Talvez, pela ânsia de ser mais patriota de que quando daqui saímos se é possível, é que somos taxados de inconvenientes (ARANHA, 1947, p. 3).

A pressão não diminuía e a tensão só aumentava, assim, no final de 1947 um grupo de oficiais militares da ativa, liderados pelo ex-combatente Humberto Castelo Branco, assustados com a força dos comunistas dentro da AECB, começam a planejar uma nova organização para os veteranos. Mesmo sendo civil, o presidente do Conselho Nacional, Oswaldo Aranha, juntamente com o oficial e deputado pelo PCB, Henrique Cordeiro Oest, foram à reunião realizada para concretizar a nova instituição de veteranos a fim de convencer os oficiais que tal cisão enfraqueceria a causa dos ex-combatentes. Mesmo aprovada com uma esmagadora votação, essa nova organização nunca saiu do papel (DULLES, 1978, p.170-171).

A partir do final de 1947, a ala de esquerda na associação começa a sofrer duros golpes, tanto da oposição anticomunista na instituição, como da conjuntura interna e externa do período. Neste ano, a situação internacional sofre alterações, a Guerra Fria entre as duas maiores potências bélicas e econômicas do planeta, os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), dando início a um longo período de repressão aos comunistas nos EUA e nos países que a este se alinharam. Essas transformações terão grande

repercussão no Brasil, que se coloca ao lado dos norte-americanos, provocando uma gradual perseguição aos comunistas, que passaram a ser acusados de estarem a soldo de Moscou, entre outras acusações. Para o historiador Fernando Teixeira da Silva e o sociólogo Marco Aurélio Santana, Dutra, apoiado pela classe dominante, já vinha fechando o cerco aos comunistas e conseqüentemente ao PCB desde o início de seu mandato, esperando apenas o momento oportuno de colocá-los novamente na ilegalidade, o que demonstra o evidente caráter anticomunista do governo, não devendo atribuir o fato apenas à conjuntura externa (SILVA; SANTANA, 2007, p. 113).

Assim, no dia 7 de maio de 1947, o Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), com uma pequena margem de votos, cassou o registro partidário do PCB desencadeando uma forte repressão aos meios sindicais e uma dura perseguição aos comunistas, tornando a campanha anticomunista intensa nos jornais e nas rádios, colocando os militantes de esquerda como sujeitos antipatrióticos e perigosos. No plano externo o país rompe relações com a URSS. Segundo José Antonio Segatto (1989, p. 68), a repressão é brutal:

A partir deste momento desencadeia-se uma violenta perseguição aos comunistas. A Juventude Comunista tem seu funcionamento suspenso, as sedes do PCB são fechadas e seus arquivos e fichários apreendidos; em outubro, é aprovada no Senado a demissão de todos os funcionários públicos suspeitos de serem comunistas; no mesmo mês, o governo rompe relações diplomáticas com a União Soviética, o Ministério do Trabalho decreta o fechamento da Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil e intervém em 143 sindicatos em 1947, e em 400 até o final do governo do General Dutra; no dia 7 de janeiro de 1948, os parlamentares comunistas têm seus mandatos cassados; ainda no início de 1948, a polícia invade e depreda as redações dos jornais comunistas: da Tribuna Popular, no Rio, de Hoje, em São Paulo, de O Momento, na Bahia, da Folha do Povo, de Recife, e do Jornal do Povo, de Maceió, entre outros.

Essas perseguições vão atingir em cheio a AECB, enfraquecendo os veteranos de esquerda em detrimento da ala conservadora, pois algumas lideranças desses ex-combatentes foram presos sob pena da Lei de Segurança Nacional, lei esta que era utilizada pelas autoridades policiais para deter suspeitos de subversão. Um caso evidente foi à prisão do deputado comunista Gervásio Gomes de Azevedo, que também era um dos diretores da seção de ex-combatentes de São Paulo, causando muita agitação e levando as disputas político-ideológicas na associação ao seu ápice; diversos atos e matérias foram feitas a fim de denunciar a

arbitrariedade das prisões, como o protesto da seção de Santos encaminhada ao governador paulista Ademar de Barros:

A Associação dos EX-Combatentes do Brasil, Seção de Santos, tendo em mãos os comprovantes do atentado de que foi vítima o ex-combatente, sr. Gervásio Gomes de Azevedo, pelas autoridades policiais de São Paulo, vem a presença de V. Excia, trazer seu enérgico protesto contra as barbaridades cometidas na pessoa do referido companheiro.

Os ex-combatentes de Santos coerentes com a causa que defenderam nos campos de batalha da Europa, e sentinelas avançadas da causa democrática de nossa Pátria, cumprem seu dever vindo publicamente protestar contra o desrespeito à pessoa humana, principalmente em se tratando de um daqueles que mais se bateram pelas liberdades essenciais das democracias. Evidentemente nem mesmo na famigerada "lei de segurança", de tão negras recordações, encontraram os policiais de São Paulo uma linha sequer que viesse justificar essa tão covarde atitude.

[...] Os ex-combatentes de Santos, diante do que sabem a respeito desse rumoroso caso, chegaram à conclusão de que Gervásio foi preso e encarcerado de maneira brutal, unicamente devido às suas convicções políticas. Não acreditamos que Gervásio Gomes de Azevedo esteja tramando algum plano como querem os arbitrários policiais, conhecemos Gervásio e sabemos-lo patriota digno de admiração: à sua passagem pelo Congresso Nacional foi um deputado não dos comunistas, mas do Povo, dos ex-combatentes do Brasil. Não esquecemos o que foi a luta de Gervásio pelas nossas reivindicações, se alguma coisa conseguimos foi através de grandes lutas e principalmente a ele o devemos²³.

Muitas seções sofreram baixas em suas direções, pelo envolvimento de alguns veteranos com questões que passaram a ser vistas como perigosas ao país. Aldo Ripassarti, presidente da associação de ex-combatentes de Santos e ativo membro do PCB, também foi preso, acusado de dirigir e participar de "delitos de desobediência e crimes contra a segurança nacional". Ripassarti juntamente com outros militantes comunistas organizaram um comício para a defesa do petróleo, este presidia o Centro Santista de Estudos e Defesa do Petróleo, na Bacia do Macuco na cidade. O comício foi proibido pelas autoridades por seu caráter subversivo, o que não impediu sua realização de forma ilegal, sendo disperso pela polícia local, tendo os organizadores resistidos à prisão, trocando tiros com os policiais, deixando feridos e uma vítima²⁴. Não apenas o presidente da seção de Santos era vigiado pelas autoridades por suas ações suspeitas, a associação dos ex-combatentes da cidade também passou a ser a partir de 1947, sendo acusada de se "iludir pelo credo vermelho, dedicando-se de corpo e alma na questão do

²³ Texto publicado em: O EX_Combatente, n.15, p. 1-3, mar. 1948,

²⁴ Documento do DOPS, nº50/181 – prontuário 95457. Santos, 16 de fevereiro de 1950.

petróleo”, além de se envolver com outras questões que não diziam respeito aos veteranos²⁵.

O conflito no interior da associação atinge seu extremo quando um dos diretores da AECB-DF e membro do Conselho Nacional, Salomão Malina, é preso por resistir ao fechamento de um jornal comunista²⁶ que dirigia, também sob pena da Lei de Segurança Nacional. Das seções de São Paulo, Goiânia, Salvador, Porto Alegre e a do Distrito Federal emergem protestos contra as prisões, esses protestos ficam evidentes nas publicações do jornal O Ex-Combatente:

Foi um acontecimento sem par o ato público em homenagem ao ex-combatente Salomão Malina, realizada no dia 25 de setembro na A.B.I.

O auditório que se encontrava repleto era pequeno para contar o grande número de pessoas presente ao grande movimento ora liderado pelos ex-combatentes e estudantes que, unindo-se, iniciaram uma rigorosa campanha pró-libertação desse ex-combatente, condenado a pena de 6 anos e 3 meses por um crime que não cometeu.

A solenidade foi dirigida pelo Presidente da Comissão Pró-Libertação de SALOMÃO MALINA, que convidou para participar da mesa o Sr. Milton Elci Vaz, representante do Conselho Nacional das Associações dos Ex-Combatentes; Oswaldo Aranha Filho, Egídio Squeff e outros jornalistas presentes à solenidade. Além desses, tiveram assento também à mesa, diversos representantes da classe estudantil e o representante da Associação dos Ex-Combatentes - Secção do Distrito Federal, Sr. Daniel Pereira de Souza.

Os trabalhos tiveram início com a palavra do presidente da mesa, que apresentou ligeiros dados biográficos do homenageado, enaltecendo as suas qualidades de cidadão, na vida militar e civil, e encarecendo a necessidade dos ex-combatentes, do povo e dos estudantes se unirem para libertá-lo da prisão, onde se encontra injustamente. Falaram ainda, o tenente Milton Elói e os diversos representantes das entidades que se fizeram representar. Todos, ressaltando o heroísmo, as qualidades e reclamando a sua imediata libertação (LIBERDADE para Salomão... 1948).

Na principal seção do país, novas eleições foram necessárias por conta do licenciamento do presidente da associação fluminense e pelo fato do vice, Salomão Malina, estar incapacitado de assumir sua função por encontrar-se preso. Em outubro de 1947 uma chapa única apoiada por comunistas e não comunistas lança Humberto Castelo Branco como presidente e Sampaio de Lacerda como primeiro secretário. Com apenas uma legenda concorrendo tudo levava a crer que a eleição se desenrolaria apenas para cumprir os ritos eleitorais estabelecidos pelos regimentos internos da instituição. Porém, de última hora, o major e deputado recém-cassado do Partido Comunista, Henrique Oest e o civil e militante comunista

²⁵ Documento DOPS, Prontuário nº102902. 10 de outubro de 1949.

²⁶ O jornal que Salomão Malina dirigia era o Tribuna Popular na Capital Federal.

Jacob Gorender organizaram uma chapa para concorrer ao pleito, agravando ainda mais a situação. A chapa de Castelo venceu por uma margem mínima de votos, 13 votos, presidindo a AECB-DF por quatro meses, dificultando ainda mais as ações dos veteranos de esquerda, que a partir desse momento começam a se distanciar cada vez mais do controle da AECB (DULLES, 1978, p. 174).

Ainda em 1947, as pressões políticas em torno da AECB aumentaram e como consequência o presidente do Conselho Nacional, Oswaldo G. Aranha renunciou, alegando sua incompatibilidade com as ideias e práticas ocorridas na Associação, referindo-se às ações dos associados comunistas. Segundo o próprio Aranha, “ficar exercendo sua presidência seria concorrer oficialmente com a minha indiferença ou aceitação para um ato que acho errado e funesto ao nosso país”²⁷. A situação de conflito dentro das associações se tornou irreversível, tanto na seção da Capital Federal quanto no Conselho Nacional. Em 1948 novas eleições para a seção fluminense são realizadas, tendo como vencedor o grupo anticomunista liderada pelo coronel Delmiro Pereira de Andrade que presidia a chapa Ação e União em detrimento da chapa comunista liderada por Henrique Oest.

Em 12 de novembro de 1948 é realizada a 2ª Convenção Nacional dos Ex-Combatentes do Brasil, na qual as distintas concepções de ação se enfrentaram pela última vez em âmbito nacional. O evento foi acompanhado por oficiais das Forças Armadas, principalmente do Exército e também por agentes do DOPS-SP, deixando claro o aumento das pressões em torno dos comunistas e o crescimento da influência externa no interior da AECB que apoiava os conservadores, a fim de eliminar a ação de subversivos. A divisão entre os lados ficou logo evidente quando os delegados das diferentes seções começaram a discursar. O representante do Estado do Pará, Henrique Cordeiro Oest, em sua fala lembrou a prisão do camarada Salomão Malina, colocando esse fato como uma afronta aos heróis da pátria; seguindo a mesma linha de argumentação, o delegado pelo Estado do Ceará (seção de Fortaleza), Helio Mateus, além de lembrar-se do companheiro Malina, falou sobre a necessidade de os ex-combatentes em lutar pela defesa do petróleo e de outros recursos naturais para que estes não fossem entregues aos trustes estrangeiros. Ainda discursando na defesa da postura de

²⁷ Carta de Oswaldo G. Aranha ao Conselho Nacional, de 30 de dezembro de 1947, publicado em: Ex-Combatente. Rio de Janeiro, ano 2, n.13, p.6, jan.1948.

esquerda, falaram os representantes do Rio de Janeiro, seções da Capital Federal, Petrópolis, Teresópolis, Niterói e Campos, todos afirmando que a associação deveria ter um caráter político. Os delegados da Bahia, Sergipe (seção de Aracajú, Adobal Pereira Lopes) e Maranhão (José Pereira Brasil) discursaram defendendo as mesmas bandeiras defendidas anteriormente pelos companheiros que usaram a fala. No relatório do DOPS-SP sobre a Convenção, esses oradores são associados ao comunismo, uns como simpatizantes, outros iludidos pelo credo de Stálin, defensores de Moscou, entre outros adjetivos²⁸.

Os membros da ala conservadora também discursaram, deixando o clima tenso durante os dias da Convenção, esses criticaram os veteranos que utilizavam a associação para causas que nada diziam respeito aos pracinhas, colocando suas práticas político-partidárias acima da necessidade dos ex-combatentes e que essa postura vinha dificultando ainda mais a dura conquista de benefícios, pois as autoridades não aceitavam a ligação direta dos veteranos com o comunismo, além de afastar os companheiros de guerra do convívio social das seções. As delegações de Minas Gerais, São Paulo, entre outras se posicionavam dessa forma.

Mesmo com a ativa participação dos veteranos à esquerda, que ainda controlavam algumas seções e possuíam importantes cargos no Conselho Nacional da AECB, a 2ª Convenção marca a derrocada dessa vertente. A forte oposição exercida tanto dentro quanto fora da associação por parte da ala conservadora, que passa a ser apoiada pelos oficiais da ativa, fortalecem essa vertente que sai como vitoriosa nas eleições, elegendo maioria não apenas no Conselho, mas também passando a controlar a maioria das seções, impondo sérias limitações às ações da ala de esquerda.

Na AECB-SP, no final de 1948, a direção que era composta por comunistas, cansados do descaso das autoridades, enfraquecidos e pressionados pela vertente de direita, renunciou coletivamente a seus cargos, em detrimento de uma nova diretoria composta por oficiais da ativa. Para os conservadores, essa postura os aproximaria dos governantes, o que traria benefícios a causa dos veteranos (FERRAZ, 2003, p. 279). Para o antigo presidente da seção paulista, o comunista Raimundo Paschoal Barbosa, os associados, no geral, temiam os oficiais

²⁸ Documento do DOPS-SP. Prontuário nº77583. 15 de novembro de 1948.

do Exército e acreditavam que o sucesso da AECB passaria pelo apoio e controle desses militares, ideia que era reforçada pelo aparente sucesso demonstrado por algumas seções que tinham em seu comando oficiais das Forças Armadas²⁹. Segundo o Historiador Francisco Ferraz (2003, p. 280):

Esta atitude drástica indica que a opção por uma política de colaboração com as autoridades, ao invés daquela do enfrentamento, não resultou apenas das lutas políticas envolvendo as lideranças da AECB nacional e a do Distrito Federal. Havia algo mais forte e disseminado, que era uma mentalidade bastante anterior e que não era exclusiva dos ex-combatentes, mas perpassava toda a sociedade: a dependência para com o aparelho de Estado e seus representantes, a letargia que impedia ações autônomas individuais e coletivas que não tivessem, no Estado ou nos membros mais “influentes” de seu aparelho, seu interlocutor ou principal intermediador.

Porém, as esperanças de uma melhora nas condições dos ex-combatentes foram frustradas, muito pouco, além do que já havia sido feito, foi conquistado pelos veteranos. Uma das poucas transformações percebidas foi a mudança nas relações das autoridades com as seções da AECB, diferentemente da postura anterior, quando muitas seções eram acusadas de comunistas. Assim, a AECB-SP que em seu início era comandada por veteranos de esquerda, passou a assumir uma postura de colaboração com os poderes Legislativo e Executivo (FERRAZ, 2003, p. 281).

O golpe final contra os comunistas na AECB foi dado entre 1948 e 1949, na derrota eleitoral pelo controle da mais influente seção, a do Distrito Federal e na destituição do então presidente do Conselho Nacional da AECB, Sampaio de Lacerda, comunista, que é destituído por acusações, de ter apoiado a realização do Congresso da Paz, organizado pelos comunistas. A partir desse período as lideranças hierárquicas das Forças Armadas participaram ativamente do processo de “caça aos comunistas”, culminando no progressivo afastamento dos veteranos das associações. Para Jacob Gorender, soldado da FEB e ativo participante da ala comunista nas lutas da AECB, as ordens de intervenção nas associações partiram do próprio Ministério da Guerra: “Foi uma ação mais ou menos concertada. Eles (os

²⁹ AECB-SP, Livro de Atas de Reuniões da Diretoria. São Paulo, 13 de fevereiro de 1948, n. 2, p.17. O novo presidente da AECB-SP seria o tenente-coronel José de Souza Carvalho. Ata de Reunião da Diretoria, 20 de fevereiro de 1948, Livro de atas, p.18.

oficiais superiores anticomunistas) tomaram conta das diretorias. Desde então, as associações de veteranos se tornaram apêndices das Forças Armadas”³⁰.

Vencidos nas eleições do conselho, perseguidos pelas novas lideranças que eram atreladas a hierarquia militar - com o embate político, cada vez mais oficiais da ativa começaram a se aproximar das associações para controlar e afastar os comunistas – e colocados na ilegalidade, os veteranos comunistas se afastaram das associações, muitos desses veteranos eram vigiados pelo DOPS. Esse isolamento e afastamento dos veteranos de esquerda ficaram evidentes nas direções seguintes. No jornal O EX-Combatente a linha editorial se alterou, tornando-se comuns artigos que enalteciam a nova direção e os altos escalões das Forças Armadas, atacando os ex-combatentes de esquerda, artigos em que eram expostos os ressentimentos contra o grupo que confundiria:

Os problemas de nossos pracinhas com os objetivos políticos de seu partido, e que se congratulavam com a nova fase da associação, sem explorar as suas chagas gloriosas (do ex-combatente), e suas misérias em benefício de um partido [...], sem distribuir volantes de propaganda, sem passeatas para obrigar nossos mutilados a exporem suas feridas em público sem cartazes em que se misturava o nome dos ex-combatentes com as reivindicações de um partido político³¹.

Algumas seções ainda permaneceram sobre o controle da ala de esquerda, como a de Santos, as gaúchas de Rio Grande e Santa Maria, São Luiz no Maranhão e as cariocas, Barra do Piraí e Teresópolis³², mas controlando essas seções pouco podiam fazer em nível nacional sem o controle dos dois principais núcleos de força na associação, São Paulo e Rio de Janeiro, que outrora foram controlados por esses veteranos, mas que agora estavam sob direção da ala rival. Tentativas de recuperar a influência e prestígio perdidos tanto nas seções como no Conselho Nacional foram feitas. Um novo periódico foi criado, o jornal O Cruzeiro do Sul, buscando manter as ideias de esquerda ainda presentes na AECB, pois no antigo jornal, O EX-Combatente, a campanha anticomunista e as acusações contra os sujeitos de Stálin ganhavam cada vez mais espaço³³. Mas com a desconfiança da maioria dos ex-combatentes, a presença massiva de oficiais militares e as

³⁰ Entrevista com Jacob Gorender. (FERRAZ, 2003)

³¹ Texto: Nossa causa. Ex-Combatente. Rio de Janeiro, Ano 3, n. 36, p.1, dez. 1949.

³² Texto em: O EX-Combatente, Ano 3, p.1, set.1949.

³³ Texto em: O EX-Combatente Ano 3, , p.4, set. 1949.

perseguições internas e externas a situação desses ex-combatentes ficou cada vez mais complicada.

Em Fevereiro de 1950, uma nova eleição para a AECB-DF foi realizada com duas chapas concorrendo ao pleito; a primeira, Ação e União, buscava a reeleição, apoiada e composta pelos oficiais da ativa, ausentes nos primeiros anos da associação, mas que por conta do “controle subversivo” que a instituição estava vivendo foram se aproximando a fim de “salvá-la” do perigo vermelho. A segunda era uma última e desesperada tentativa da vertente à esquerda de recuperar o controle da maior seção do país, a chapa Democrática e Independente, comandada pelos veteranos Milton Eloy e Wilson Carneiro da Silveira. A eleição ocorreu de maneira tranquila, diferente da anterior quando a disputa política pelo controle da AECB estava em seu auge, tendo a primeira candidata como vencedora, com uma esmagadora margem de votos, evidenciando qual a postura assumida pela associação a partir de então³⁴. No Conselho Nacional, os poucos membros da esquerda que restaram³⁵, após a queda de seu presidente em 1949, ficaram cada vez mais isolados e enfraquecidos, abandonando seus cargos ou sendo destituídos por votações extraordinárias. O Conselho passou a ser dirigido novamente pelo ex-combatente Oswaldo G. Aranha a partir de 1950³⁶.

Os comunistas nunca foram maioria na AECB, muitos ex-combatentes não se identificavam com as práticas e ações desse grupo, a maioria dos associados sempre manteve posturas mais conservadoras, ou seja, alinhavam-se à direita nas questões políticas. O fato de levarem para dentro das associações problemas da nação e *vice e versa* nunca agradou a maioria dos associados, pelo contrário, quanto mais se acirrava a disputa por seu controle, mais os expedicionários alheios a essas questões se afastavam; muitos ex-combatentes apenas frequentavam aquele espaço a fim de buscar auxílio para suas dificuldades, fossem elas físicas, psicológicas, financeiras ou até mesmo para desfrutar do convívio social que o espaço proporcionava. A militância comunista pouco ocultada, de membros que sempre estiveram em minoria, contribuiu muito para a antipatia dos demais companheiros. Outra característica primordial nesse distanciamento foi o fato de pouco ter sido feito por esses comunistas em relação aos ex-combatentes

³⁴ Texto em: O EX-Combatente Ano 4, p. 2, fev. 1950.

³⁵ José Leôncio Pessôa de Andrade é um exemplo desses veteranos à esquerda que ainda compunham o Conselho Nacional da AECB.

³⁶ Texto em: O EX-Combatente, ano 4, p. 1, Mar. 1950.

necessitados, mesmo quando ocupavam as diretorias, não se preocupando em conquistar a maioria silenciosa de afiliados. Segundo alguns depoimentos, vários ex-combatentes deixaram de frequentar as reuniões e as associações por não concordarem com as práticas políticas dos dirigentes do Conselho Nacional e de algumas seções, temendo ainda serem vistos como comunistas³⁷.

Os ex-combatentes de esquerda se afastaram das atividades dirigentes das associações, uns voluntariamente, outros forçados pelas perseguições ou por transferências³⁸; a partir de então, alguns continuaram frequentando as seções, outros se desligaram, assim nota-se que, após 1950, não se registrou mais nenhum conflito entre esquerda e direita nas associações, alinhando-se essa cada vez mais com a hierarquia das Forças Armadas, assumindo um viés conservador de subserviência às autoridades.

5.2 NO CLUBE MILITAR.

Com a derrota na disputa pelo controle da AECB, alguns desses veteranos de esquerda não encerraram suas militâncias, atuando nos debates ocorridos no Clube Militar onde, inclusive, muitos já atuavam desde o início das discussões e disputas pelo local. A partir de 1947, o espaço se tornou palco de acalorados debates sobre a questão do petróleo, a extração de outros recursos minerais estratégicos, além da participação do país na Guerra da Coréia. Duas ideias dividiram o Clube Militar e também as Forças Armadas, em uma ponta se posicionavam os militares nacionalistas, na outra os oficiais “internacionalistas” (FERRAZ, 2003, p. 306.). Segundo Nelson Werneck Sodré (1968. p. 305), o aumento da importância do Clube se deu pelo destacado papel que a organização exerceu nos debates que abordavam assuntos fundamentais e de suma importância na agenda política nacional daquele período, colaborava ainda o fato de que o local se constituía em um ambiente fora do controle da hierarquia militar. Dessa forma, na polarizada década de 1950, os assuntos que agitavam o país se encontravam presentes e representados pelas duas chapas que disputavam o poder na entidade.

³⁷ Entrevista Boris Schnaiderman (FERRAZ, 2001).

³⁸ Documento do DOPS-DF: O Caso de Pedro Paulo de Sampaio Lacerda é um claro caso dessas transferências, funcionário público do Banco do Brasil foi transferido do Rio de Janeiro para a Capital do Estado do Pará, Belém, em 1950, por seu envolvimento em ações “comunistas”.

Os dois grupos que disputavam as eleições no Clube Militar eram caracterizados pela chapa Azul, “internacionalista”, composta por muitos oficiais da FEB, como Castelo Branco, Cordeiro de Farias, Jurandir Mamede, Amaury Kruehl, Lyra Tavares, entre outros que apoiavam uma postura favorável aos investimentos estrangeiros, principalmente dos Estados Unidos da América, além da concessão das reservas minerais brasileiras aos trustes internacionais. O anticomunismo também fazia parte da mentalidade dessa vertente, que estava associada diretamente a recém-criada Escola Superior de Guerra (ESG). A chapa Amarela assumia ideais nacionalistas, colocando-se contrária aos aglomerados internacionais e a política externa de alinhamento com os EUA (MARTINS FILHO, 2010, p 112-113). Os ex-combatentes à esquerda apoiaram essa postura, participando ativamente das campanhas eleitorais ocorridas no Clube em 1950 e 1952.

No primeiro pleito em 1950, a chapa Amarela, nacionalista, sagrou-se vitoriosa, recebendo forte apoio entre a baixa oficialidade, fruto da forte campanha de seus membros que eram mais presentes no dia-a-dia dos quartéis, além do amplo espectro ideológico que compunha a chapa, que reunia desde comunistas até progressistas convictos. Com a derrota no pleito, o grupo “internacionalista” cria uma organização no final de 1951, A Cruzada Democrática, para coordenar suas ações políticas e a oposição que faziam a chapa eleita, passando a defender o respeito hierárquico e criticando a “politização” no Clube Militar, acusando a infiltração subversiva em seu interior (MARTINS FILHO, 2010).

Segundo João Roberto Martins Filho (2010, p. 114), a forte influência que os membros da Cruzada gozavam entre as autoridades e o comando militar foi utilizada para reverter a situação, transferências, inquéritos militares, prisões e torturas foram utilizadas contra os defensores da ala nacionalista. Febianos, como Fortunato Câmara de Oliveira, o capitão Joaquim Miranda P. de Andrade e o major Leandro José de Figueiredo Junior, foram vítimas dessas arbitrariedades. Em relação ao último, podemos relatar uma carta de sua esposa, levada ao Congresso Nacional pelas mãos do Senador Domingo Velasco em junho de 1952:

Venho à presença de V.Excia., na qualidade de esposa do Major Leandro José de Figueiredo Junior, para denunciar à Nação um fato que considero arbitrário, ofensivo à dignidade humana e uma ameaça a tranquilidade dos lares de todos os militares.

[...] Aproveitando-se da licença prêmio em cujo gozo se encontrava foi ao Rio Grande do Sul em propaganda da Chapa Estilac-Horta. Nesse estado,

apresentou-se ao Q.G. do 3º R.M. e aos Cmts. de todas as guarnições que visitou. Nada havia de estranho ou irregular na sua conduta. Apesar disso foi chamado por edital como se estivesse em situação irregular ou clandestina.

[...] Regressou a São Paulo e apresentou-se imediatamente. Mas não voltou a casa. Estranhando o fato procurei as autoridades militares se São Paulo e fui informada de que ele havia sido preso por solicitação do Sr. Gen. Cmt. do 1ºR.M. e havia sido encaminhado ao Rio. Vim também para esta cidade, aqui, procurei o Sr. Gen. Souza Dantas, Cmt. do 1ºR.M. e fui por ele informada de que o meu esposo havia sido preso para averiguação [...].

[...] E o que é mais doloroso: constatei que ele estava fechado a cadeado, que as janelas do compartimento estavam fechadas a prego, que no quarto só entrava ar senão pela bandeira da porta [...] (DEPOIMENTOS ESCLARECEDORES... 1957).

Outros ex-combatentes da FEB também foram presos por aderirem à campanha da chapa nacionalista, sendo ainda acusados de ligação com o PCB (DEPOIMENTOS esclarecedores... 1957). Adotando tais medidas, a chapa Azul garantiu a vitória nas eleições de maio de 1952 (SODRÉ, 1968) sobre a Amarela, liderada pelos generais Estilac Leal e Horta Barbosa, direcionando os debates e as ações do Clube Militar de acordo com seus interesses e ideias. Para Francisco Ferraz, a posição da, agora conservadora, AECB foi de apoio e consolidação da vertente “internacionalista”, alegando que os veteranos nada tinham a ver com esses debates. Alguns ex-combatentes ainda expunham em artigos em seus jornais. (O GRANDE exemplo dos... 1950, p. 6), o êxito que a associação teve em se “livrar dos comunistas”, sugerindo essa postura ao Clube (FERRAZ, 2003, p.307). Poucas foram as seções que se posicionaram contra as prisões dos veteranos envolvidos na questão do Clube Militar. Para os dirigentes, esses conflitos eram problemas internos das Forças Armadas e se alguns ex-combatentes com segundas intenções faltaram com a ordem e a hierarquia deveriam ser punidos (SMALLMAN, 2004).

Alguns veteranos de esquerda ainda continuaram se envolvendo com a política nacional, militando na clandestinidade, ligados a outros partidos que defendiam ideais de esquerda, agindo em agremiações civis ou até mesmo no interior das Forças Armadas. O conflito entre os grupos de esquerda e de direita dos veteranos de guerra inauguram os embates influenciados pela Guerra Fria, antecipando as práticas de intimidação que seriam a base dos conflitos internos do Exército nas décadas de 1950/1960, com o exacerbado anticomunismo dos militares e alguns conflitos de caráter nacionalista, até culminar com o Golpe de 1964, quando alguns ex-combatentes da 2ª Guerra mundial, principalmente os ligados à Escola Superior de Guerra, tiveram papel importante, fator este que levou nossa

historiografia republicana a enxergar a Força Expedicionária Brasileira como unicamente conservadora. As associações de ex-combatentes existem até hoje, sendo fortemente ligadas às Forças Armadas.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Nesse trabalho procurou-se mostrar a existência e a participação relevante de grupos de esquerda na instituição militar, especificamente, na Força Expedicionária Brasileira. A pesquisa problematiza a ação desses indivíduos desde seu ingresso no contingente nacional que combateu o nazi-fascismo em solo europeu, até as práticas e posturas assumidas por esse grupo no período do pós-guerra, contexto de intensas agitações políticas no país, com o final do Estado Novo e início de uma experiência democrática.

Houve uma enorme dificuldade em finalizar a convocação dos soldados que comporiam a tropa que seria enviada a Europa devido aos problemas médicos e sanitários de nossos cidadãos que não preenchiam os requisitos básicos impostos pelas Forças Armadas, demonstrando a precariedade estrutural do país à época, e também, pelas relações de apadrinhamento e a redes de proteção que retiraram inúmeros convocados das fileiras da FEB, agravando ainda mais sua formação. A hipótese levantada no trabalho é a de que, com todas as dificuldades encontradas, os critérios de seleção e convocação, antes rígidos, passaram a se afrouxar, permitindo a entrada de militares de carreira com posturas políticas à esquerda e voluntários civis que partilhavam desses mesmos ideais, dispostos a combater o fascismo e sua doutrina, além de vingarem os brasileiros mortos nos torpedeamentos alemães no litoral brasileiro.

A primeira ação política efetiva desses indivíduos de esquerda na FEB foi a confecção de um documento, ainda na Itália, questionando a contradição de combater regimes autoritários no exterior, mas em seu próprio país não gozar de liberdades políticas. O manifesto: *A FEB como Símbolo de União Nacional*, é um libelo democrático, criticando a postura ditatorial do governo nacional, e conclamando a aliança do Brasil com as potências Aliadas no período pós-guerra. Porém, a confecção do manifesto não foi exclusividade dos praticantes de esquerda, representantes de ideias conservadoras também participaram de sua confecção.

O grupo estudado, ao retornar para o país e suas atividades civis e militares, procurou reunir-se em associações de ex-combatentes. Tais associações, como mostrado nesse trabalho, tinham funções sociais, assistenciais e também políticas. Em relação a essas últimas, os confrontos aqui analisados mostraram a clara divisão entre veteranos de esquerda e de direita, e como as ideologias à

esquerda eram fortemente combatidas no seio da instituição militar. Para o estudo desta cisão e das consequências do conflito interno nas associações, foram utilizados os conceitos de esquerda militar e partido militar.

Ainda foi analisada no trabalho, a participação de veteranos de esquerda na campanha pelo controle do Clube Militar, importante centro dos debates políticos no Brasil na década de 1950. Esses homens se posicionaram a favor da chapa nacionalista que defendia o desenvolvimento nacional e a proteção das reservas minerais e energéticas do país, contra a chapa internacionalista, que defendia a entrada de capital estrangeiro para acelerar o desenvolvimento industrial brasileiro. Esse embate dividiu as Forças Armadas, causando inúmeras perseguições no seio da instituição.

Buscou-se nessa pesquisa, ampliar o espectro das análises sobre a Força Expedicionária Brasileira, inserindo novos personagens, até então ignorados, nas discussões sobre o tema. O fato de muitos oficiais que compuseram a FEB e posteriormente a Escola Superior de Guerra terem participado ativamente do Golpe de 1964, como Castelo Branco, Zenóbio da Costa, entre outros, levou muitos estudiosos e a própria historiografia nacional a posicionar os pracinhas na esfera política da direita. Porém, ao nos aprofundarmos na análise dos homens que formaram a força de guerra, notamos que essa afirmação não é verdadeira, pois em seu interior, encontramos também, as contradições e disputas político-ideológicas presentes no contexto brasileiro da época.

Em um universo de aproximadamente 25 mil homens, encontramos diferentes ideais, não sendo possível negar a existência de um grupo à esquerda em seu interior. Mesmo com as limitações e os problemas enfrentados por essa parcela no seio da FEB, não se deve menosprezar as ações engendradas por esses indivíduos, que por uma década agiram, buscando a possibilidade de colocarem em práticas seus anseios e seus desejos políticos.

Ao fim do período estudado, constatou-se a vitória da ala conservadora nas associações e também no Clube Militar, responsável pela hegemonia de expressões políticas conservadoras, que perdura até os dias de hoje, antecipando as práticas e os conflitos entre essas concepções nas décadas seguintes, até culminar na deflagração do golpe de 1964.

BIBLIOGRAFIA E FONTES

FONTES ORAIS – ENTREVISTAS

Boris Schnaiderman. São Paulo, 17 jul. 2001.
Jacob Gorender. São Paulo, 30 nov. 1999.
Neltair Pithan e Silva. São Paulo, 31 mar 2000; 7 abr. 2000.
Raimundo Paschoal Barbosa. São Paulo 7 jun. 2001
Salomão Malina. São Paulo, 29 jan. 2002.

FONTES IMPRESSAS

Documentos escritos em arquivos públicos, digitalizados e pertencentes ao acervo do Grupo de Pesquisa Estudos Políticos e Militares Contemporâneos – UEL.

a) Origem: Arquivo Histórico do Exército-Rio de Janeiro-RJ.

Documentos relativos ao regresso da FEB ao Brasil.

Papéis oficiais e pessoais do General Eurico Gaspar Dutra.

Papéis oficiais e pessoais do General Pedro Aurélio de Góes Monteiro.

b) Origem: Arquivo da Associação de Ex-Combatentes do Brasil – Seção de São Paulo.

Livros de Atas de Reuniões da Diretoria (1946-2000).

c) Origem: Arquivo do Conselho Nacional da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

Estatutos e regimentos da Associação de Ex-Combatentes do Brasil.

Coleção do jornal Ex-Combatente (1947-1953 – incompleta).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Francisco Inácio. (Org.). **O último secretário: a luta de Salomão Malina.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, 2002.

AMARAL, Maria do Carmo. **O museu do expedicionário: um lugar de memórias.** 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2001.

AQUI, no campo de batalha italiano... **Nova democracia**, v. 1, n. 8, abr., 2003.

AQUINO, Laura Christina Mello de. **Os tenentes estrangeiros: a participação dos batalhões estrangeiros na rebelião de 1924 em São Paulo.** João Pessoa: A União, 1988.

ARANHA, Osvaldo G. Santo da casa não faz milagre. **Ex-combatente**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 9, p.3, set., 1947.

ARRUDA, Demócrito; et al. **Depoimento de oficiais da reserva sobre a FEB.** Rio de Janeiro: Ipê, 1947.

BANDEIRA, Moniz. **Presença dos Estados Unidos no Brasil: dois séculos de história.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

BARBOSA, João Felipe Sampaio. Regresso e desmobilização da FEB: problemas e conseqüências. **A defesa nacional.** Rio de Janeiro, v. 71, n. 719, p. 29, maio/jun. 1985.

BASBAUM, Leôncio. **História sincera da república.** São Paulo: Alfa Omega, 1976. v. 3.

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 2008. v. 1.

BOBBIO, Norberto. **Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política.** São Paulo: Ed. UNESP, 1995.

BONALUME NETO, Ricardo. **A nossa segunda guerra.** Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

CARONE, Edgard. **O Estado novo: 1937-1945.** Rio de Janeiro: Difel, 1977.

CARVALHO, José Murilo de. Forças armadas e política, 1930-1945. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL: A Revolução de 30, 1980, Brasília. **Anais...** Brasília: Ed. UnB, 1980. p.107-150.

CASTELO BRANCO, Humberto de Alencar. **Discursos: 1964.** Brasília: Secretaria de Imprensa, 1964.

CASTELO BRANCO, Manuel Thomaz. **O Brasil na II Grande Guerra**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1960.

CASTRO, Celso. **A invenção do exército brasileiro**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2002.

CHAUI, Marilena. **O que é ideologia?**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

CORREA NETO, Paulo. O petróleo ou nós. **EX-combatente**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p. 6, abr.1948.

COSTA, Octávio. **Cinquenta anos depois da volta**. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.

COUTINHO, Lourival. **O General Goes depõe...** Rio de Janeiro: Coelho Ramos, 1955.

CUNHA, Paulo Ribeiro da. **A esquerda militar no Brasil: uma leitura e várias agendas**. 2009. Disponível em: <<http://www.abed-defesa.org/page4/page7/page23/files/PauloCunha.pdf>>.

_____. Esquerda militar no Brasil: uma problematização necessária. **Revista Espaço Acadêmico**, v. 5, n. 58, mar. 2006.

_____. Um manifesto elaborado nos campos de batalha. In: PENNA, Lincoln. (Org.). **Manifestos políticos do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2008. v. 1, p. 181-201.

_____. **Um olhar a esquerda: a utopia tenentista na construção do pensamento marxista de Nelson Werneck Sodré**. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

Depoimentos Esclarecedores: sobre os processos dos militares. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Defesa dos Direitos de Homem, 1957. v. 1-2.

DINES, Alberto; FERNANDES JUNIOR, Florestan; SALOMÃO, Nelma. (Org.). **Histórias do poder: 100 anos de política no Brasil, militares, igreja e sociedade civil**. São Paulo: Ed. 34, 2000. v. 1.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do estado: ação política, poder e golpe de classe**. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

DULLES, John W. Foster **Castelo Branco: a caminho da presidência**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1978.

_____. **O Comunismo no Brasil: repressão em meio ao cataclismo mundial 1935-1945**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

ELOY, Milton. Como se conservar-se equidistante?. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 16, p.6, abr.1948.

FAUSTO, Boris. **Getúlio Vargas: o poder e o sorriso**. São Paulo: Companhia das letras, 2006.

FERRAZ, Francisco César Alves. **Os brasileiros e a segunda guerra mundial**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2005.

_____. Os veteranos da FEB e a sociedade brasileira. In: CASTRO, Celso; et al. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

_____. **A guerra que não acabou: a reintegração social dos veteranos da força expedicionária brasileira, 1945-2000**. 2003. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

_____. **À sombra dos carvalhos: escola superior de guerra e a política brasileira :1948-1955**. Londrina: EDUEL, 1997.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v .3.

FERREIRA, Jorge; A democratização de 1945 e o movimento queremista. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. (Org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições 1889 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 1.

FERREIRA, José Roberto Martins. **Os novos bárbaros: análise do discurso anticomunista do exército brasileiro**. 1986. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1986.

GOMES, Ângela de Castro, 1998. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ.

GOMES, Ângela de Castro; D'Araujo , Maria Celina.1989. **Getulismo e trabalhismo**. São Paulo: Ática.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. São Paulo: Ática, 2003.

IANNI, Octavio. **Estado e planejamento no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.

KONDER, Leandro. **A democracia e os comunistas no Brasil**. Rio de Janeiro: Graal, 1980.

LACERDA, Pedro Paulo Sampaio de. Direitos e não favores. **Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, n.14, p.1, fev.,1948.

LIBERDADE para Salomão Malina. **O Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, v. 2, n. 23, p. 1, set.1948.

MARANHÃO, Ricardo. **Sindicatos e democratização**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

MARTINS, João Roberto Filho. Forças armadas e política, 1945 – 1964: a antessala o golpe. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

MAXIMIANO, César. **Barbudos, sujos e fatigados: soldados brasileiros na segunda guerra mundial**. São Paulo: Grua, 2010.

_____. **Onde estão os nossos heróis?** Uma breve história dos brasileiros na 2ª guerra. São Paulo: Santuário, 1995.

_____. Neve, fogo e montanhas: a experiência brasileira de combate na Itália (1944/45). In: CASTRO, Celso; et al. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

McCANN JR, Frank D. **Aliança Brasil-Estados Unidos: 1937-1945**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1995.

MOURA, Gérson. **Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil durante e após a Segunda Guerra Mundial. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

_____. **Tio Sam chega ao Brasil**. Rio de Janeiro: Editora brasiliense, 1985.

MORAES, Dênis. **A esquerda e o golpe de 64**. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989.

MORAES, J. B. M. de. **A FEB pelo seu comandante**. São Paulo: Instituto Progresso, 1947.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da conspiração republicana à guerrilha dos tenentes**. São Paulo: Expressão Popular, 2005. v.1.

MORAES, João Quartim de. **A esquerda militar no Brasil: da coluna à comuna**. São Paulo: Siciliano, 1994. v. 2.

MOTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o perigo vermelho**. O anticomunismo no Brasil: 1917-1964. São Paulo: Perspectiva, 2002.

NEVES, Luis Felipe da Silva. **A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica**. 1992 .Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1992.

O GRANDE exemplo dos combatentes brasileiros. **O Ex-Combatente**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 42, p. 6, maio 1950.

PARUCKER, Paulo Eduardo Castello. **Praças em pé de guerra: o movimento político dos subalternos militares no Brasil (1961 - 1964) e a revolta dos sargentos de Brasília.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

PEIXOTO, A. C. O Clube Militar e os Confrontos no Seio das Forças Armadas (1945-1964). In: ROUQUÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

PITHAN E SILVA, Neltair. **A Expedição da esperança: memórias de um pracinha do 1º grupo de aviação de caça na II guerra mundial.** São Paulo: Nativa, 2002.

POLÍTICA DEMOCRÁTICA: **Revista de Política e Cultura.** Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, n. 1, jan/abr. 2001.

PRESTES, Anita Leocádia. O golpe de 29/10/1945: derrubada do estado novo ou tentativa de reverter o processo de democratização da sociedade brasileira? In: SILVA, Francisco Carlos Teixeira da; MATTOS, Hebe Maria; FRAGOSO, João (Org.). **Escritos sobre história e educação: homenagem à Maria Yedda Leite Linhares.** Rio de Janeiro: FAPERJ, 2001. p. 131-149.

PRESTES, Anita Leocádia. **Tenentismo pós 30: continuidade ou ruptura?** São Paulo: Paz e Terra, 1999.

PRESTES, Luiz Carlos. Organizar o povo para a democracia. Rio de Janeiro: Horizonte, 1945.

RÉMOND, René. *Por uma história política.* 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

RODRIGUES, Luís Flávio. **Vozes do mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64.** São Paulo: Cortez, 2004.

ROUQUÉ, Alain (Org.). **Os partidos militares no Brasil.** Rio de Janeiro: Record, 1980.

SADER, Emir. **O anjo torto: esquerda (e direita) no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1995.

SALOMÃO Malina. Sobre a Convenção Nacional. *Ex-Combatente.* Rio de Janeiro, v. 2, n. 24, p. 4, out. 1948.

SANTOS, Andrea Paula dos. **À Esquerda das forças armadas brasileiras: história oral de vida de militares nacionalistas de esquerda.** 1998. Dissertação (Mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. 2 v.

SCHNAIDERMAN, Boris. **Guerra em surdina: histórias do Brasil na segunda guerra mundial.** 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SEGATTO, José Antonio. **Breve história do PCB.** Belo Horizonte: Oficina de livros, 1989.

_____. PCB: a questão nacional e a democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

SILVA, Angelissa Azevedo e. A Campanha do Petróleo: em busca da soberania nacional. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical, 1945-1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

SILVA, Fernando Teixeira da; SANTANA, Marco Aurélio. O equilibrista e a política: o "Partido da Classe Operária" (PCB) na democratização (1945 - 1964). In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão. **As esquerdas no Brasil: nacionalismo e reformismo radical, 1945 - 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. v. 2.

SILVA, Helio. **1945: por que depuseram Vargas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

_____. **A vez e a voz dos vencidos: Militares x Militares**. Petrópolis: Vozes, 1988.

SILVA, Kalina Vanderlei e SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. 2. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

SILVEIRA, Joaquim Xavier da. **A FEB por um soldado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

_____. **Cruzes brancas: diário de um pracinha**. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1947.

SKIDMORE, Thomas. **Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)**. 5. ed Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

SMALLMAN, Shawn. A profissionalização da violência extralegal das Forças Armadas no Brasil: 1945-1964. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAY, Hendrik. (Org.). **Nova história militar brasileira**. Rio de Janeiro: FGV/ Bom Texto, 2004.

SOARES, Leonércio. **Verdades e vergonhas da força expedicionária brasileira**. Curitiba, Edição do autor, 1985.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Memórias de um soldado**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

_____. **História militar do Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

STEPAN, Alfred. **Os militares na política: mudança de padrões na vida brasileira**. Rio de Janeiro: Artenova, 1975.

VIANNA, Marly de Almeida Gomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**, São Paulo: Expressão Popular, 2007 a.

_____. *O PCB: 1923-43*. In: FERREIRA, Jorge; REIS, Daniel Aarão (Org.). **As esquerdas no Brasil: a formação das tradições 1889 – 1945**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007b.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. *Do nacional-desenvolvimentismo à Política Externa Independente (1945-1964)*. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O Brasil republicano: o tempo da experiência democrática**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. v. 3.

ANEXOS

ANEXO A
A FEB – Símbolo Vivo da União Nacional

Aos Exmos. Srs.

D.D Presidente e Membros do Diretório Central da L.D.N.

Ao ensejo das patrióticas realizações encabeçadas pela L. D.N. — Liga de Defesa Nacional —, sentem-se os soldados do Brasil, combatendo na Europa, no dever de agradecer aos dirigentes e a todos os Departamentos dessa entidade, as sucessivas provas de carinho e conforto, que tão constantemente se vêm refletindo no moral de nossas tropas, pela consciência de que toda nossa Pátria encontra-se unida para os sacrifícios da mesma luta. O nosso gesto, não somente expressa agradecimento, mas também consigna admiração e reverência às tarefas de exaltação cívica e esforço unificador para a vitória, que, no Brasil, a Liga de Defesa Nacional, vem levando a efeito incansavelmente.

Desde os primeiros momentos da arregimentação, até a chegada das Forças Expedicionárias, às terras convulsionadas da Europa, a fim de combater o imperialismo-prussiano-fascista, retrógrado, opressor e sanguinário, tem sido a patriótica entidade, fator importante de amparo moral e de estímulo cívico, tanto na distribuição de utilidades, oferecidas por todas as camadas populares, aos nossos soldados, como, principalmente, na segura orientação das grandes reservas morais da nação, em favor do nosso esforço. Esta é uma guerra, nem só de governos, nem só de forças armadas. Esta é uma guerra de povos, em que governos, forças armadas e todas as forças vivas nacionais confraternizam-se para dar combate ao baluarte hitleriano da agressão imperialista. Precisamente, a observação quotidiana da posição realística e produtiva assumida pelas maiores organizações populares da Grã-Bretanha, Estados Unidos, União Soviética, China, França, Iugoslávia e outras Nações Unidas é que nos estimulam a considerar com atenção os trabalhos dessa entidade, na luta sem tréguas contra o agressor nazi-fascista e na atitude coerentemente unitária com relação aos problemas da paz. Dentro das circunstâncias econômicas, históricas e de interesses internacionais, peculiares ao nosso país, toma a L.D.N. uma posição realística, definida e produtiva. Esta posição, inutiliza, decididamente, a obra criminosa dos sabotadores internos, agentes nazi-

integralistas, desmascara os elementos confusionistas, forjadores de vis intrigas, com o objetivo de perturbar a união pacificadora da família brasileira e contribui, afinal, para a mobilização e organização das forças progressistas nacionais congregadas num bloco inquebrantável para a vitória de uma causa justa. Esta compreensão manifesta-se através da coordenação de energias e das realizações nos múltiplos trabalhos da retaguarda; no aceleração do processo da União Nacional, já profundamente enraizado no coração dos brasileiros honrados e conscientes; na preparação das condições nacionais para os próximos problemas de após-guerra, cuja acertada solução encontraremos exclusivamente num clima de fraternidade interna que criará incomensuráveis possibilidades ao desenvolvimento de um Brasil forte, emancipado, econômica e politicamente, democrático e progressista.

Queremos declarar, na presente mensagem, que os esforços da L.D.N harmonizam-se esplendidamente aos ideais pelos quais lutamos, que são os mesmos ideais tão heroicamente defendidos pelos nossos camaradas das forças armadas norte-americanas, soviéticas, francesas, britânicas, chinesas, iugoslavas, os mesmos ideais expressos nos princípios renovadores da Carta do Atlântico e nas Conferências do Cairo, Moscou, Teerã, Dumbarton, Oaks e Criméia. Na Conferência de São Francisco, onde estão reunidas todas as Nações Unidas, para forjar o arcabouço do futuro organismo da segurança internacional, rejubilamo-nos em constatar que nossa pátria está sendo guiada pelos princípios da Liberdade e Progresso, aos quais a sua vida interna vem sendo ajustada. É esta mais uma vitória da União Nacional e mais uma legítima contribuição dos esforços da L.D.N. Ao mesmo tempo em que vemos crescer a estrutura industrial e a emancipação econômica de nosso país, que permitirão um pacífico reajustamento das classes média e trabalhadora, não regatearemos os nossos mais entusiásticos aplausos à realização das próximas eleições, objetivando o funcionamento legal dos órgãos representativos do povo. Em tal oportunidade, queremos reafirmar que somente o processo de União Nacional poderá dar ao Povo Brasileiro esclarecida consciência política para eleger seus legítimos mandatários e consolidar, ampliando e aperfeiçoando, as Liberdades Democráticas fundamentais, que são um dos motivos de nossa luta. Nós, soldados expedicionários, esperamos que, do próximo pleito, surjam as premissas de uma era verdadeira de Democracia para a nossa Pátria,

solidamente assentada sobre o exercício constante e garantia pela Lei e pelos sentimentos soberanos do povo, das quatro liberdades fundamentais enunciadas pelo grande Presidente Roosevelt. A orientação patriótica, segura e definida que VV. Excias. vêm imprimindo aos trabalhos da L.D.N. durante a contingência da guerra e nas perspectivas da paz, é, pois, indestrutível penhor dos ideais de todos nós, soldados do Brasil, herdeiros do discórdio pacificador e unitário de Caxias e de Floriano, é, também, a bandeira desfraldada por aqueles que já tombaram para sempre, no fragor das batalhas travadas pela sobrevivência da humanidade civilizada.

Aqui, no campo de batalha italiano, combatem jovens procedentes de todos os pontos cardeais do Brasil, do norte, centro e sul, combatem ombro a ombro, católicos, protestantes e judeus, brancos e negros, jovens das mais diversas classes e concepções políticas, todos constituindo, em face do perigo e da morte, um símbolo vivo de União Nacional contra os bandos armados de Hitler!

Generoso sangue pátrio cobre vales e montanhas da Itália libertada, num sacrifício que jamais poderá ser em vão, porque estará sempre no altar e nos fastos imorredouros da Pátria, como expressão das mais nobres aspirações de liberdade e progresso do Povo Brasileiro.

E sobre o sangue de nossos bravos, juramos defender os postulados fundamentais das quatro Liberdades que inspiraram a Carta do Atlântico e lutar sem desvanecimentos por uma nova era de liberdade, paz e progresso para o Povo Brasileiro e das Nações entre si!

Nós, soldados do Brasil, temos consciência da missão que aqui desempenhamos e nenhuma dúvida paira em nosso espírito sobre as nossas responsabilidades nesta guerra e diante dos problemas internacionais de uma paz justa e duradoura. As tarefas patrióticas que a L.D.N. vem realizando no Brasil, encerram, pois, o verdadeiro sentido da luta da Força Expedicionária, luta que não terá termo antes que as hordas saqueadoras e escravagistas do nazismo, baqueiem para sempre, esmagadas pelas forças vitoriosas das Nações amantes da Liberdade e da Democracia!

Tudo pela União Nacional do Povo Brasileiro!

Todo o apoio às liberdades democráticas e o desenvolvimento econômico de nossa pátria!

Tudo pela vitória das Nações Unidas!

Tudo pela fraternidade dos povos num universo de paz, autodeterminação popular, justiça internacional e livre progresso!

Itália, Abril de 1945.

POLÍTICA DEMOCRÁTICA: Revista de Política e Cultura. Brasília: Fundação Astrojildo Pereira, n. 1, jan/abr. 2001.